

ROBINSON LUIZ MENDES RIBEIRO

**Políticas Públicas de Turismo e o Processo de Inclusão/Exclusão
Social**

São Paulo

2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ROBINSON LUIZ MENDES RIBEIRO

Políticas Públicas de Turismo e o Processo de Inclusão/Exclusão Social

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Hospitalidade, da Universidade Anhembi Morumbi, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em hospitalidade.

Área de concentração: Políticas e Gestão em Hospitalidade e Turismo

Orientador: Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo

São Paulo

2005

Políticas Públicas de Turismo e o Processo de Inclusão/Exclusão Social

Robinson L. M. Ribeiro

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Davis G Sansolo

Prof. Dra. Rita Ariza de Cássia Cruz

Prof. Dr. Célia Maria de Moraes Dias

Dissertação defendida e aprovada em: 3/3/2005

Ainda que os dias se tornem longos e as noites insuficientes, ainda assim e mais ainda, é preciso sonhar. Para que se abram as portas, as janelas, os caminhos, é preciso primeiro sonhá-los. É preciso sonhar os mitos, criar as lendas, nadar com sereias. Sonho é alma liberta. É preciso sonhar porque só quem sonha vive e só quem vive faz. Dedico este trabalho aos meus filhos e aos seus filhos, aos filhos dos meus filhos e aos filhos dos seus: para que acreditem na liberdade da alma e para que sonhem. Que seus sonhos sejam o prelúdio de vidas humanas dignas, felizes e poéticas.

AGRADECIMENTOS

Imprescindíveis.

A professora Rita Cruz pela confiança.

Ao professor Davis Sansolo pela tolerância, orientações e direcionamento.

Aos meus professores do mestrado pelos ensinamentos e afeto.

Ao meu pai pelo constante apoio.

À Vânia, Vitor e Beatriz pela constante hospitalidade.

A Ana Lintz Albanês pela imprescindível transpiração de seu apoio e inspiração de sua presença.

Muito Obrigado.

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL	11
CAPÍTULO 2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	46
CAPÍTULO 3. INDICADORES	61
CAPÍTULO 4. MUNICÍPIO DE MATA DE SÃO JOÃO	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Inflação e PIB Brasil, 1980 – 1989	47
Tabela 2: Aviação Anual de Preços (%) Brasil, 1994 – 2001	48
Tabela 3: Distribuição dos Investimentos Públicos e Privados Concluídos e em Execução pelo PRODETUR, Segundo Zonas Turísticas, 1991 – 2000	56
Tabela 4: Participação na população total e dos pobres, Nordeste e resto do País – 1992 e 1999	66
Tabela 5: Número e proporção de pobres, Nordeste e resto do País – 1992 e 1999	67
Tabela 6: População por Situação de Domicílio, Mata de São João, 1991 e 2000	71
Tabela 7: População por Situação de Domicílio, Bahia - 1991 e 2000	72
Tabela 8: População por Situação de Domicílio, Brasil – 1991 e 2000	72
Tabela 9: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Município de Mata de São João – 1991 e 2000	74
Tabela 10: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Estado da Bahia, 1991 e 2000	75
Tabela 11: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Brasil – 1991 e 2000	75
Tabela 12: Índice de Gini. Grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo renda domiciliar <i>per capita</i>	78
Tabela 13: Porcentagem de Renda Apropriada por Extrato da População, Município de Mata de São João – 1991 e 2000	79
Tabela 14: Porcentagem de Renda Apropriada por Extratos da População, município de Mata de São João/Estado da Bahia/Brasil – 1991 e 2000	79
Tabela 15: Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres, Município de Mata de São João/Estado da Bahia/Brasil – 1991 e 2000	80
Tabela 16: Porcentagem de pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> abaixo de R\$ 75,50 reais, ou ½ salário mínimo de agosto de 2000, Município de Mata de São João/Estado da Bahia/Brasil – 1991 e 2000	81

Tabela 17: Porcentagem de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 37,75 reais, ou ½ salário mínimo de agosto de 2000, Município de Mata de São João/Estado da Bahia/Brasil – 1991 e 2000 81

Tabela 18 – Número de anos de vida que uma pessoa nascida hoje esperaria viver, se todas as taxas de mortalidade por idade se mantiverem idênticas ao que são hoje. Município de Mata de São João/Estado da Bahia/Brasil – 1991 e 2000 82

Tabela 19 – Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada por um ou mais cômodos, provenientes de rede geral, Município de Mata de São João/Estado da Bahia/Brasil – 1991 e 2000 84

Tabela 20: Porcentagem de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, proveniente ou não de uma rede geral, com ou sem medidor, Município de Mata de São João/Estado da Bahia/Brasil – 1991 e 2000 84

Tabela 21: Porcentagem de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira ou freezer em condições de uso, Município de Mata de São João/Estado da Bahia/Brasil – 1991 e 2000 85

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Mapa de localização do Município de Mata de São João 69

Ilustração 2: Recorte Irregular do Território do Município de Mata de São João 70

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Divisa entre os municípios de Camaçari e Mata de São João 68

Foto 2: Praia de Imbassaí, Município de Mata de São João 96

RESUMO

Foram pesquisados os impactos das políticas públicas de turismo nos processos de inclusão/exclusão social. Para tanto se delimitou o espaço social do município de Mata de São João, no estado da Bahia, e o período da década de 1990. Pretendeu-se avaliar o quanto as políticas públicas de turismo atuaram no sentido de reforçar ou não a coesão social no espaço delimitado. Foram desenvolvidas reflexões conceituais sobre a inclusão/exclusão social, buscado o sentido das principais políticas públicas de turismo atuantes no município, selecionado um sistema de indicadores econômicos sociais como instrumento de avaliação das mudanças ocorridas na década de 1990 no local, realizado uma re-construção do processo de turistificação da área e uma pesquisa de campo interpretativa. Os resultados evidenciaram que as principais políticas públicas de turismo presentes no município de Mata de São João, durante a década de 1990, ao contrário da retórica oficial e oficiosa, atuaram no sentido do desenvolvimento um turismo reforçador de processos de exclusão social em detrimento de processos de inclusão social.

Palavras Chave: Turismo; Inclusão/Exclusão Social; Mata de São João.

ABSTRACT

The public politics of tourism in processes of social inclusion/exclusion were researched. Therefore, the social space in the municipal area of Mata de São João in the state of Bahia, during the 90's was delimited. The intention was to evaluate how much public politics of tourism acted upon reinforcing or not social cohesion in the delimited space. Several concepts were developed concerning social inclusion/exclusion, once gotten the meaning of the principal public politics of tourism acting in the delimited municipal area. There was a selection of social economical factors as an instrument to evaluate the changes during the 90's, and a historical study was made regarding development of tourism in the area besides an interpretative field research. The results pointed that the principal public politics of tourism present in the municipal area of Mata de São João, during the 90's contrary to official knowledge acted upon the development of reinforcing tourism in the social exclusion processes and against social inclusion processes.

Key Words: Tourism; Social Inclusion/Exclusion; Mata de São João.

INTRODUÇÃO

As questões referentes à coesão social se fazem da maior importância no mundo contemporâneo na medida em que o mesmo tem o seu desenvolvimento marcado pela existência crescente de contingentes de pessoas que participam de maneira marginal nas relações de trocas simbólicas e materiais da sociedade atual. O turismo, fenômeno social crescente da atualidade, consumidor e re-organizador de espaços, é campo precioso para o estudo do processo de inclusão/exclusão social. Processo que se manifesta de múltiplas maneiras e em múltiplas dimensões, a inclusão/exclusão social diz respeito a toda a sociedade. As políticas públicas de turismo direcionam, em grande medida, o sentido do desenvolvimento do fenômeno do turismo e, dessa forma, de seus impactos na coesão social dos locais onde se manifesta. Este trabalho buscou dimensionar estes impactos tendo como espaço social para a construção e confrontação de suas reflexões o Município de Mata de São João, onde se encontram os já consagrados destinos turísticos de Praia do Forte, Imbassaí e Complexo Costa do Sauípe. Para tanto, foram desenvolvidas: (a) reflexões conceituais a respeito do processo de inclusão/exclusão social, (b) foi buscado o sentido e as características das políticas públicas de turismo presentes no espaço abordado e (c) foram selecionados uma série de indicadores sociais que pudessem auxiliar na tradução das transformações ocorridas no espaço social do local, comparando-os no tempo – períodos de 1991 e 2000 – com os espaços sociais maiores do Estado da Bahia e do Brasil. Também foi realizada uma pesquisa de campo interpretativa onde foram feitas entrevistas com moradores do local e levantado o processo de turistificação do mesmo. Foi constatado que as políticas públicas de turismo direcionaram o desenvolvimento do fenômeno no sentido do reforço de processos de exclusão social em detrimento de processos de inclusão social. Os indicadores sociais selecionados não indicaram mudanças substanciais que pudessem estar relacionadas ao turismo. A pesquisa de campo, entrevista não estruturada e observação não participativa, explicitou uma situação de indiferença e desapontamento da população local com a atividade. Mediante este trabalho se constatou que as políticas públicas de turismo atuaram no desenvolvimento de um turismo que reforça processos de exclusão social em detrimento de processos de inclusão social, fragilizando a coesão social do espaço social do município de Mata de São João.

CAPÍTULO 1 – REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL

“E disse Deus: ‘Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança (...)’. Criou, pois, Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. Então Deus os abençoou e lhes disse: ‘Frutificai-vos e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai – a ...’.”

Foi assim que, segundo o Gênese, à imagem de Deus, surgiu o ser humano, para, mediante a existência compartilhada e complementar do homem e da mulher, frutificar-se e multiplicar-se. No entanto, ao experimentarem o fruto proibido, o homem e a mulher, tornaram-se conhecedores do bem e do mal e, desta forma, não puderam mais habitar no paraíso. Tornam-se, então, seres mundanos, mortais, portadores de necessidades a serem supridas com o suor do próprio rosto.

No mito da criação do povo Maia, foi o deus sem cor, que, cortando os dedos de sua mão esquerda, originou os seres humanos de carne. O homem de argila, do deus amarelo, e o homem de madeira, do deus vermelho, por suas características naturais, fracassaram. O deus negro criou o homem de ouro; frio como pedra. Quando os homens de carne (pobres) encontraram o homem de ouro (rico), pela generosidade, aqueceram o seu coração. Os deuses determinaram, então, que, a partir desse dia, só entrariam no reino dos céus os ricos que fossem acompanhados pelos pobres.

Para os Astecas, Quetzalcoatl doa o seu sangue para ressuscitar os seres humanos atuais. Dessa forma,

(...) cada ser humano é um ‘merecido (macehual)’: é um ser que recebeu seu próprio ser gratuitamente pelo sacrifício de outrem. (...). (...), a ‘macehualidade’ é ‘um modo de existência’, o viver positivamente desde a gratuidade não merecida e originada na ‘alteridade’. A justiça para com os membros da comunidade é um ato de exigida gratificação (DUSSEL, 2000, p. 32).

Os egípcios mumificavam o corpo de seus mortos à espera da reencarnação do espírito “Ka” (considerado o princípio individual da pessoa): “Na morte, é o Ka que continua a viver, e o corpo humano é preservado pela mumificação, já que é propriedade e o lar de Ka. Quando Osíris chama os mortos para viver na ressurreição, o Ka toma posse total do corpo”

(BIERLEIN: 2003, p. 231). Junto às múmias são depositados alimentos para o sustento do espírito. Após o julgamento comandado por Osíris, 'Ka' é reincorporado ao seu corpo para não mais morrer. Este mito dá sentido a existência cotidiana do povo egípcio; é a base de sua ética e de sua moral. Na moral cotidiana egípcia:

A existência humana concreta, individual, com nome próprio, vivida responsável e historicamente à luz do Juízo de Osíris, constitui a 'carnalidade' real (a sua materialidade) da vida do sujeito humano como referência ética suprema: dar de comer, de beber, de vestir, hospedagem... à carne faminta, sedenta, nua, exposta às intempéries (...) (DUSSEL, 2000, p. 27).

Caindo do paraíso, nascidos da carne dos dedos de um deus, devedores de uma existência originada na alteridade sangüínea ou à espera da existência eterna da união do corpo e do espírito; qualquer que seja a resposta para a origem e o sentido da existência humana, ela jamais poderá ser concludente e universal. Para esses mistérios, que o homem não consegue desvendar, são criados os mitos.

Os quatro mitos acima selecionados formam a base da filosofia e moralidade de povos, cuja existência só foi possível em decorrência dos mesmos. O mito "é a 'cola' que mantém a coerência da sociedade; é a base da identidade para comunidades, tribos e nações" (BIERLEIN, 2003, p. 20). Propõem em comum, esses mitos, uma condição mundana e social para a origem e a existência da humanidade.

À procura de si, o ser humano se interroga e busca a verdade por diversos caminhos.

Para Morin (2000, p. 190) "reintroduzir o imaginário e o mitológico na definição fundamental do humano é capital", posto que os mitos representam a única forma do homem transmutar a morte e encontrar significado para a vida.

Embora o mito e a ciência se encontrem com a realidade por linguagens opostas - o mito pela poesia, a busca do porquê, e a ciência pela razão, a busca do como - a mitologia "não é poesia consciente nem ciência válida, mas sim a raiz comum e o material bruto de ambos" (SANTAYANA apud BIERLEIN, 2003, p. 273).

O mito, "espelho eterno no qual nos vemos as nós mesmos" (BIERLEIN, 2003, p. 14), cruza os tempos e os povos. De dimensão temporal não retilínea, se apresenta sempre além dos limites do pensamento, nas suas sombras; explicando o que nossos sentidos não conseguem explicar, dando respostas à busca do sentido e ao significado da existência histórica humana que a lógica não consegue alcançar.

No presente trabalho, à procura de respostas de como as coisas acontecem, caminha-se pelos corredores labirínticos do conhecimento. Tem-se, como única certeza, a necessidade de ater-se ao questionamento como guia maior da caminhada e, como maior ousadia, a esperança de poder, ao final do percurso, mais do que respostas; inspirar perguntas de porquês.

Dessa forma, não há a pretensão da verdade, nem tampouco de esgotar o assunto; o que não significa descompromisso, mas, antes, reconhecimento de limites do próprio pesquisar na tradução do real. Apega-se, não com facilidade, à metodologia científica como ferramenta possível de uso. O texto é um labutar incessante de deciframentos e novos enigmas que surgem a cada passo, ao desenvolvimento de cada idéia, numa luta pessoal do pesquisador, que, empenhado em entender o processo de inclusão e exclusão social, busca respostas também aos caminhos da própria vida.

Agregar ao estudo do processo de inclusão e exclusão social a temática das políticas públicas de turismo é tentar dar sentido inclusivo à construção prática desse importantíssimo fenômeno social que é o turismo. Acredita-se, com isso, poder contribuir de maneira mais incisiva, mais direta, para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Ao final - assim como Sísifo (erguedor de rochas e zombador de destinos), ciente da incompletude de sua tarefa, porém, mestre de seus dias - o que dá significado a este trabalho, é a certeza da felicidade na obrigação eterna do eterno recomeçar da aventura humana.

O que quer que sejamos somos em conjunto; somos em relação, em convivência. Somos de uma espécie incompleta, inconclusa, imperfeita, passional, dependente; só possível no plural. Completamo-nos. O que maior bem me pode fazer é o outro, meu semelhante. É só neste partilhar existencial que podemos nos produzir, nos re-produzir e nos expandir; potencializando esta nossa experiência de vida. É nesta condição que construímos nossa humanidade, autoconsciente e histórico-cultural; que nos tornamos, enquanto espécie e enquanto indivíduos, únicos.

Hoje, somos bilhões de seres de uma mesma espécie, convivendo, partilhando; incluídos todos numa mesma experiência existencial de vida. Inclusão que incorpora gerações; que não se esgota no presente, que se expande tanto para trás, na proporção de nosso patrimônio natural e cultural, na proporção da nossa memória racional e sentimental; quanto para frente, no sentido do legado da vida humana. Seres diariamente reinventados, ou melhor, atualizados – posto que fadados a reposições constantes – (re) incorporamos a cada instante tanto a experiência passada como a potencialidade do vir-a-ser do futuro.

Porém, nossa existência está condicionada pela relação aporística vida/morte, ou seja, não se concebe a vida sem a morte, uma sem a outra, sendo que, o que nos excluí da

experiência de vida humana existencial compartilhada, não se restringe à morte física individual, mas ao fim do patrimônio e do legado humanos; em última instância - possível somente dentro de uma idealização ou em decorrência de uma catástrofe - ao fim do outro, passado, presente, futuro. Segundo Martins (1997, p. 26) “só os mortos são excluídos, e nas nossas sociedades a completa exclusão dos mortos não se dá nem mesmo com a morte física; ela só se completa depois de lenta e complicada morte simbólica”.

De natureza falha, imperfeita, não universal, não concludente, é esta inclusão, processual. Não se trata de um estado permanente, essencial, mas de movimentos, de caminhos históricos culturais lingüísticos, “que envolvem o homem por inteiro e suas relações com os outros” (SAWAIA apud SOUZA, 2004, p. 62). De tal forma, não há inclusão ou exclusão social total; há predominância de uma ou outra face desse processo em determinados encontros e espaços de encontros humanos.

A inclusão e a exclusão social:

(...) não constituem categorias em si, cujo significado é dado por qualidades específicas invariantes, contidas em cada um dos termos, (...) são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constitui na própria relação. A dinâmica entre elas demonstra a capacidade de uma sociedade existir como sistema (SAWAIA, 2002, p.108).

Portanto, trata-se de processo dialético, na medida em que o processo de inclusão social nasce e existe contendo seu oposto, o processo de exclusão.

Caminhamos no sentido da exclusão quando morremos de tristeza às centenas, aos milhares de sede e de fome; quando, aos bilhões, nos matamos na intolerância e na incompreensão das guerras cotidianas e dos cotidianos em guerra, quando rifamos nosso passado e nosso ‘vir-a-ser’. Enfim, quando nestes movimentos nos violentamos.

Segundo Sawaia (2004, p. 26), para a filosofia Espinosiana, “é da natureza de todos os modos de existir, agir para conservar e expandir a própria existência”. Esta possibilidade, para a espécie humana, é só possível socialmente, mediante o encontro com outros corpos.

Numa perspectiva próxima caminha Dussel (2000) quando, dentro da visão das teorias da ética da libertação, fala de uma necessidade objetiva primeira, a manutenção da própria vida – uma intenção física natural de vida do ser vivo – como construção corpórea do cérebro que permearia toda a existência do ser humano. A base dessa construção se dá com a natural fuga da sensação de dor (morte), e a busca da sensação do prazer (vida). Porém, entendidas como frutos da vontade hospitaleira do outro – condição para a existência do eu – esta fuga e esta busca não são Freudianas (individuais), mas Levinasianas (coletivas). Para

Lévinas é da destinação ao outro, condição da existência humana, que surge à vontade da vida, sua pulsão.

Segundo Dussel (2000), as emoções e suas implicações físicas nem sempre conscientes, surgem da percepção das sensações, e, ao serem categorizadas, ou seja, passando pela reflexão, vão ser sentidas; originam os sentimentos (felicidade, tristeza, alegria, etc.). Segundo este autor, o sistema límbico atua na hierarquização e avaliação do dever-ser do sujeito ético, ou seja,

(...) aplica prescrições universais e não fixistas (não puramente vegetativas ou meramente estimuladoras animais, mas também estritamente éticas: autoconscientes, lingüísticas, livres, responsáveis, culturais, históricas) que constituem intrinsecamente o processo de categorização conceitual e a possibilidade de formação e ordenação valorada (ordenada por compatibilidade das mediações a partir do critério de sobrevivência, da reprodução e desenvolvimento da vida humana) de um léxico (anterior ao próprio enunciado descritivo teórico), como momento lingüístico comunitário (DUSSEL, 2000, p. 107).

Portanto, na busca do sentir-se feliz, da felicidade, está a manutenção da vida, que para ser e por ser humana, concretiza-se no imbricamento do corpóreo e do ético social. Qualquer avaliação da vida humana deve levar em consideração o imbricamento universal destas duas dimensões que, no entanto, se objetivam, particularmente, no interior de cada cultura. Esta objetivação, tanto nas relações entre as culturas quanto entre os indivíduos, não é uniforme e se faz mediante relações de aliança e de luta. Como resultado tem-se uma apropriação desigual das bases materiais de produção e reprodução da existência cultural humana, ou seja, a formação dos setores e classes sociais.

Atribuir uma condição universal de pulsão de vida ao ser humano, não significa automaticamente – ao contrário do que pensa Foladori (2001) - negar a existência de regras sociais de apropriação desigual das coisas materiais, das riquezas. Significa, sim, admitir que, na construção da humanidade, a apropriação material do mundo (artifício humano, base material da sua existência e portador de informação cultural extra corporal a ser passada de geração a geração) é influenciada e influencia a apropriação subjetiva do mundo pelo homem. Considera-se que o processo civilizatório se forma ao longo do tempo numa relação dialética e universal de múltiplas influências entre a subjetividade e a objetividade humanas e que se concretiza no espaço de maneira desigual no interior de cada cultura.

O fato das apropriações se realizarem de forma desigual, tanto entre culturas quanto entre os indivíduos no interior das culturas, não nega a existência de uma pulsão de vida

universal, assim como também o contrário não ocorre. Tem-se que o metabolismo é universal e a formação social, histórica.

A condição humana do homem pressupõe duas outras condições *sine qua non*: sua condição mundana e sua condição social.

A condição mundana significa o fato de que apesar de toda a capacidade criadora do homem, a vida da espécie humana encontra-se dependente de outros organismos vivos e sujeita à satisfação de necessidades biológicas. O ser humano é “um ser que se constrói e se constitui a partir de milhões de relações que ele estabelece com todos os seres existentes” (GUARESCHI, 2002, p. 142). Em outras palavras,

O mundo – artifício humano – separa a existência do homem de todo o ambiente meramente animal; mas a vida, em si, permanece fora desse mundo artificial, e através da vida o homem permanece ligado a todos os outros organismos vivos (ARENDET, 2001, p. 10).

A dualidade espírito/corpo só existe no mundo das teorias, ou ainda, de algumas teorias. O ser humano é uno, indivisível, histórico-cultural lingüístico e somente na presença do Outro, seu semelhante, se faz objetiva e subjetivamente. Na construção do mundo, na medida em que “a ação do sujeito sobre o mundo necessariamente é mediada por suas relações materiais e simbólicas com outros sujeitos” (ALMEIDA E ALMEIDA, 2004, p. 114), o *homo sapiens* é *homo socius*.

A condição social significa o fato de que o *homo sapiens* só se torna humano, ou só vive humanamente enquanto convive, ou seja, na medida em que compartilha sua existência com outro *homo sapiens*. Só o compartilhar da experiência existencial entre homens possibilita o partilhar das percepções individuais, o que vai atestar a própria realidade da experiência de se existir. É a socialidade do Eu,

(...) que o ancora e o estabiliza na sua identidade, a qual de outro modo seria absurda, incerta e móvel (...). O indivíduo é parte da *societas*, para cuja vida contribui. Cada um tem em si o próprio *socius* e todo o pensar é um dialogar, simultaneamente, consigo e com o outro de si que não representa somente um hóspede passageiro, que não está somente em nós, mas é Nós (BODEI, 2000, p. 39).

É impossível vivermos pelas sensações, percepções e representações do outro, como também é impossível vivermos isolados das mesmas. Nossa experiência humana se dá dentro de uma teia de sensações, percepções e representações. Não pelo meu ou seu olhar, mas pelo

encontro dos mesmos, é que tanto individualmente quanto coletivamente nos construímos, nos identificamos.

Não se pode negar que determinando decodificações individuais no processo comunicativo das relações sociais, atuam:

(...) a estrutura do aparelho perceptivo do sujeito, a língua com a qual este pensa e que o dota de um aparelho conceitual determinando uma articulação e uma percepção determinadas da realidade, e os interesses de classe ou de grupo que decidem conjuntamente a escolha pelo indivíduo do seu sistema de valores (SCHAFF, 1983, p. 90).

O problema se dá não por estarmos fadados a decodificações individuais, a olhar o mundo com nossos olhos, mas quando recusamos a empatia e tentamos negar o fato de que outros olhos decodificam outras individualidades, e que esse processo de identificação e individualização é paradoxalmente uma construção conjunta.

O encontro com o outro é colocado aqui como uma questão de necessidade humana, de querer, de busca e não de renúncia de desejos individuais. A sociedade se forma nesse querer e não pelo estabelecimento de regras obrigatórias oriundas de um inevitável antagonismo entre satisfação de sonhos, desejos e necessidades individuais, e convivência social. Nestes encontros de expectativas complementares do eu com o outro, do *ego* com o *alter*, “a complementaridade de expectativas acarreta o reforçamento recíproco da motivação de *ego* e *alter* para a obediência aos padrões normativos” (PARSONS E SHILL, 1977, p. 126).

Constitui-se, portanto, esta motivação para a obediência a padrões normativos ou para a adequação a padrões culturais de conduta, de submissão das demandas individuais; não única ou simplesmente como uma questão ideológica, mas antes, como fruto de querer e desejos de encontros, mediante os quais se assegure a existência corpórea e ético-social do ser humano. Dessa foram, as ações morais:

(...) não são atos desencarnados, etéreos, altruísmo vazio que tem por mira um mundo diferente do nosso e superior, mas volição do universal que tem como pressuposto a volição de cada um, ou seja, ações voltadas para o interesse geral, das quais todos se beneficiam, mas que pressupõem o abandono temporâneo do, ainda que lícito, egoísmo individual (BODEL, 2000, p.77).

Assim sendo, ainda que muitas vezes os padrões culturais de comportamento cerceiem a satisfação dos desejos e necessidades individuais personalistas, preservar a sociedade, e, portanto, necessariamente, padrões culturais de conduta suficientes para a não ruptura do laço social, é preservar-se; é preservar o *ego* e o *alter* só possíveis no Nós; é, em última instância,

desconsiderando-se patologias, um desejo, uma necessidade maior e vital da existência humana que se posiciona para além dos inevitáveis cerceamentos éticos e morais. No entanto, é importante pontuar que, assim como todo questionamento contém em si um pouco da sua resposta, o dever-ser do sujeito ético, que contém a preocupação com a manutenção da existência corpórea ético social do ser humano e, conseqüentemente, com a manutenção de determinados padrões culturais de comportamento, contém, também, a potencialidade das mudanças. Dessa forma, as mudanças ou revoluções sociais quistas e necessárias, pois, do contrário, negar-se-ia a possibilidade do projetar-se, não são vistas como ruptura com o passado, mas como metamorfoses, “dialética do mesmo e do diferente” (CASTEL, 1998, p. 27), que se estabelecem mediante a concretização de mudanças sociais já possíveis, potencialmente já existentes. Metamorfoses, que explicitam a construção orgânica do presente sobre o passado e que, de maneira contínua, porém não linear, estão sujeitas, em diversos matizes, “ao acaso, ao imprevisível, à decisão individual e à liberdade de ação” (BODEI, 2000, p. 73). Em outras palavras, de maneira mais direta, jamais se deixará de ser humano em decorrência de revoluções, de mudanças nas formas de produção e reprodução da vida humana. Existe, de maneira inexorável, uma inevitável continuidade nas inevitáveis e necessárias mudanças sociais.

Para Arendet (2001, p. 189) “É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original”. É neste partilhar existencial de palavras e atos, portanto, político, que se configura a rede das representações sociais, por onde flui a cultura e se forma o mundo. É também nesta ação que ocorre a identificação da alteridade, a percepção do eu e do outro, de onde advém à construção da autoconsciência, ou seja, a ciência da própria morte e a formulação das questões: o que, quem, como e para que sou. Questões tão impossíveis de serem feitas por computadores e animais, quanto de serem respondidas pelos homens.

É a partir desta condição mundana e social, desse ser que é único, relacional e conivente, na manutenção do imbricamento do corpóreo ao ético social do ser humano, que o processo civilizatório acontece.

Todas as vezes que, enquanto ser histórico-cultural lingüístico que é, o ser humano se nega ou nega ao outro condições, tanto objetivas quanto subjetivas, para querer manter, e para poder manter e expandir a vida, pratica a violência e violenta-se.

Dessa forma, a violência e o processo de inclusão/exclusão social estão intimamente relacionados.

Para Almeida e Almeida (2004, p. 54), a violência é uma construção social que “reflete a inserção do sujeito em determinado espaço sócio-cultural e tem seus significados negociados, os quais, certamente, variam no tempo e no espaço”, ou seja, é definida no interior de cada cultura.

Para a teoria da libertação, pressupondo que toda construção social está imbricada na busca da manutenção corpórea da vida, a violência não pode ser relativizada dessa forma. Considera o critério de permanência da vida (incluindo suas possibilidades expansivas) – sua verdade – como parâmetro universal para o desenvolvimento do comportamento ético, sendo sim, a sua objetivação, variável no tempo e no espaço. Tem-se, portanto, sempre a possibilidade de uma transgressão primeira e universal: os atos que prejudicam a reprodução, a permanência e a expansão da vida. Estes atos excludentes de violência é que serão avaliados, no tempo e no espaço, dentro de critérios e valores das diversas culturas.

Para Chauí apud Souza (2004, p. 60) “a violência é um processo em que um indivíduo é transformado de sujeito em coisa”, ou seja, é a negação do direito de ser o que se é, ou ainda, significa o não - reconhecimento do outro, o desrespeito ao direito do outro enquanto protagonista na interação social, enquanto ser; é a imposição ao outro de um estado de autonegação; de ‘não-ser’. Nestas ocasiões, as relações de complementaridade de expectativas entre o *ego* e o *alter*, metamorfoseiam-se, pela violência, em relações de complementaridade entre o ser e o não-ser. Sem uma “legitimação ideológica (psicológica e social), essa relação não consegue se perpetuar por muito tempo e levaria a sérios conflitos e confrontos sociais” (GUARESCHI, 2002, p. 144). Trata-se de um movimento de afastamento com sentido de exclusão, que tenta negar ao outro, entre outras coisas, a construção de um referencial simbólico autêntico, a afirmação ‘livre’ de sua subjetividade, de sua identidade projetiva e memorial.

Nesta tentativa (que não deixará nunca de ser uma tentativa) só o sujeito é digno de projetar-se e de construção de memória; o outro ‘coisificado’, ‘não-ser’, é folha em branco de uma construção histórica - social escrita pelo sujeito ‘ser’, sobre a qual não pode, por ‘incapacidade’, e/ou não deve, por imposição, sobrepor-se.

Na determinação dos marcos referenciais que seriam dignos para a formação da memória e identidade da nação brasileira, predomina a visão das elites intelectuais. Esta predominância se dá sob a concepção ingerida por grande parte da população (também presente na tradição cultural política do país) de que a mesma não sabe pensar, necessitando de mediadores que orientem suas ações; sendo este um exemplo de exclusão pela imposição ao outro de um estado de autonegação.

Com a independência, a questão da construção de uma identidade nacional ganha relevância. Obviamente, a busca desta identidade teve como referencial o ‘outro’, considerado superior, ou seja, o colonizador, o europeu, o branco. Segundo Skidmore (1998, p. 112) “os brasileiros brancos estavam apostando basicamente na mistura de raças, (...), para gradualmente tornarem-se o equivalente à raça superior”, ou seja, a miscigenação colocava-se para a elite como o caminho para a construção de uma verdadeira nação progressista. Assim, se não há uma nação condizente com a imagem que se queria ter, refletida nos olhos do outro que se queria ser, o discurso da elite política, econômica e intelectual, tenta inventá-la. Como exemplo, cita-se a atuação do SPHAN, criado em 1937, que ativando certo repertório patrimonial, procurava dar visibilidade, autenticidade e legitimidade a esta civilização que se queria ver e ser. O patrimônio histórico e artístico ativado negava a expressão cultural das diversas etnias, “das produções dos ‘excluídos’ da história oficial: indígenas, negros, populações rurais, imigrantes, etc” (FONSECA, 1999, p. 159) e afirmava o desejo das elites “por um país passado, com quatro séculos da história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia, e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes” (RUBINO, 1999, p. 98). Neste exemplo, tem-se o autoritarismo, a desvalorização da diversidade, a descrença na capacidade de autodeterminação dos que não se constituíam elite e a conseqüente desvalorização das suas expressões e representações culturais.

A sociedade, com suas necessidades, desejos e percepções, se realiza mediante o espaço que a possibilita, e que possibilita estas mesmas necessidades, desejos e percepções. Há uma relação vital entre espaço, sociedade e ética, na medida em que “tudo que pode ser dito acerca da estrutura e desenvolvimento (da socialidade), sua pluralidade etc. adquire corpo no espaço determinado que também estrutura situações vividas” (MAFFESOLI apud CASTRO, 1997, p. 171); ou ainda, na medida em que, segundo Santos (1999, p. 44), a síntese do processo histórico humano se realiza através do espaço ou seja, “se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas formas; as ações e suas diversas feições”.

Para Santos (1999, p. 51), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Portanto, a qualificação de um espaço inclusivo, hospitaleiro, se dá também pela forma como o direito cultural entendido como o direito “à memória, ao exercício da livre criação e fruição de bens culturais” (FONSECA, 1999, p. 153), se estabelece neste espaço. Ou ainda, como os diversos elementos

da sociedade se expressam e como essa expressão é possibilitada, valorizada e preservada. Também se dá pela capacidade de autodeterminação individual e coletiva, que demanda a construção de uma memória que, ao contrário de encobrir as contradições e divergências, respeite-as, exponha-as. Só a partir dessa condição, pode surgir uma problematização, um questionamento, uma reconstrução do tecido social que permitam que os diversos símbolos criados nas respostas dadas aos problemas humanos estejam adequados às suas bases materiais e possam sofrer constantes atualizações, constantes interrogações, ou seja, mantenham-se vivos.

A preservação do patrimônio é um dos elementos da construção da memória. A ativação de um repertório patrimonial é sempre ideológica. Quando não participativa leva a uma negação ou desinteresse por parte daqueles excluídos dessa ativação. A ativação de repertórios patrimoniais que negam a representação dos diversos grupos sociais tenta impor uma identidade universal condizente com os interesses do grupo ativador deste patrimônio. Um espaço que não me representa, em que não me reconheço, espelho em que não me encontro, agride-me, é-me inospitaleiro pelo fato de sugerir-me como única possibilidade de valor, a identidade projetiva e memorial do ‘outro’.

Espaços que negam a diversidade das culturas, não as reproduzem, violentam o direito a uma determinação autêntica de memória, à incorporação livre de um passado ao “dever-ser” do sujeito ético. Nestes espaços, impõe-se aos excluídos “construir sua identidade social num marco referencial totalmente estereotipado” (CAMINO e ISMAEL, 2004, p. 52), sendo este, o esteriótipo, a base para a formulação de preconceitos justificadores da exclusão, da ‘coisificação dos outros’. A identidade,

(...) esconde negociações de sentido, choques de interesse, processos de diferenciação e hierarquização das diferenças, configurando-se uma estratégia sutil de regulação das relações de poder, quer como resistência à dominação, quer como seu reforço (SAWAIA, 2002, p. 123).

Num processo de predominância de falhas da inclusão social, ou da exclusão sobre a inclusão, pelo cerceamento da memória e do projetar-se, constróem-se espaços portadores de violência que, no mais das vezes, quer e tenta fazer-se não percebida, silenciosa, voluntariamente aceita; ideológica.

A violência, portanto,

(...) na forma de ações humanas ou de objetos humanizados, se dirige contra outros homens, não contra seu corpo apenas, mas contra o seu existir social.

(...) onde uns são submetidos a um processo de assujeitamento e coisificação por parte de outros, onde uns têm as oportunidades de realização restringidas por outros, onde uns são exterminados por outros (SOUZA, 2004, p.58).

Porém, se todo processo de exclusão social, sob diversas formas, contém violência, nem toda violência é excludente. Como bem lembrado por Souza (2004), existem rituais de inclusão social extremamente violentos: “(...)o sacrifício de um prisioneiro tupinambá era festejado tanto pelo algoz quanto pela vítima como valorização de sua bravura de guerreiro, e o repasto de suas carnes como comunhão de sua humanidade simbólica” (GOMES, 2003, p. 425). Dessa forma, ao contrário das sociedades modernas que querem vomitar seus desviantes, em algumas sociedades antropofágicas, “(...) o processo de exclusão era acompanhado da inclusão, em que a sociedade dominante engolia literalmente a parcela social considerada *desviante*” (CAMPOS, 2003, p.30). Outro exemplo de ritual de inclusão social violento, ou que pode ser assim considerado ao menos para a cultura ocidental contemporânea dominante, é a dos Massagetas que, numa prática carnal simbólica de busca da continuidade da existência coletiva e individual, acreditando ser este o túmulo ideal, ofereciam a hospitalidade de seus estômagos à carne morta de seus pais (HERÓDOTO apud. BODEI, 2000, p. 268). Também existem transformações históricas sociais que só se concretizaram mediante o uso de “formas de violência reativa que objetivaram a construção de uma inclusão não perversa, ou menos perversa, a partir da articulação aparentemente contraditória entre violência e inclusão social” (SOUZA, 2004, p. 63).

Visto que “Grupos ou categorias podem ser excluídos não apenas por sua condição econômica degradada, mas também em função do sexo, do gênero, da raça, (...), da sexualidade e de limitações físicas ou mentais, entre tantas outras possibilidades” (SOUZA, 2004, p. 67), alimentando-se das naturais e universais imperfeições e carências humanas, também o é, a violência excludente, de natureza plural e relacional. Instala-se nas falhas éticas das relações objetivas e subjetivas da humanidade. Falhas da inclusão social, da construção humana do homem. Falhas no sentido da equidade das relações humanas, da justiça social, do desfrute da mundanidade, do querer e saber conviver; do querer e saber acolher; do lidar com a diferença e com a diversidade. Falhas da condição humana que se exacerbaram no mundo contemporâneo, cartesianamente pensado e organizado, caracterizado pela sobreposição das diferenças às semelhanças, do eu sobre o nós, do privado sobre o público, do econômico sobre o social; de uma humanidade que se autoconsome na busca do aumento da taxa de lucro.

Presentes no mundo que nos apresenta Hobsbawn (1998), ao descrever o caminho da barbárie dos tempos modernos (tempos da insegurança constante, do medo, da opressão

econômica e física de uns sobre muitos, das duas guerras mundiais, das bombas sobre Hiroshima e Nagasaki, da chamada guerra fria, dos mais de 187 milhões de mortes, da tortura e do terror, da plethora de informação desinformante, da palavra e da ação sem significados, do tempo do ‘gerúndio’), também estão, estas falhas da inclusão social, sob diversas formas e inevitavelmente - como já considerado foi, dado que todas as criações humanas trarão, na sua gênese, a falha, a inconclusão, a imperfeição do seu criador - em todas as épocas e em todos os encontros e espaços de encontro dos seres humanos.

As cidades-estado das costas do Mediterrâneo, espaço, durante séculos, periférico dos Impérios do chamado Oriente Médio, vão ser escolhidas - ganhando status de berço da civilização humana - como modelos de referência para a democracia, a soberania do povo e a liberdade dos indivíduos, enfim, para os modernos ideais europeus de desenvolvimento harmônico de uma sociedade inclusiva. Esta escolha referencial objetiva a construção de uma tradição com vistas à justificação ideológica da intenção de imposição dos valores da cultura européia sobre as demais culturas (GUARINELLO, 2003, DUSSEL, 2000). Não se pode, no entanto,

(...) entender a formação dessas comunidades apenas como um processo de inclusão, já que o fechamento da cidade-estado implicava, necessariamente, a definição do outro e sua exclusão. E o outro não era apenas o estrangeiro, mas muitos dos habitantes do próprio território das cidades-estado. Eles participavam da sociedade com seu trabalho e recursos, mas não se integravam ao conjunto dos cidadãos (GUARINELLO, 2003, p. 35).

São exemplos de grupos internos, em que eram excluídos os estrangeiros domiciliados, os grupos militarmente submetidos, os escravos, as mulheres e as crianças.

Na sociedade grega, cabe ao escravo o labor da existência, ao ‘cidadão’, a vida contemplativa, à mulher, no espaço da casa, a sujeição ao reinado do homem e à criança, ser marginal, a submissão e a corrupção. Uma sociedade de classes, de funções e papéis definidos, armada de ferro e palavras, possibilitada pelo labor do escravo, que se configura, pela desigual distribuição do poder, numa democracia restritiva, visto que:

(...) o processo inclusivo de constituição das comunidades cidadãs forjou-se simultaneamente a um brutal processo de exclusão interna que se tornou cada vez mais agudo, na medida em que algumas dessas cidades cresceram em poder e complexidade social (GUARINELLO, 2003, p. 36).

As cidades-estado gregas, que serão escolhidas como:

(...) o campo de elaboração de modelos cognitivos, éticos, valorativos do Ocidente (a razão, o domínio, o etnocentrismo e universalização do masculino, só para exemplificar), assim como o âmbito de formação de práxis sociais (...), das quais muitas chegaram até nós (o desprezo pelo trabalho manual, a marginalização do feminino, o governo como exercício de autoridade) (CAMBI, 2003, p. 53).

São exemplos de espaços onde as falhas de inclusão social vão significar a exclusão da maioria; espaços de predominância da exclusão sobre a inclusão nos modos de produção e reprodução da existência social de um povo, na construção cultural de uma sociedade.

O mesmo olhar é lançado por Campos (2003) sobre a sociedade romana ao discutir a evolução da exclusão social ao longo do tempo. Identifica este autor a predominância da exclusão social na forma de bipartição social na Roma antiga que:

(...) dividia a sociedade entre aristocratas e o resto da população, geralmente como escravos forçados ao exercício do trabalho doméstico. A pobreza de camponeses e de trabalhadores urbanos levava à escravidão. Também os prisioneiros de guerra eram transformados em escravos, ficando, portanto, fora da sociedade aristocrata.

Nesta sociedade, cujo cidadão vê como absolutamente normal o labor do escravo que “produz para seu patrão com a naturalidade das plantas, dos campos e animais” (HOORNAERT, 2003, pg. 85), foi possível o desenvolvimento de uma classe de homens livres dedicada ao trabalho manual, os artesãos que desenvolveram “técnicas ligadas, num primeiro momento, ao exército e à agricultura, depois ao artesanato e, por fim, ao artesanato de luxo e em vasta escala...” (CAMBI, 2003, p. 115).

De acordo com Funari (2003), é na sociedade romana que surgem o legado do plebiscito e do voto secreto (considerado essencial à liberdade cidadã), como também o do conceito de liberdade como sendo a não-submissão ou sujeição à outra pessoa.

Com a decadência do império romano, o cristianismo, mediante seus preceitos de igualdade entre todos - independente de raça, sexo ou origem - assim como de dignidade humana, inerente ao ser humano por sua semelhança com o criador, bem como de uma forte atuação social-assistencialista, expande-se significativamente, constituindo-se “numa ‘utopia que funciona’ no seio do submundo romano” (HOONAEART, 2003, p. 94).

Ao afirmar “um novo ‘tipo’ de homem (igualitário, solidário, caracterizado pela virtude da humildade, do amor universal, da dedicação pessoal, como ainda pela castidade e pela pobreza), (...)” (CAMBI, 1999, p. 121) o cristianismo opera uma revolução nos aspectos filosóficos e normativos no mundo antigo. Valoriza os trabalhos manuais, coloca o amor como base das relações familiares e prega uma política eticamente orientada para a igualdade

e a solidariedade. Com o cristianismo, “O direito deixou de ser uma dádiva do rei, ou do Estado, para ser um imperativo da dignidade do ser humano” (OLIVEIRA, 2000, p. 108).

Para Hoonart (2003), a promulgação do Édito de Milão por Constantino, em 313, significou a consagração de um movimento religioso de forte ação social que, inicialmente ligado às minorias excluídas, ou seja, à maioria da população, visto que para “pelo menos 80% da população do imenso Império, a vida é trabalho, sofrimento, violência”, torna-se hegemônico convertendo-se, através da Igreja, no centro administrativo e normativo de toda a sociedade. Função esta que será solidificada no mundo medieval.

Evidenciam-se, assim, num jogo de predominâncias alternadas, processos concomitantes de inclusão/exclusão social na formação do espaço social antigo.

Os espaços sociais contemporâneos também são marcados por essa alternância.

Castells (1999), ao discorrer sobre a sociedade informacional contemporânea, traz, como exemplo de espaços de predominância do processo de exclusão social sobre o de inclusão, entre outros, os ‘guetos’ norte-americanos e o ‘esquecido’ e ‘evitado’ continente africano.

Ao se debruçar sobre a exclusão social nos ‘guetos’ norte-americanos, objetiva, este autor “fundamentar a discussão das implicações sociais do capitalismo informacional nas sociedades avançadas” (CASTELLS, 1999, p.156). Tenta mostrar que, mesmo na sociedade mais rica do mundo contemporâneo, a organização capitalista informacional do mundo globalizado produz pobreza e reforça processos de exclusão social.

Para Castells, a desindustrialização da sociedade norte-americana (em consequência da globalização da produção), a individualização das relações trabalhistas (fragilizando o trabalho frente ao capital) e a incorporação da mulher ao mercado de trabalho (que se concretiza reduzindo o valor da remuneração da mão-de-obra), são fatores que vão levar ao crescimento da desigualdade social e da pobreza nos Estados Unidos. Segundo Castells (1999, p. 159), a “porcentagem de indivíduos cuja renda se encontra abaixo da linha de pobreza aumentou de 11%, em 1973, para 14,5% em 1994, isto é, mais de 38 milhões de norte-americanos (...)”. Este empobrecimento se manifesta de maneira clara no ‘guetos’ urbanos. Para este autor, nestes espaços, os fatores contemporâneos, fomentadores de pobreza e de processos de exclusão social, acima citados, aliam-se a fatores antigos: políticas urbanas discriminatórias e o racismo. Resulta dessa aliança um processo de perda de sentidos desses espaços. Tornam-se espaços de trocas simbólicas e materiais frágeis, de tecido social esgarçado pela violência e pela dificuldade em realizar-se minimamente a existência corpórea ética social.

No que se refere ao continente ‘esquecido’, mediante a análise de informações estatísticas, Castells procura demonstrar que o atual estado de fome, violência, epidemias, massacres, guerras civis, êxodo em massa e desarticulação política, que, segundo o autor, caracterizam este espaço, é resultado da sua construção econômica, política e social ao longo do tempo. Ainda, segundo Castells, ajustes de interesses entre elites sociais africanas e o capital internacional deram-se em detrimento das condições de vida de milhões de africanos, sendo este fator, determinante na configuração da realidade africana atual.

Como resultado dessa adequação de interesses, nos anos 60, priorizou-se a produção agrícola voltada para a exportação em detrimento da produção de alimentos voltados para a população local. Como resultado, tem-se uma produção de alimentos insuficiente para aplacar a fome de uma população em crescimento. Além disso, esse perfil de produção, monocultura para exportação, é concentrador de renda e de terras, impactando nas condições de igualdade e equilíbrio social. Como um dos resultados dessa política agrícola, tem-se que, nos anos 70, o continente necessitava de importação crescente de alimentos.

No que se refere à indústria, segundo Castells, não havia massa de consumo suficiente para a manutenção de um crescimento industrial sustentável e economicamente representativo. Aliado a isso, comprometendo sobremaneira a inserção do continente no mundo cada vez mais globalizado do período, havia um atraso tecnológico ao qual, dada a escassez de recursos para investimento, não foi possível fazer frente.

Aponta o autor que esta difícil situação resultou num significativo aumento do endividamento externo nos anos 80, comprometendo a autonomia política africana.

A política econômica indicada pelas instituições internacionais (ciosas em preservar seus recursos vertidos no continente) e adotada pelas elites locais (ciosas em preservar seus privilégios) não fez mais do que concentrar riqueza e renda. De acordo com Castells, em 1950, a África respondia por mais de 3% das exportações mundiais; já em 1990, esse número cai para 1,5%. A dívida externa, que, em 1980, representava 97% do valor das exportações, chega a representar 324% desse valor em 1994. Vários outros indicadores são usados pelo autor para reforçar sua argumentação.

Importa para o presente trabalho demonstrar que a organização sócio-econômica hegemônica produz e reforça processos de exclusão social em vários espaços, ou ainda, que o atual estágio do processo civilizatório concretiza-se muito mais em espaços que podem ser classificados como excludentes do que como includentes. Do país mais rico ao mais pobre, dada à precariedade das condições de vida de contingentes cada vez maiores de pessoas, observa-se um aumento das falhas da inclusão social; uma tendência de ampliação da

diversidade e de aumento de crescimento dos processos de exclusão social espacialmente observáveis.

Para Hobsbawen (1988), as atuais ‘falhas’ da inclusão social são frutos de um duplo colapso: o da política e o da sociabilidade. Representam, antes de qualquer coisa, o aumento da anomia e do niilismo no desencantado mundo atual, sendo que, “sob tais circunstâncias de desintegração social e política, devemos esperar, em todo caso, um declínio da civilidade e um crescimento da barbárie” (HOBSBAWEN, 1988 p. 279).

Neste sentido, a desintegração social e política - percebida por Hobsbawen – que se manifesta como crise das palavras e dos atos - apontados por Arendt como elementos da inserção do homem no mundo humano - só pode sinalizar para o crescimento da animalidade e para a diminuição da humanidade do homem, e, conseqüentemente, em detrimento da inclusão, para o reforço de processos de exclusão social nos caminhos da experiência existencial compartilhada da humanidade.

Para Xiberras (1993, p. 88), este aludido reforço da exclusão sobre a inclusão social, dos tempos atualizados, deve-se ao fato de que a sociedade atual,

(...) fundada sobre princípios de individualismo e de racionalidade, inaugurando uma forma espacial de relações humanas de natureza essencialmente individual e resultante da vontade ou do interesse, não parece verdadeiramente formar uma coletividade, tendendo ao relaxamento quase total do laço social.

São vontades e interesses do ‘ter’ e não de ‘ser’, que a cultura consumista contemporânea fomenta, combinando, “de maneira cada vez mais instável, a inclusão cultural e a exclusão socioeconômica” (CAMPOS, 2003, p. 31).

Nos tempos atualizados, a identificação e valoração dos indivíduos se fazem principalmente a partir das posses ostentadas. De tal maneira, qualquer meio utilizado para o aumento da ostentação ou do acesso ao consumismo tende a ser legitimado e justificado. Nesta conjuntura, a cidadania passa a ser entendida e buscada como sendo o acesso ao consumo. Não poder consumir os símbolos de maior *status*, e não os resultados alcançados pelo padrão hegemônico de organização socioeconômica, passa a ser percebido, de maneira individual, como o principal incômodo existencial das novas gerações.

Impõe-se neste momento, alertar para o fato de que:

(...) os aspectos sociais ou societais da essência do homem não podem ser separados dos outros aspectos de seu ser, exceto à custa da tautologia ou da extrema banalização. Não podem ser separados, mais que por um momento,

dos modos pelos quais os homens obtêm seu sustento e seu ambiente material. Nem por um só momento podem ser separados de suas idéias, já que suas mútuas relações são expressas e formuladas em linguagem que implica conceitos no momento mesmo que abrem a boca (HOBBSAWN, 1998, p. 87).

Não se pode, então, pensar a interação social e sua coesão sem considerar o imbricamento das dimensões cultural e material, e, desta forma, deixar de considerar como barbárie e berçário do terror, da violência excludente, da exacerbação das falhas da inclusão social, a promoção feita pelo sistema socioeconômico predominante da abissal desigualdade do desfrute do mundo entre os povos e entre os indivíduos. Tal fato leva à disseminação da violência como reação inerente e proporcional ao esgarçamento do tecido social e ao medo de destruição dos indivíduos e das culturas que tamanha desigualdade e carência material fomentam.

O sistema hegemônico de organização econômico social do mundo contemporâneo, o capitalismo, tendo como inerente ao seu funcionamento a exploração do homem pelo homem e da natureza pelo homem, leva ao reforço dos processos de exclusão social. Estrutura-se, tal sistema, contemporaneamente, sobre a geração de excedentes populacionais de maneira ‘natural’, sendo este, um dos seus componentes essenciais. Mediante os contínuos avanços tecnológicos que possibilitam um extraordinário dinamismo às relações capitalísticas de exploração, com o desenvolvimento do sistema, depois “de haver produzido mercadorias descartáveis, o trabalhador tornou-se a última mercadoria descartável” (CHAUÍ, 1999, p. 54). Criou - se “pela primeira vez na história, uma população excedente à produção, como modalidade regular e que o sistema auto-reproduzia” (FOLADORI, 2001, p.110). Além disso, o fim último da organização da produção no capitalismo (só possível pela mais-valia) é a obtenção do lucro; a valorização do capital. Reside nesta busca – posto que nela o que deveria ser fim, a vida humana, transforma-se em meio; e o que deveria ser meio, o processo de valorização do capital, transforma-se em fim (inversão que desumaniza todo o sistema) - a base ética das relações entre os agentes socio-econômicos. Esta busca do lucro se desenvolve mediante o estabelecimento de relações concorrenciais. Dessa forma, a lógica do sistema não está no estabelecimento de relações entre os agentes sociais do tipo ‘ganha-ganha’, mas se estabelece mediante as relações de ‘perde-ganha’. Tal padrão de relacionamento concorrenciais ou competitivo extrapola o âmbito das relações mercantis e passa a direcionar toda a moral do viver em sociedade.

Posto que “a competitividade exige a exclusão de alguns e o privilegiamento de outros, para que sejam estabelecidos parâmetros de oposição que vão forçar as pessoas, na

competição, a lutar para não serem rejeitadas e excluídas” (GUARESCHI, 2002, p. 146), qualquer sistema de organização econômico social permeado por esta moral, será predominantemente excludente.

Justamente por nossa condição de inacabamento, de inconclusão, de dependência; a proposta da auto-suficiência, da autonomia da liberdade absoluta, da afirmação soberana do valor do indivíduo, da desconsideração da dependência comunicacional do homem, características do individualista mundo capitalista contemporâneo, é impossível de ser realizada. A tentativa de concretização desse projeto burguês de auto-realização isolada, individualista e concorrencial, leva a conseqüências nefastas como, entre outras, a propagação da fome e da miséria. O que sobra de tal tentativa é uma multidão de seres humanos empobrecidos e descartáveis. Dessa forma,

(...) na atual conjuntura, o fato maior é, sem dúvida, o cruel predomínio de uma férrea lógica da exclusão, o clima de indiferença anti-solidária que a sustenta e, em decorrência, o fato de que uma imensa ‘massa sobranete’ de seres humanos descartáveis tenha passado a viver como lixo da história (ASSMANN apud GUARESCHI, 2002, p.149).

As discussões do processo de inclusão/exclusão social dentro deste contexto apresentam, de maneira simplificada, dois caminhos. O primeiro busca uma forma de minimizar a exclusão e fomentar o processo de inclusão social dentro do próprio sistema, ou seja, busca uma adequação dos agentes sociais de forma a possibilitar a sua inserção na exploração capitalista. Este caminho, chamado de “inclusão possível” por alguns (de inclusão perversa por outros), dar-se-ia pela capacitação do indivíduo, pelo avanço tecnológico e pelo crescimento econômico, enfim, mediante reforço dos arranjos institucionais. O sistema não é questionado; o “ser humano, pensado sempre fora da relação, é o único responsável pelo seu êxito ou pelo seu fracasso. Legitima-se quem vence, degrada-se o vencido, o excluído” (GUARESCHI, 2002, p. 154). Em outras palavras, a exclusão social é:

(...) concebida como uma conseqüência do fracasso na trajetória individual dos próprios excluídos, incapazes de elevar a escolaridade, de obter uma ocupação de destaque e de maior remuneração, de constituir uma família exemplar, de encontrar uma carreira individual de sucesso, entre outros apanágios da alienação da riqueza (POCHMANN, 2004, p. 10).

Para Quijano apud. Kowarik (1985, p. 43), a lógica “deste raciocínio poderia ser assim apresentada: os marginais são indivíduos que têm características e são marginais porque têm tais características.” No núcleo deste pensamento está presente a idéia de que:

(...) o sistema social é capaz de incorporar os grupos marginais, e que esta incorporação só pode ocorrer nos moldes da lógica estrutural vigente na sociedade. Trata-se, pois, de modificar os indivíduos e a sociedade, na medida em que não há antagonismos fundamentais entre o todo social e os grupos marginalizados. Toda a questão reduz-se, por conseguinte, em ativar o desenvolvimento econômico, abrir canais de participação a amplos segmentos da população, organizar os grupos sociais carentes e canalizar suas reivindicações para os centros decisórios, como se o conjunto destes processos não estivesse fundado em oposições que exprimem interesses inerentes a uma forma de apropriação do excedente econômico (KOWARIC, 1985, p.44).

No fundo, por trás da concepção da ‘inclusão possível’, está a idéia de inclusão social como forma de adequação dos desfavorecidos à sua situação, de tal forma que os mesmos “participem do processo de acumulação sem que possam beneficiar-se dos seus frutos” (SINGER, 1987, p. 39). É nesta perspectiva que a “inclusão possível” passa a ser considerada como “inclusão perversa”. Não se combate o relaxamento do tecido social, mas as possibilidades de ruptura. Trata-se de um movimento em que a sociedade:

(...) exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos incluídos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico (SAWAIA apud. SOUZA, 2004, p. 62).

Segundo Martins (1997, p. 32), na sociedade capitalista:

(...) todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, (...), fomos desenraizados e excluídos. (...). A sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica.

Neste sentido,

(...) a exclusão perde ingenuidade e se insere nas estratégias históricas de manutenção da ordem social, isto é, no movimento de reconstituição sem cessar de formas de desigualdade, como o processo de mercantilização das coisas e dos homens e o de concentração de riquezas, os quais se expressam nas mais diversas formas: segregação, apartheid, guerras, miséria, violência legitimada (SAWAIA, 2002, p.108).

Sobre essa concepção, dá-se a construção do segundo caminho de entendimento da relação entre o processo de inclusão/exclusão social e o capitalismo atual. Este caminho critica a organização econômica social do processo de produção capitalista. Não é o excluído

que precisa reintegrar-se, como coisa, mas a sociedade que precisa reintegrá-lo, como ser, numa outra lógica organizacional de responsabilização pública. O processo de exclusão social é visto como expressão das contradições do sistema capitalista e não como fatalidade oriunda de deficiências individuais. Acredita-se que, dentro da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo moderno, da acumulação flexível de capital (territorialização mundial da exploração do trabalho), considerando sua capacidade de adaptação e resistência às constantes crises de ruptura social produzidas no interior do próprio sistema, não há como vislumbrar a possibilidade de que processos de inclusão social prevaleçam sobre os de exclusão. Em se mantendo o sistema, qualquer tentativa neste sentido, é um paliativo; mera construção ideológica de apaziguamento e dominação dos explorados e dos que se encontram nos limites do processo de exclusão social. Trata-se, a ‘inclusão possível’, em última instância, segundo esta corrente, da criação e manutenção do ‘homem-coisa’, ou ainda, para Astorga apud Foladori (2001, p. 192), do ‘homem-peão’; aqueles que:

(...) nascem condenados desde a infância a maltratar seus corpos e sua alma até alcançar a condição física e espiritual de um peão, de um portador de força de trabalho bruta (...). O peão deve suportar com resignação os tempos de desemprego e deve manejar seu espírito para não se deixar arrastar pelo desespero quando é humilhado nos campos de trabalho, ou quando passa os dias caminhando de um lugar para outro e a fome esvazia suas entranhas.

Para este segundo caminho, só na construção de uma nova organização socioeconômica haveria a possibilidade de a inclusão social sobrepor-se à exclusão dominante do mundo atual. Porém, não há propostas factíveis dessa construção e, dada a não-linearidade do processo histórico, tampouco existe previsão segura sobre os resultados de qualquer proposta de construção do ‘dever-ser’ do ser humano histórico social, que possa garantir a eliminação de fenômenos sociais tidos como não desejáveis. Enquanto novas metamorfoses não surgem e/ou não se concluem, a tendência é que cada vez mais e mais rápido o tecido social relaxe, esgarce-se.

Ocorre que nessa conjuntura, o estado de desigualdade consentida é cada vez mais ameaçado de ruptura. Nestas condições, existe “um risco social de exclusão, para cada indivíduo, e um risco societário, para toda a sociedade, que pode, ela própria, falhar devido a esta dilaceração do tecido social e à perda de valores colectivos” (XIBERRAS, 1993, p. 24).

No entanto, a exacerbação da exploração capitalista que territorializa o mundo atual, se fragiliza na proporção das suas inevitáveis contradições mundialmente experimentadas. Trata-se da explicitação da antítese no inevitável processo de mudança histórica da sociedade.

Segundo Martins (1977, p. 127), “A tendência à aparente perpetuação do capitalismo, de sua exploração e de suas relações de poder não se repete sem reproduzir consigo aquilo que a nega e que propõe, no próprio bojo da exploração e da opressão, a libertação”.

Quer no núcleo hegemônico, quer em sua periferia, a fome - das necessidades e desejos corpóreos e ético sociais não satisfeitos - dilacera a crença no sistema capitalista e fragiliza os alicerces da sua estrutura. Há uma pressão cada vez maior ao *status quo* que não pode ser ignorada, isolada, escondida, como se faziam com os miseráveis, com os leprosos e os loucos. A exclusão salta aos olhos. Os excluídos, justamente aqueles inúteis para o mundo, que, ‘pecadores’, não cumprem o mandamento cristão de ganhar o pão com o suor do próprio rosto, povoam o mundo. Estão nas esquinas, nos semáforos, nos presídios lotados, nos manicômios, nas ruas-casas, nas favelas, nos famintos do mundo, nos iludidos e nos desiludidos, nos explorados e nos que não conseguem sê-lo, na ‘inclusão perversa’ das drogas, na violência mundial. Também estão nas cercas eletrônicas, na insegurança das seguranças, na guerra da paz, nas moradias cerradas, na restrição e opressão espacial, na maneira com que se evitam os olhares.

Aos que tem seu caminhar circundado por processos de exclusão social restam, residualmente, poucos sentidos, identificações tênues. Vão se fazendo cada vez mais sem cartão de crédito, sem documentos, sem rosto, sem nome; quase não existem;

(...) permanecem à margem das grandes dimensões institucionais (educação, saúde, trabalho) ou se beneficiam minimamente das mesmas. Isto significa dizer que mantêm posições sociais frágeis, podendo facilmente perder o lugar que ocupam no interior dessas dimensões (CARRETEIRO, 2002, p. 92).

No entanto, ao externalizarem, enquanto ‘não-ser’, os fantasmas do ‘ser’, ainda que sem intenção, reafirmam – se de forma virulenta.

O sofrimento ético-político dos que se encontram eminentemente em processo de exclusão social,

(...) revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (SAWAIA apud. SAWAIA, 2002, p. 105).

Os chamados excluídos são como:

(...) um cristal que, ao cair e quebrar segundo determinadas leis, manifesta os planos de fratura latentes também nos cristais ainda íntegros, (...). (...), revela, assim, com maior evidência o caráter de construção, segundo projetos fundamentais que cada vida possui e exhibe, agigantadas as lacerações presentes em todos, as possibilidades de fracasso latentes em cada existência (BODEI, 2000, p.65-66).

Simbolizam o perigo de uma ruptura a ser evitada e, como um fardo, uma corcunda de pedra naturalizada, muitas vezes assimilada, carregam toda a negatividade desta percepção e têm as características objetivas e subjetivas das suas interações sociais marcadas por este fato. São ‘os que não são’, ‘não têm’, ‘não fazem’ (SPOSATI, 1988), porque não sabem, não possuem, não devem ser, mas que, no entanto - mesmo que ‘da mão para a boca’ no que deveria ser um estado de exceção que, no entanto, tende cada vez mais a perenizar-se - teimam em existir. São os que se identificam e são identificados pelas carências, pelas faltas que expõem. Faltas que não nascem com o outro, excluído, mas que a ele são atribuídas em decorrência de categorizações feitas pelo eu (senhor dos preconceitos subjetivos e das discriminações objetivas) sobre seu percurso e seu estado existencial.

A categorização é inerente à construção social, à identificação e à individuação do eu e do outro. Surge de maneira inevitável a partir do encontro, possibilitando o reconhecimento das semelhanças e das diferenças entre os seres. Segundo Xiberras (1993),

(...) com a abertura cada vez mais vasta, da sua relação com o Outro, as sociedades modernas empederniram-se num modo de pensamento da diferença. Ora, esta perspectiva conduz a uma agregação parcial, ou a uma aparência de inclusão: o estrangeiro é acolhido por necessidade, mas conserva todas as suas características de estrangeiro, e é a relação com o Outro que, no seu conjunto, se tingem de estranheza e de hostilidade.

Portanto, para esta autora, encontros marcados pela atenção majoritária às diferenças, voltar-se-iam para a possibilidade de hostilidade; já os encontros em que predomine a atenção às semelhanças, voltar-se-iam para o acolhimento. Não é a percepção da diferença, posto que inerente aos seres, que leva à condição de hostilidade; mas sua sobreposição sobre as semelhanças individuais, coletivas e universais.

Inerente ao encontro está a construção do indivíduo, que se dá no regurgitar compartilhado das diferenças e semelhanças. A busca das semelhanças, acolhendo, lidando e sobrepondo-se às diferenças, é que vai caracterizar um encontro hospitaleiro, inclusivo.

A “contrapartida da exclusão, face pernicioso e cínica das relações intergrupais e categorizações, é a promoção de solidariedade e identidade, portanto, de inclusão e

pertencimento” (SOUZA, 2004, p. 67); elementos só possíveis em encontros marcados pelo acolhimento em relação ao outro, ou seja, hospitaleiros.

Para Matheus (2002, p. 66) “A hospitalidade representa, eminentemente, o sustentáculo do laço social, pois ela tem como princípio fundamental atar o indivíduo a um coletivo, contrapondo-se inteiramente ao ato de exclusão”.

Tem Baptista (2002) a hospitalidade como “modo privilegiado de encontro interpessoal marcado pela atitude de acolhimento em relação ao outro”.

A hospitalidade, relação harmônica de discórdias permitidas, de contradições ultrapassadas, é aqui também entendida como unidade de contrários que surge no encontro humano, no qual predomine o acolhimento das revelações do eu e do outro. Uma construção ética e moral, fundante da sociedade, baseada no encontro de objetividades e subjetividades num dado espaço, onde o outro é, e só pode ser, considerado enquanto distinta parte do eu.

O encontro com o outro é visto como a satisfação conflituosa de uma necessidade humana. Conflituosa, posto que identifica, e a identificação é o reconhecimento da diversidade e, portanto, da diferença, da possibilidade da divergência. O encontro social, vital para a existência humana, que surge de um querer, da satisfação de uma necessidade, demanda um exercício de controle. Controle de todas as diversas incompletudes, inconclusões, paixões e imperfeições de seus protagonistas. Este encontro, permitido pelo querer, é que possibilita que a identificação e a diferenciação se estabeleçam e não a violência. Tem-se que “O respeito ao direito de ser passa pelo respeito ao direito da possibilidade de conviver sendo-se o que se é” (TASSARA in SORRIENTO, 2001, p. 215). Portanto, a hospitalidade é uma questão ética e moral.

Para Baptista (2002, p.157), reportando-se a Emmanuel Lévinas, a hospitalidade “representa a disponibilidade de a consciência acolher a realidade do fora de si”. Dessa forma, ao representar uma condição para o relacionamento, para o encontro com o outro, representa também, a hospitalidade, condição para a existência da sociedade do homem, para a construção de sua cultura e para sua humanização. Constitui-se, assim, em fundamento para a sociedade, estando na gênese da sua criação.

O conceito de razão ético-pré-originária de Dussel (2000) encontra-se com o conceito de hospitalidade de Baptista, (e não poderia ser de outra forma dado que os dois se baseiam em Lévinas), ao considerar que:

(...) a razão ético-pré-originária’ abre, como anterioridade, o ‘espaço-possibilidade’ da ‘ação comunicativa’, da ‘argumentação’, a partir da

capacidade originante de estabelecer o ‘encontro’ com o outro e, em maior medida e como limite extremo ético de exterioridade, no espaço do ‘outro-afetado-excluído.

Esta capacidade originante de estabelecer o ‘encontro’ é aqui considerada como hospitalidade.

A hospitalidade, sendo a busca do acolhimento do “outro”, condição para o estabelecimento da sociedade e da solidariedade entre os seus componentes, questão ética e moral, inevitavelmente demandará um espaço; o espaço necessário para o encontro. O espaço é, portanto, elemento essencial da hospitalidade. A hospitalidade estará na forma como a sociedade, com suas contradições, suas disputas, representações e coesões, historicamente se realiza no espaço. Espaço que deve transformar-se em “lugares de hospitalidade onde (...) surgem à consciência de um destino comum e o sentido de responsabilidade que motiva a ação solidária” (BAPTISTA, 2002, p. 158).

Entende-se aqui que, embora próximos, solidariedade e hospitalidade não são sinônimos.

A solidariedade “vínculo problemático que assegura a complementaridade dos componentes de uma sociedade a despeito da complexidade crescente de sua organização” (DURKHEIM apud CASTEL 2003); que não significa o estar entre, mas o estar com, portanto, reforço do entrelaçamento dos fios que formam o tecido social só pode existir a partir da hospitalidade, ou seja, da acima referida ‘capacidade originante de estabelecer o ‘encontro’ com o outro’. De tal forma, mesmo que não valorizada contemporaneamente, a hospitalidade é uma condição constante no desenvolvimento da civilização humana e a solidariedade é a configuração de uma situação.

A caracterização de espaços como lugares de hospitalidade dar-se-ia mediante condições de cidadania, autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano, equidade intra e interssocial, democracia e felicidade presentes nesse espaço. Elementos referenciais de processos de inclusão social.

Presente nos princípios da sociedade humana, elemento genético da sua constituição, apresentando-se no tempo e no espaço sob diversas formas e recebendo diversos valores, volta a ser de fundamental importância no mundo contemporâneo de tecido social esgarçado, a percepção da ética e da moral da hospitalidade; tanto nos seus conteúdos subjetivos quanto objetivos. Afinal, não basta acolher as diferenças e divergências, instituir relações harmônicas de discórdias consentidas unicamente na dimensão do subjetivo. O pão, assim como o vinho, não de ser hospitaleiramente repartidos. Acolher ao outro é respeitá-lo nos seus desejos, nos

seus sonhos, tanto quanto também o é, solidariamente, objetivar condições para a satisfação desses desejos, desses sonhos. É preciso conceber que ao ser humano, por ser humano, tão importante quanto o pão é o vinho; tão importante quanto a sua dimensão corpórea, é a sua dimensão ético social. Afinal, como afirma Sawaia (2002, p. 101): “assim como de fome, morre-se de vergonha. O homem não existe sem o corpo. Corpo e alma são ativos ou passivos juntos e por inteiro”. O alimento do corpo também o é o da alma e o da alma, do corpo. É preciso, pois, comer sonhando.

O mundo contemporâneo da comunicação sem entendimento, da pleora de contatos sem significância, desérticos, que contaminam e caracterizam nosso ser social e individual; vê ressurgir, condizente com o Juízo de Osíris, a percepção da necessidade ética e moral da hospitalidade.

Voltamos, então, para o imbricamento do corpóreo e do ético social como condição para a reprodução, manutenção e expansão da vida humana em busca da felicidade. Discutir o processo de inclusão/exclusão social é discutir o sofrimento e a felicidade humana,

(...) epistemologicamente, significa colocar no centro das reflexões (...) a idéia de humanidade e como temática o sujeito e a maneira como se relaciona com o social (família, trabalho, lazer e sociedade), de forma que, (...), fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais (SAWAIA, 2002, p. 98).

Para KOWARIC (1985),

(...) a situação de exclusão social não é aleatória. Quando indivíduos ou grupos são excluídos de um benefício social, tendem também a ser de outros, ou seja, o processo de marginalização tende a ser *cumulativo*. Ocorre quando o não-acesso a recursos de uma esfera da sociedade leva também ao não-acesso a muitos outros: as exclusões sociais adicionam-se.

Da mesma forma cumulativa, também é o processo de inclusão social.

O estudo da inclusão/exclusão social, por sua natureza, não pode restringir-se a caracterização de uma situação, mas a análise de processos que levem a uma determinada situação. Não interessa a luz ou a sombra, mas da luz à sombra, o matizar dos tons.

Este é o caminho trilhado por Castel, que, na tentativa do entendimento da questão da inclusão/exclusão social - “aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura” (CASTEL, 1998, p. 30) - não busca o ‘desviante’, mas sim, ‘processos de desvios’. Debruçando-se sobre esta questão (da coesão social atual), pergunta-se este autor:

Se a redefinição da eficácia econômica e da competência social deve ser paga ao preço de se pôr fora-do-jogo de 10, 20, 30 % ou mais da população, será possível falar ainda de pertencimento ao mesmo conjunto social? Tal é, ao meu ver, a nova questão social. O que é possível fazer para recolocar no jogo social essas populações invalidadas pela conjuntura e para acabar com uma hemorragia de desfiliação que ameaça deixar exangüe todo o corpo social? (Castel, 1998, p. 34).

Castel (1998) considera que o conceito de exclusão social é estanque demais (ao designar estados de privação em detrimento de processos que engendram tal estado) e impreciso demais (ao abarcar uma multiplicidade de situações infelizes não redutíveis a um gênero comum). Dessa forma, é preciso para o entendimento da questão social atual:

(...) reinscrever os déficits em trajetórias, reenviar a dinâmicas mais amplas, estar atento aos pontos de oscilação que geram os estados limites. Procurar a relação entre a situação em que se está e aquela de onde se vem, não autonomizar as situações extremas, mas juntar o que se passa nas periferias com o que acontece em direção ao centro (Castel, 1998, p. 26).

Para este autor, esta alternância de estados dentro de uma determinada rede de relações sociais está intimamente, ou ainda, prioritariamente, relacionada com a divisão social do trabalho, ou seja,

(...) a associação trabalho estável – inserção relacional sólida caracteriza uma área de integração. Inversamente, a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional conjugam seus efeitos negativos para produzir a exclusão, ou melhor, (...), a desfiliação (Castel, 1998, p. 24).

È nas transformações históricas das relações de trabalho, das trocas produtivas (do mundo tutelar medieval ao mundo contratual atual), que o autor vai buscar a base do desenvolvimento de suas argumentações e introduzir, no estudo dos processos de inclusão/exclusão social, novas categorias de análise. Assim, em substituição ao conceito de exclusão social, desenvolve o conceito de desfiliação; noção que “pertence ao mesmo campo semântico que a dissociação, a desqualificação ou a invalidação social” (Castel, 1998, p. 26). É apresentada como sendo um processo de rupturas parciais dos vínculos sociais que se manifestam, de maneira isolada, mas também e principalmente de maneira cumulativa, nas dimensões do econômico, do político, do jurídico e do cultural.

Demonstra este autor desenvolver suas reflexões sobre o processo de inclusão/exclusão social dentro de uma realidade específica de alguns países da Europa; referir-se ao ‘umbigo

do mundo' e ignorar totalmente a questão social dos que circundam e alimentam este umbigo - a maioria das sociedades - ao afirmar que:

Tudo se passa como se descobríssemos com angústia uma realidade que, habituados com o crescimento econômico, com o quase-pleno-emprego, com os progressos da integração e com a generalização das proteções sociais, acreditávamos esconjurada: a existência, novamente, de “inúteis para o mundo”, pessoas e grupos que se tornaram supranumerários diante da atualização das competências econômicas e sociais (CASTEL, 1998, p. 32).

Segundo Xiberras (1993, p. 25), o estudo do processo de inclusão/exclusão social põe em cena “o excluído e o *socius*; e dois termos de troca mútua: o material e o simbólico”.

Duas dificuldades são apontadas por esta autora para o estudo do tema: (a) a influência do pensamento etnocêntrico individualista no olhar do pesquisador e (b) a dificuldade de delimitação do fenômeno.

Sobre a primeira dificuldade, aponta esta pesquisadora que a questão não pode ser enfrentada senão:

(...) pagando o preço de uma mudança de paradigma, o preço de uma mutação epistemológica do nosso pensamento. No coração desta aposta constrói-se a idéia de que é realmente o paradigma fundador do Ocidente liberal, o arquétipo individualista, que lança sobre tudo o que observa a sombra da exclusão (XIBERRAS, 1993, p. 36).

De tal forma, é necessário que outros referenciais teóricos, outras visões, que tragam na sua gênese também a visão do considerado excluído, sejam incorporadas à discussão.

Sobre a segunda dificuldade aponta a autora que “Exclusão e inserção são conceitos com valor relativo que dependem do espaço ao qual fazem referência implícita: inserir onde? Excluído de quê?” (XIBERRAS, 1993, p. 26). Portanto, é necessário precisar o espaço referencial com o qual se vai trabalhar sobre o risco de, não o fazendo, perder-se na opacidade do fenômeno.

Segundo Xiberras, estudar o trajeto da exclusão permite compreender o trajeto da coesão social e “englobar num só olhar a ordem e o progresso específicos da modernidade, sem rejeitar a parte da sombra, as desordens e as calamidades sociais, que são os seus corolários” (XIBERRAS, 2003, p. 37). Reconhecendo o caráter cumulativo do processo de exclusão afirma ainda esta autora que:

Tudo se passa como se a sociedade de acolhimento pudesse, em rigor, aceitar a diferença ou o desvio em relação à normalidade, ao menos no que respeita a um ponto, mas a acumulação, ou a soma, de demasiadas diferenças tornar-se-lhe-ia insuportável (XIBERRAS, 1993, p. 31).

Também para Martins (1997), o processo de inclusão/exclusão social não se restringe à dimensão do econômico, mas alcança as dimensões políticas, morais, culturais e humanas das relações sociais. No entanto, alerta o autor que o uso indiscriminado do conceito de exclusão social para a compreensão da coesão social, da maneira como vem ocorrendo, ou seja, abarcando de maneira indiscriminada diversos problemas sociais e substituindo a idéia de processos de exclusão ou de marginalização por um conceito estanque vago e impreciso, desvia o entendimento e prejudica o enfrentamento dos problemas sociais. Ainda segundo este autor,

(...) a idéia de exclusão é pobre e insuficiente. Ela nos lança na cilada de discutir o que não está acontecendo (...), impedindo-nos, portanto, de discutir o que de fato acontece: discutimos a *exclusão* e, por isso, deixamos de discutir as formas pobres, insuficientes e, às vezes, até indecentes de *inclusão* (MARTINS, 1997, p. 20).

Portanto, manifestando-se de múltiplas maneiras e em múltiplas dimensões, o processo de inclusão/exclusão social diz respeito a toda a sociedade. Tanto os considerados excluídos ou em processo de exclusão, quanto os incluídos ou em processo de inclusão são fios da teia social e estudá-los implica estudar a própria teia, suas estruturas e transformações. Reconhecer o fato de que o processo de exclusão/inclusão social manifesta-se de múltiplas maneiras e em múltiplas dimensões pode se traduzir em dificuldades conceituais e metodológicas, de delimitação do objeto, mas não em frugalidade.

O processo de inclusão/exclusão social é um processo que engloba, sem resumir-se a, uma série de outros processos que fragilizam ou reforçam os vínculos sociais nas suas dimensões econômicas, políticas, culturais e humanas. É vivenciado na própria gênese da humanidade e ganha maior complexidade concomitante à complexidade da organização social. No entanto, a dificuldade em definir conceitualmente este processo e seu espaço referencial - sem negar aqui o risco de banalização indiscriminada de seu uso - não significa que seja inválido ou que deva ser abandonado. Não se pode negar a existência desse processo nos relacionamentos humanos. Ao contrário, a dificuldade em se lidar cientificamente com o mesmo, de apreendê-lo, torna-o um rico campo para o espírito pesquisador.

Percebe-se pelo exposto – visto que o fenômeno pode se apresentar de diferentes formas – que o conceito do processo dialético da inclusão/exclusão social só pode ser polissêmico, residindo nesta condição, o seu maior risco e a sua maior potencialidade. Risco de tornar-se um significante sem significado. Potencialidade para que se caminhe no desenvolvimento de novas interpretações da realidade impostas na tentativa da tradução do

fervilhante mundo contemporâneo. Tradução só possível permeada pelas incertezas, posto que na construção de novas ignorâncias a pergunta é a gênese do método, não a afirmação.

O processo de inclusão/exclusão social, na magnitude atual do esgarçamento do tecido social e de risco de ruptura, aponta para a necessidade de transformações ou mudanças nos padrões culturais de reprodução humana, no sentido da construção de uma socialização ‘positiva’, de espaços hospitalares, inclusivos, contrários à violência excludente. Espaços nos quais atores, dentro de sua natureza humana, ou seja, imbuídos das suas necessidades de interação e decorrentes acomodações – de superação das diferenças e das contradições – possam obter e possam querer obter condições para a ação e expansão de suas potencialidades corpóreas e ético sociais.

Desse ponto, questiona-se: como se desenvolve o processo de exclusão/inclusão social no espaço social brasileiro?

Segundo dados presentes no Atlas da Exclusão Social no Brasil,

(...) cerca de 42% do total de municípios, equivalente a 21% da população brasileira, vive em localidades associadas à situação de exclusão social. Por outro lado, apenas cidadãos de 200 municípios, 3,6%, representando 26% do total da população, residem em áreas que apresentam padrão de vida adequado (POCHMAN & AMORIM, 2003, p. 11).

Ainda segundo esta publicação, “verifica-se que, em pleno limiar do terceiro milênio, o Brasil continua a se equilibrar sobre uma frágil base como nação” (POCHMAN & AMORIM, 2003, p. 9) e constatando-se que “ao longo do território do quinto maior país do mundo, há alguns ‘acampamentos’ de inclusão social em meio a uma ampla ‘selva’ de exclusão, que se estende por praticamente todo o espaço brasileiro” (POCHMANN & AMORIM, 2003, p. 21).

O trabalho acima referido buscou fotografar a situação de exclusão social presente no espaço social brasileiro a partir da seleção dos seguintes temas:

- a. Padrão de vida digno. Tentou-se observar aqui - tendo como indicadores: (a) porcentagem de ‘chefes’ de famílias pobres no município, (b) quantidade de trabalhadores com emprego formal sobre a população em idade ativa, (c) uma *proxi* do índice de desigualdade de renda, calculado pela razão entre a quantidade de chefes de família que ganham acima de dez salários mínimos sobre os que ganham abaixo disso – as possibilidades de bem-estar material da população.

- b. Conhecimento. Neste tema, buscou-se quantificar a participação da população no legado técnico-cultural social. Os indicadores selecionados foram: (a) anos de estudo do chefe da família e (b) alfabetização da população acima de cinco anos de idade.
- c. Risco juvenil. Buscou-se captar a desesperança dos jovens carentes mediante os seguintes indicadores: (a) participação de jovens de 0 a 19 anos na população e (b) taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Estes indicadores foram transformados em índices - segundo a fórmula utilizada para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Amartya Sen – que, ponderados, resultaram no chamado Índice de Exclusão Social.

Tal trabalho teve como objetivo maior ser um instrumento para o questionamento e enfrentamento da exclusão social no espaço brasileiro. No entanto, percebeu-se que o ‘fotografar’, embora muito importante, refere-se a um momento, sendo, portanto, insuficiente para o trato de uma questão que é de natureza processual. O volume 2 do Atlas da Exclusão Social no Brasil buscou não ‘fotografar’, mas ‘filmar’ a evolução no tempo da exclusão social. Para tanto, comparou o chamado ‘Índice de Exclusão Social no Brasil’ nos períodos de 1960 a 1980 e de 1980 a 2000. Neste trabalho, o Índice de Exclusão Social calculado para 1960 foi de 0,507, para 1980 foi de 0,574 e para 2000, 0,527. Observa-se assim que, após sofridos anos, o resultado alcançado no que diz respeito ao processo de inclusão/exclusão social, segundo esta metodologia, é de um aumento quantitativo do número de pessoas que tem sua experiência existencial permeada por processos de exclusão social.

Não se trata, por enquanto, de discutir os conceitos e os critérios metodológicos usados para a definição e medição da exclusão e da inclusão social nas publicações acima referidas. Importa aqui, ressaltar a idéia de que só mediante uma visão processual, histórica, na ‘forma de filme’, é que se pode querer entender e caracterizar o processo de inclusão/exclusão social no espaço social brasileiro. Importa também ressaltar que a construção histórica nacional produziu uma situação de enorme distanciamento social não condizente com um espaço que se quer propício ao desenvolvimento de ‘lugares de hospitalidade’, ou seja, onde processos de inclusão social se sobreponham aos de exclusão.

Conforme auferido a partir de estatísticas oficiais existentes, como resultado dos caminhos históricos trilhados no Brasil, tem-se uma situação em que o grupo das 5 mil famílias ‘muito ricas’ do país (0,001% das famílias), “apropria-se do equivalente a 3% da renda total nacional, representando seu patrimônio algo em torno de 40% do PIB brasileiro” (POCHMANN, 2004, p. 29). Obviamente que esta concentração de riqueza e conseqüente poder político não é uma situação recente;

(...) sedimentou-se na constituição de um país sustentado originalmente por uma estrutura produtiva vinculada à grande propriedade fundiária, dependente da monocultura para exportação e do trabalho escravo para a produção da riqueza (POCHMANN, 2004, p. 31).

Não se nega aqui, em acordo com Fragoso (2002), que, além desses traços formadores, a América portuguesa viveu diversos cenários históricos montados por diferentes elites e formas de acumulação da riqueza, com distintas vivências do processo de inclusão/exclusão social. Porém, concorda-se com Caio Prado Junior (1982), ao se considerar que a grande propriedade, a monocultura para exportação (com suas demandas) e a escravidão vão dar o sentido da colonização brasileira. Tais elementos vão marcar, de maneira fundamental, a evolução histórica de espaço social no Brasil; alcançam o presente e sinalizam caminhos futuros.

Ao longo do tempo, o Brasil foi colônia, monarquia, república, ditadura e democracia, sem que, mediante estas transformações, lograsse formar uma sociedade que, em princípios do século XXI, pudesse ser considerada inclusiva e hospitaleira à maioria dos seus. Revela Pochmann (2004), a partir de comparações censitárias, a constância da desigualdade social no Brasil ao longo dos séculos, mediante as seguintes informações: (a) em 1872, 1,8 % do total de famílias no Brasil respondiam por aproximadamente 2/3 do estoque de riqueza e de todo o fluxo de renda do país, (b) em 1920, 1,3% das famílias se apropriavam de 66,1% das propriedades rurais no país e (c) em 2000, informação já exposta aqui, 0,001% das famílias possuíam patrimônio equivalente a 40% do PIB.

Apesar de algumas evoluções na universalização de direitos, na democratização e na escolarização; no espaço social brasileiro contemporâneo encontram-se processos de exclusão social seculares que se somam a novos e ameaçam de maneira decisiva a coesão social.

A atual situação de grande desigualdade social, de um país rico de pobres e pobre de ricos, marca histórica do espaço social brasileiro, enfraquece a democracia que, mesmo estando devidamente defendida na constituição brasileira e na maioria dos discursos oficiais, não está presente na realidade social, institucional, política e econômica do território nacional.

O espaço social brasileiro foi sempre marcado pelo autoritarismo, pelo distanciamento social contrário à cidadania e à democracia, por um desenvolvimento econômico dependente das condições e decisões externas, pela alternância contínua de grupos da elite no poder, pela superioridade da idéia do privado em relação ao público, pela busca de uma identidade

baseada nas características de povos considerados mais ‘civilizados’, mais ‘cultos’ ou mais brancos.

O autoritarismo continua sendo a marca do espaço social brasileiro, que, segundo Dallari in Mota (2000, p. 475), “esteve sempre muito presente, não só nas relações entre governos e governados, mas também em todas as relações sociais”. O colonialismo, a escravidão, a cultura do direito nacional, o catolicismo, as ditaduras, os preconceitos étnicos e culturais, a enorme diferença na distribuição de direitos e de deveres, a concentração das riquezas, a construção do patrimônio histórico e artístico nacional vão formar e reforçar este autoritarismo. Autoritarismo que delimita rigidamente papéis e territórios, que se oculta por vezes numa cordialidade de tratamento e que se justifica tanto por uma construção ideológica, que coloca a ‘conciliação’ dos elementos sociais como forma de preservação da segurança da pátria, como por uma desvalorização ideológica da capacidade de autodeterminação da maioria da população, que sendo boa, porém, ‘inculta’ e inocente, necessita ser guiada, direcionada, ou em outras palavras, domada pelas elites econômicas e intelectuais.

Num mundo em que:

Não só o capital parece ter vida própria, mas sua vida parece determinar de maneira ‘natural’ e ‘espontânea’ o lugar de cada um e de cada coisa, garantindo a cada um e cada coisa seu sentido, seu papel e sua finalidade (...), a lógica econômica comanda a lógica social, política e psicológica (CHAUÍ, 2001, p. 28).

Desse modo, o desenvolvimento econômico, brasileiro alta e continuamente dependente de condições e decisões externas, sobrepõe as demandas sociais locais não satisfeitas às demandas do sistema mundial de acumulação flexível do capital, cujos interesses são pautados pela maximização e continuidade das condições de reprodução do próprio sistema, em que decisões desvinculadas de valores humanos, de considerações morais e éticas são justificadas por essa lógica econômica do mercado internacional. Assim sendo, a dependência econômica externa, pela imposição de interesses econômicos externos reduz a ampliação dos espaços hospitaleiros no Brasil, na medida em que reduz a capacidade da nação de satisfazer as necessidades de reprodução e expansão das potencialidades corpóreas e ético sociais de grande parte de sua população.

Porém, esta imposição de interesses externos só é possível, assim como na África, mediante a cooptação das elites locais. Continuamente, concomitante ao esgotamento de modelos de desenvolvimento econômico culturalmente dependentes, ao longo do tempo, em que pesem o surgimento de novos elementos sociais e políticos importantes, bem como de

manifestações de insatisfação por parte da população, as alterações na estrutura política brasileira sempre resultaram de manobras entre grupos dominantes da elite local. Manobras que se viabilizam tanto via redes de ‘politicagem’ estabelecidas a partir das benesses das máquinas administrativas governamentais, quanto pela capacidade de interação destas elites com o capital internacional e seus interesses. Nas relações de poder entre as classes sociais brasileiras sempre predominou “a ‘conciliação’, como ajuste de cúpula resolvendo situações de conflito político, mantendo intocada a realidade social” (DALLARI in MOTA, 2000, p. 459). Segundo WARREN (2001, p. 48),

Na tradição cultural política brasileira, predominantemente autoritária e elitista, a preempção/apropriação das alternativas mais populares sempre foi a regra das elites no poder, embora justificada por discursos pseudodemocráticos.

Como em quase todos os setores no Brasil, também no desenvolvimento do turismo:

(...) grupos sociais superiores continuam exigindo do Estado a realização e modernização, com o dinheiro do povo, de serviços de grande vulto e custo elevado, de que os empreendimentos econômicos necessitam, como o sistema viário, a produção de energia elétrica, a instalação e manutenção de modernos sistemas de comunicação, a preparação de mão-de-obra qualificada, além de inúmeros outros (DALLARI, 2000, p. 484).

Nesta condição, ao concentrar benefícios e socializar os custos, ao contrário da retórica oficial, o turismo pode acabar por contribuir com o reforço do processo de exclusão social, com a construção de lugares de hospitalidade restritos, circundados por espaços crescentes de inhospitalidade onde predominem os processos de exclusão social.

Diante do exposto, qual a possibilidade do turismo, mediante as políticas públicas desse setor, atuar no sentido do reforço da coesão social? Os resultados dessas políticas se traduzem em reforço das possibilidades para a ação e expansão das potencialidades corpóreas e ético sociais do ser humano, num reforço dos processos de inclusão sobre os de exclusão social? Facilitam as políticas públicas de turismo, a formatação de espaços condizentes com desenvolvimento de lugares hospitaleiros? Como avaliar e dimensionar os resultados? Será possível a construção de indicadores que expressem a complexidade do fenômeno do processo de inclusão/exclusão social? Admitindo-se esta possibilidade, deve-se ter como referencial para a construção destes indicadores as condições mínimas; ou as condições ideais para o reforço de processos de inclusão social?

Admitindo-se, em acordo com Castells (1999), que o processo de inclusão/exclusão social se expressa espacialmente e que, segundo Xiberras (2003) só pode ser frutiferamente estudado se delimitado, elegeu-se como espaço referencial para a construção das reflexões sobre os questionamentos expostos, o município de Mata de São João.

CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

Após a década de 1980, a chamada década perdida, o país tenta (re) organizar-se econômica e socialmente. Já não há mais a ilusão de que o crescimento econômico fosse permanecer nos mesmos níveis que os apresentados em décadas anteriores. Já não há mais a crença de que com o passar do tempo, quase que automaticamente, todos, ou melhor, grande parte da população, pudesse ascender a padrões de vida melhores.

O modelo de crescimento econômico até então adotado - 'ingenuamente' aceito e deliberadamente divulgado e imposto como sendo caminho e sinônimo de desenvolvimento social – baseado na transferência de recursos à iniciativa privada via endividamento do Estado; diante da restrição abrupta de capitais internacionais disponíveis, de aperto de crédito e explosão dos juros internacionais, que mantinha a economia aquecida e ajudava desta forma a manutenção do poder político ditatorial, faz água.

Conforme informa Filgueiras (2001), a elevação da taxa de juros internacional fez com que o valor da dívida externa passasse de US\$ 64 bilhões, em 1980, para US\$ 114 bilhões em 1987, sendo que o valor pago pelo serviço dessa dívida passou a representar neste último período 102,2 % das exportações.

Ao contrário do que ocorria nas décadas anteriores, na década de 1980, o fluxo de capital se dá do país para fora. Visando garantir condições de pagamento de parcelas da sua crescente dívida externa e reorganizar o funcionamento interno da economia do país, vários planos econômicos de estabilização são tentados e vários acordos recessivos com instituições internacionais de crédito são firmados. Sem capacidade de arcar com seus pagamentos, o governo federal passa a decretar moratórias.

Conforme tabela abaixo, ao longo da década, a inflação dispara descontrolada. Já o crescimento econômico apresenta retração num primeiro momento, e taxas elevadas de crescimento após 1984.

Anos	Taxa de inflação	Taxa de crescimento
1980	100,2	9,3
1981	100,9	- 4,3
1982	95,4	0,8
1983	154,5	-2,9
1984	220,6	5,4
1985	225,5	7,8
1986	142,2	7,5
1987	224,8	3,5
1988	684,5	-0,1
1989	1320,0	3,2

Tabela 1 - Inflação e PIB Brasil, 1980 – 1989.

Fonte: Conjuntura Econômica –FGV (abril/99)

Reflexões de Economistas Baianos: Luiz Filgueiras

A herdeira década de 1990 é marcada por constante instabilidade econômica e por um período inicial de instabilidade política; condições fomentadoras de incertezas e de inflação. A instabilidade política inicial serviu, ao fim, para reforçar a estabilidade política formal do restante do período. A instabilidade econômica foi contornada mediante o lançamento do Plano Real em 1994.

Outra marca da década de 1990 é a hegemonia da retórica do modelo neoliberal como caminho único para o desenvolvimento econômico e social das nações. Este modelo, parcialmente adotado pelos países chamados desenvolvidos e integralmente recomendado pelas instituições financiadoras internacionais como uma cartilha a ser literalmente seguida pelos países devedores pobres, apregoa ser o mercado a instituição em melhores condições para realizar a síntese social. Ou seja, em detrimento do Estado, instância para o contrato político de uma sociedade, o mercado e sua dinâmica deveria ser o definidor dos padrões de solidariedade social. O governo brasileiro então, via privatização de suas empresas, abandona sua posição empresarial e reforça seu papel de regulador e estimulador das atividades econômicas.

Este modelo de desenvolvimento econômico passou a vigorar no Brasil a partir do governo Collor de Melo. Neste período dá-se início a um processo de privatização de

importantes empresas estatais, é promovida a abertura econômica, ocorre um rompimento geral dos acordos com o seqüestro dos ativos financeiros, e o presidente da República sofre um processo de *impeachment*, sendo retirado do poder.

Já no início da década de 1990, segundo Sallun (2000, p. 430):

(...) os recursos financeiros externos voltam a fluir para o Brasil, o que permitiu ao país acumular um volume muito grande de reservas em divisas estrangeiras (...), as reservas passaram de 9 bilhões de dólares no final de 1991 para 24 bilhões em 1992, atingindo cerca de 42 bilhões em meados de 1994.

O Plano Real consegue debelar a inflação desordenada de anos. Os juros altos foi condição para a atração e manutenção de capitais internacionais para o país que dessa forma pode, via controle de juros e valorização do câmbio, estabilizar a inflação e (re) financiar seu desequilíbrio externo e interno.

A tabela abaixo indica o comportamento da variação de preços na década de 1990, pós Plano Real.

Anos	IGP-DI	INPC
1994	2.406,80	929,32
1995	67,50	21,98
1996	9,34	9,12
1997	7,48	4,34
1998	1,70	2,49
1999	19,99	8,43
2000	9,95	5,27

Tabela 2 - Variação anual de preços (%) Brasil, 1994-2001.

Fonte: FGV, IBGE, FIPE, DIEESE

Reflexões de Economistas Baianos: Filgueiras

Uma outra característica deste período, tanto a nível nacional quanto internacional, é a financeirização crescente da economia.

Decorre, em parte, esta financeirização, da liberalização dos mercados internacionais de moedas e títulos. Em conseqüência, paulatinamente, as bolsas de valores passam a ditar, mediante jogo de expectativas, mais do que a produção, o funcionamento das economias. As grandes empresas e os grandes investidores, gerenciadores de recursos financeiros, mediante a

transferência instantânea de recursos de uma parte a outra do planeta, se não ditam, interferem de maneira significativa no funcionamento da economia mundial e das nações. De um dia para o outro, diante de pressões financeiras internacionais especulativas, as populações ficam sujeitas a verem seus padrões de vida afetados, as economias de seus países em crises de insolvência e de crescimento. Essa instabilidade é sentida principalmente em países, como o Brasil, devedores e dependentes de recursos externos para equilibrar a sua economia.

Em 1999, o governo brasileiro se vê obrigado, diante da recusa do capital financeiro internacional em seguir financiando o crescente déficit na conta de transações correntes e, perdendo uma queda de braços com especuladores, a desvalorizar a sua moeda e mudar a política cambial.

A partir da década de 1990, acompanhada da desregulamentação progressiva das relações comerciais entre os países; alocando os trabalhadores do mundo inteiro e no mundo todo, as relações capitalistas de produção se desterritorializam para reterritorializarem-se de maneira diferente em diferentes espaços. É a mundialização do capitalismo que se dá mediante estas possibilidades de acumulação flexível de capital.

Segundo Sallum (2000, p. 426) “adotou-se cada vez mais novas formas de controle permitidos pela telemática para centralizar a gestão de enormes massas de capital e para descentralizar as operações produtivas, inclusive pela subcontratação de terceiros”. Ocorre que, se as empresas e o capital se tornaram transnacionais, o mesmo não se deu com o trabalhador. Desta forma, na disputa entre maiores lucros e maiores salários, o trabalhador do Brasil ou dos EUA, passa a concorrer com os trabalhadores da Tailândia, por exemplo. Aliado a isto, as constantes revoluções tecnológicas colocam obsoletos e/ou inaproveitáveis saberes e fazeres anteriormente mantenedores de empregos.

Diante destas e de tantas outras transformações, espaços sociais perdem função e sentido e, sob o risco de perderem o bonde do desenvolvimento econômico, buscam novas formas de interagirem com os circuitos mundiais econômicos financeiros e de produção.

O turismo, altamente adaptado aos interesses e as novas formas de reprodução capitalista, na medida em que possibilita a comercialização de uma existência deslocada no tempo e no espaço, ou seja, comercializa a paisagem, o ar, as manifestações expressivas do homem, as expectativas de satisfação das demandas corpóreas e éticas sociais; e na medida também em que se fortalece pelos avanços da tecnologia (maior comunicação, maior possibilidade de deslocamento, etc) e da desregulamentação crescente das relações comerciais internacionais, independente das crises conjunturais, apresenta taxas de crescimento constantes e posiciona-se como uma das primeiras atividades do comércio mundial. Em outras

palavras, na compressão do espaço pelo tempo, de um ‘mundo que cresce numa terra que diminui’ o turismo se fortalece.

Segundo dados da Organização Mundial de Turismo – OMT (2005), o turismo apresentou na década de 1990, uma taxa média de crescimento da ordem de 5,4 % anuais no fluxo de pessoas e um aumento de receitas a taxa média de 7,8 % ao ano. A World Travel and Tourism Council – WTTC estimou em US\$ 4,5 trilhões de dólares o faturamento do setor e o valor de US\$ 792,4 bilhões de impostos gerados.

Porém “a importância do turismo reside menos nas estatísticas que mostram, parcialmente, seu significado e mais na sua incontestável capacidade de organizar sociedades inteiras e de condicionar o (re) ordenamento de territórios para sua localização” (CRUZ, 2002, p. 8).

O turismo é um grande transformador de espaços, de seus ‘fixos’ e dos seus ‘fluxos’. Dessa forma é capaz de produzir desarranjos econômicos, sociais e ambientais altamente maléficos. Os governos são chamados a atuar no sentido de direcionar o fenômeno para que seus impactos negativos sejam mitigados e os positivos potencializados.

É na turbulenta década de 1990 que o Brasil começa, de maneira mais contundente, a tentar traçar uma política nacional para o turismo. Objetiva entre outras coisas, re-inserir nos circuitos econômicos financeiros mundiais, espaços sociais que se quedaram ou foram colocados à margem das relações do capitalismo mundial, além de proporcionar aumento e melhor distribuição da renda e geração de empregos. Também se pretende que o turismo sirva para diminuir as diferenças econômicas e sociais entre as regiões do país.

Tendo esta perspectiva como norte são propostas as políticas públicas de turismo deste período.

Ocorre que o desenvolvimento do turismo no Brasil tem suas possibilidades de desenvolvimento cercadas e cerceadas por um espaço social deficitário, pouco desenvolvido. Dessa forma condições para que padrões mínimos de satisfação das demandas corpóreas ético sociais sejam atingidos, só podem ser disponibilizadas em espaços restritos, selecionados e preparados para isso. Além disso, diante das condições macroeconômicas e sociais, seira um setor produtivo suficiente para alterar substancialmente os padrões de desenvolvimento econômico-social?

Entende Cruz (2002, p. 153) que:

(...) o modelo de desenvolvimento que se tem levado a cabo no Brasil, ao qual se sujeita também o turismo, é concentrador de renda, excludente e perpetuador das desigualdades socioespaciais, e o turismo, inserido nesse

modelo, reproduz, tal como qualquer outra atividade econômica, contradições do sistema.

Parece não ser este, pelo menos formalmente, o entendimento que se tem das possibilidades do turismo esboçado nas políticas públicas do setor.

A lei 8.181/91, de 28 de março de 1991, inaugura as políticas públicas nacionais de turismo formalizadas na década de 1990.

Esta lei estabelece que a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, passa a denominar-se Instituto Brasileiro de Turismo e transforma-se em autarquia especial, vinculada a Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República.

Estabelece também que a EMBRATUR tem como finalidade formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo.

O artigo terceiro desta lei define como competência da EMBRATUR, entre outras:

- propor ao Governo Federal normas e medidas necessárias à execução da Política Nacional de Turismo e executar as decisões que, para esse fim, lhe sejam recomendadas;
- estimular as iniciativas públicas e privadas, tendentes a desenvolver o turismo interno e do exterior para o Brasil;
- analisar o mercado turístico e planejar o seu desenvolvimento, definindo as áreas, empreendimentos e ações prioritárias a serem estimuladas e incentivadas.

O decreto número 448/92, de 14 de fevereiro de 1992, regulamenta os dispositivos da lei número 8.181, de 28 de março de 1991.

Segundo este decreto a Política Nacional de Turismo tem por finalidade o desenvolvimento do Turismo como fonte de renda nacional. Apresenta as seguintes diretrizes:

- a prática do Turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do País;
- a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico.

Estabelece como seus objetivos:

- democratizar o acesso ao Turismo Nacional, pela incorporação de diferentes segmentos populacionais, de forma a contribuir para a elevação do bem estar das classes de menor poder aquisitivo;
- reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, através do crescimento da oferta de emprego e melhor distribuição de renda;
- aumentar os fluxos turísticos, a taxa de permanência e o gasto médio de turistas estrangeiros no País, mediante maior divulgação do produto brasileiro em mercados com potencial remissivo em nível internacional;

- difundir novos produtos turísticos, com vistas a diversificar os fluxos entre as Unidades de Federação e beneficiar especialmente as regiões de menor nível de desenvolvimento;
- ampliar e diversificar os equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às características socio-econômicas regionais e municipais;
- estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua valorização e conservação;
- estimular a criação e implantação de equipamentos destinados a atividades de expressão cultural, serviços de animação turística e outras atrações com capacidade de retenção e prolongamento da permanência dos turistas.

Reforça o entendimento de que o turismo pode combater as desigualdades regionais ao decretar em seu artigo 4 que:

- O poder Público atuará, através de apoio técnico e financeiro, no sentido de consolidar a posição do turismo como instrumento de desenvolvimento regional, de forma a reduzir o desequilíbrio existente entre as distintas regiões do País.

Este decreto entende como principal finalidade do desenvolvimento do turismo ser fonte de renda nacional. No entanto, pretende que este desenvolvimento ocorra incorporando a preservação do patrimônio natural e cultural do país, e tendo a valorização do homem como seu destinatário final. O que se pode depurar de tais proposições é que a Política Nacional de Turismo, entende que o turismo deve desenvolver-se como forma de melhorar as condições de vida do homem e preservar o patrimônio natural e cultural mediante a obtenção de renda.

Fica explícito em seus objetivos que o turismo é entendido como ferramenta a ser utilizada para reduzir as disparidades sociais e econômicas regionais. Como visto, esta preocupação aparece no artigo três, que fixa os objetivos da Política, e no artigo 4, que coloca o Poder Público como financiador do desenvolvimento da atividade.

Tem-se então uma situação em que é definida, pela lei 8.181/91, a Embratur como instituição responsável pela formalização da Política Nacional de Turismo, tendo as diretrizes e objetivos dessa política, estipuladas pelo Decreto 448/92.

No entanto, só em 1996 a política nacional de turismo é instituída. Segundo Cruz (2002), esta política apresenta como objetivos: (a) a ordenação das ações do Setor Público orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem-estar social; (b) a definição de parâmetros para o planejamento e a execução das ações dos governos estaduais e municipais; (c) a orientação referencial para o setor privado. Apresenta como macroestratégias de ação: (a) o ordenamento, desenvolvimento e promoção da atividade pela articulação entre o governo e a iniciativa privada, (b) a qualificação profissional dos recursos

humanos envolvidos no setor, (c) a descentralização da gestão turística por intermédio do fortalecimento dos órgãos delegados estaduais, municipalização do turismo e terceirização de atividades par o setor privado, (d) a implantação de infra-estrutura básica turística adequada às potencialidades regionais.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, derivado da Política Nacional de Turismo, e o a política de desenvolvimento do turismo Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur-NE, são importantes manifestações das políticas públicas de turismo formalizadas na década de 1990. Em acordo com Cruz (2000), por políticas públicas de turismo entende-se aqui todo posicionamento governamental, oficialmente formalizado ou não, relacionado ao fenômeno do turismo. Dessa forma, a política de megaprojetos turísticos, que já se desenvolvia em décadas anteriores no Nordeste, também compõem o conjunto das principais políticas públicas de turismo do período de 1990.

Segundo Cruz (2000, p. 10):

(...) megaprojetos turísticos são projetos de urbanização turística que apresentam algumas características diferenciadas, mas que têm a semelhança fundamental – para a configuração de uma política pública regional – de terem os poderes públicos estaduais no comando político do processo.

Estes megaprojetos consistem “na urbanização turística de trechos pouco ou nada urbanizados da orla, com grande participação do poder público no empreendimentos” (CRUZ, 2000, p. 14).

O objetivo maior da Política de Megaprojetos Turísticos é ampliar, de maneira concentrada, a oferta de infra-estrutura hoteleira na região do Nordeste, buscando atrair turistas internacionais e de outras regiões. Neste sentido se aproxima do modelo de desenvolvimento turístico de Cancún.

Incentivos fiscais e financeiros governamentais destinados aos empreendimentos hoteleiros viabilizam o desenvolvimento desta política.

O projeto Linha Verde é exemplo da política de megaprojetos. A rodovia ‘Linha Verde’(BA-099) liga Praia do Forte, município de Mata de São João, estado da Bahia, ao estado de Sergipe. Esta rodovia é pensada como infra-estrutura indutora de investimentos privados na hotelaria. Ou seja, o governo da Bahia investiu na construção de infra-estrutura de acesso, em área específica pouco ou nada urbanizada da orla, esperando dessa forma, abrir espaço para que a hotelaria se desenvolvesse e captasse turistas de outras regiões e de outros países.

Age o Estado dessa forma, cumprindo seu papel traçado pela retórica do modelo econômico neoliberal, como indutor e regulador do desenvolvimento turístico, cabendo ao mercado regular as relações socio-econômicas decorrentes de tal desenvolvimento.

Vale lembrar que o estado da Bahia começa a organizar-se institucionalmente em relação ao turismo com a criação da Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S.A. – Bahiatursa (atual Empresa de Turismo da Bahia S.A.), em 1968, e do Conselho Estadual do Turismo, em 1971. Segundo Gaudenzi (2001), nos anos de 1970 a estratégia pública para o desenvolvimento do turismo no estado pautava-se na promoção da Bahia no mercado turístico nacional e na construção de meios de hospedagem. Para isso foi criada a Empreendimentos Turísticos da Bahia S.A - EMTUR, que atua na construção e administração de meios de hospedagem. Já na década de 1980, o Estado busca projeção internacional, e com o programa Caminhos da Bahia, interiorizar o turismo. Nos anos de 1990, surge o Plano de Desenvolvimento de Turismo da Bahia - Prodetur-BA. O setor público passa a atuar na disponibilização de infra-estrutura básica como forma de induzir e viabilizar investimentos privados no turismo. Busca também obter maior eficácia nas ações destinadas ao desenvolvimento do turismo e na descentralização desta atividade, mediante a divisão do espaço em zonas turísticas.

A estratégia de definir zonas turísticas foi concebida pelo Prodetur-BA em 1991. Foram delimitadas sete zonas turísticas:

- Costa dos Coqueiros – municípios de Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra (até os limites do Estado de Sergipe).
- Bahia de Todos os Santos – municípios de Salvador, Vera Cruz, Itaparica, Jaguaripe, Salinas da Margarida, Saubara, Santo Amaro, Cachoeira, São Felix, São Francisco do Conde, Madre de Deus e Maragogipe.
- Costa do Dende – municípios de Valença, Taperoá, Cairu, Nilo Peçanha, Ituberá, Camamu e Maraú.
- Costa do Cacau – municípios de Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una e Canavieiras.
- Costa do Descobrimento – municípios de Santa Cruz de Cabralia, Porto Seguro e Belmonte.
- Costa das Baleias – municípios de Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucurí (até o Estado do Espírito Santo).
- Chapada Diamantina – Lençóis, Andaraí, Mucugê, Palmeiras, Iraquara, Itaetê, Seabra, Rio de Contas, Erico Cardoso, Piatã e Abaíra.

Para o desenvolvimento do turismo nestas sete zonas foi pensada a implantação de Centros Turísticos Integrados. Tais centros deveriam ser indutores de investimentos no turismo, podendo ser compostos por um ou mais complexos turísticos.

O ‘projeto’ Linha Verde faz parte das ações do governo da Bahia para o desenvolvimento do turismo na zona turística Costa dos Coqueiros, e tem na construção da rodovia ‘Linha Verde’, continuação da Estrada do Côco (BA-099), sua espinha dorsal.

Até 1994, só o governo do estado da Bahia atua na captação de recursos e investimentos em infra-estrutura. A partir de 1995, o Prodetur-BA passa a contar com recursos do Prodetur-NE (Programa de Ação Para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste). Ao longo da década de 1990, o estado da Bahia recebeu cerca de 1/3 dos recursos deste programa, e usou-os de maneira concentrada principalmente na Bahia de Todos os Santos, em Salvador, e na Costa do Descobrimento, Porto Seguro.

O Prodetur-NE surge em 1991, em decorrência de uma proposta de desenvolvimento turístico comum a dois estados: Alagoas e Pernambuco. A partir dessa proposta é formatado este programa que abrange todos os estados nordestinos e parte do Estado de Minas Gerais.

Destina este programa, a maior parte de seus recursos para a urbanização dos locais selecionados para o desenvolvimento do turismo. Seu principal objetivo é melhorar aspectos da infra-estrutura básica e de acesso e, dessa forma, induzir a efetivação de investimentos privados no desenvolvimento do turismo no Nordeste.

Portanto percebe-se a proximidade conceitual entre o Prodetur-BA e o Prodetur-NE .

Os recursos do Prodetur-NE são provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, tendo o Banco do Nordeste como órgão repassador. Ocorre que a liberação de recursos não é a fundo perdido, exige comprovação de viabilidade técnica dos empreendimentos e está condicionada a uma contrapartida pelas instituições públicas locais. Dessa forma atua no endividamento público e restringe o aproveitamento dos recursos a locais que se mostrem aptos a cumprir com as exigências estabelecidas.

No que se refere a Bahia, a Secretaria de Cultura e Turismo do Estado (2005) informa a seguinte distribuição de recursos do Prodetur-NE:

Zonas Turísticas	Concluídos		Em execução	
	Públicos	Privados	Públicos	Privados
Baía de Todos os Santos	43,65%	32,74%	84,10%	14,98%
Costa do Descobrimento	10,31%	29,60%	6,99%	27,80%
Costa do Cacau	9,48%	10,95%	4,13%	10,78%
Chapada Diamantina	9,14%	2,93%	0,65%	0,20%
Costa dos Coqueiros	9,09%	9,81%	0,52%	44,89%
Costa do Dendê	4,46%	7,68%	0,03%	1,19%
Outras	7,38%	2,95%	3,55%	-

Tabela 3 - Distribuição dos Investimentos Públicos e Privados concluídos e em execução pelo Prodetur, segundo zonas turísticas, Bahia, 1991-2000.

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia. www.sct.ba.gov.br.

Analisando estes dados pondera-se que, dada a concentração de recursos investidos e previstos para investimento, o objetivo de interiorização da atividade do turismo não ocorreu e tende a não ocorrer.

Outra importante proposição de política pública de turismo é o PNMT –Programa de Municipalização do Turismo. Este programa anuncia como seus pressupostos: (a) a busca de novas parcerias, (b) o desenvolvimento de sua metodologia, (c) a aplicação continuada de novos procedimentos, (d) a troca de informações e experiências com os municípios. Anuncia como seu principal objetivo atender as demandas da sociedade e, como seu público alvo os municípios. Especifica os seguintes objetivos:

- Conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, de geração de emprego, e melhoria da qualidade de vida da população e de preservação de seu patrimônio.
- Descentralizar as ações de planejamento, de coordenação, de execução, de acompanhamento e avaliação, motivando os segmentos organizados do município a

participarem da formulação e da co-gestão do plano de desenvolvimento sustentável do turismo.

- Promover os meios para dotar os municípios brasileiros de potencial turístico, de condições técnicas, organizacionais e gerências para o desenvolvimento das atividades turísticas do município.
- Estimular o fortalecimento das relações dos diferentes níveis do poder público com a iniciativa privada, visando ao estabelecimento de parcerias para o enfrentamento dos problemas e a busca de soluções negociadas em benefício da comunidade.
- Elevar os níveis de eficiência e de eficácia da prestação dos serviços voltados para as atividades turísticas.

O perfil democrático do programa é questionado quando anuncia também o PNMT, a intenção de envolver a população residente nas decisões que definirão o planejamento da atividade como forma de obter junto à população, maior disposição para a colaboração. Se o objetivo maior é atender as demandas da sociedade, mesmo que não mencionando qual sociedade, caberia antes de obter a colaboração, discutir se a mesma quer ou não o desenvolvimento do turismo.

Insiste no autoritarismo, quando ao tentar definir-se, expõe ser um processo de conscientização e capacitação para que os vários agentes que compõem a estrutura do município despertem e reconheçam a importância do turismo enquanto gerador de renda e de emprego.

Trata-se, portanto este programa, de uma ferramenta a ser usada para conscientizar, ou ainda, convencer as populações locais de que o desenvolvimento do turismo é bom e irá proporcionar a esta população melhores condições de vida.

Assim como a metodologia selecionada (Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos - ZOPP - desenvolvida pelo governo alemão), que se diz democrática, mas que, na prática, não consegue proporcionar uma real participação dos sujeitos de menor repertório cultural, configurando-se portanto autoritária, a concepção teórica deste programa, engendradora do centro, também o é.

O programa prevê a constituição nos municípios do Conselho Municipal do Turismo e do Fundo Municipal de Turismo. O primeiro tem por objetivo assessorar a municipalidade em assuntos pertinentes ao turismo, e o segundo, objetiva a obtenção de renda para o desenvolvimento da atividade no município.

Considera-se que as políticas públicas de turismo aqui abordadas são reveladoras do posicionamento governamental diante do fenômeno. O que se pretendeu foi caracterizá-las em linhas gerais para aferir dessa caracterização os seus sentidos.

Anunciam buscar com o turismo o aumento da renda, da oferta de empregos, a diminuição das diferenças regionais, a preservação do patrimônio natural e cultural e o bem estar do homem. É mediante o investimento público em infra-estrutura básica e de acesso e no financiamento de estrutura hoteleira, além da conscientização, ou melhor, da doutrinação das comunidades locais, para que as mesmas reconheçam a importância do turismo e colaborem com as alterações necessárias para o desenvolvimento do mesmo, que as políticas públicas de turismo pretendem atingir seus objetivos.

Aumento da renda não significa distribuição da mesma, portanto, não se traduz diretamente em melhores condições de vida. A política de megaprojetos turísticos e o Prodetur-NE, não podem garantir emprego porque como afirma Cruz (2002), destinam-se à criação de infra-estrutura e não ao desenvolvimento de empresas de turismo; trata-se de políticas de turismo voltadas para resolver carências de infra-estrutura urbana.

Também em acordo com Cruz (2002), considera-se equivocada a pretensão de eliminar as diferenças regionais via turismo; uma vez que as mesmas, dizem respeito a complexas relações estabelecidas entre as regiões ao longo do tempo que refletem um padrão histórico de divisão de riquezas e poder. O turismo jamais poderá isoladamente alterar estas relações.

Quanto à preservação do patrimônio natural e cultural, condições determinantes para o desenvolvimento da atividade, só podem ser efetivamente levadas a cabo se as políticas de turismo estiverem concatenadas a outras políticas públicas. Isoladamente o turismo não consegue preservar nem o patrimônio cultural, nem o natural.

A proposta de democratizar as decisões referentes ao turismo é contraditória visto que a mesma anuncia como objetivo conscientizar as populações sobre a importância do turismo para a partir daí obter a sua colaboração. Trata-se de um doutrinamento e não da abertura para decisões autônomas.

Voltam-se tais políticas para facilitar o desenvolvimento das empresas de turismo, mediante o uso de recursos coletivos em espaços concentrados. Delega-se ao mercado capitalista a definição dos padrões de divisão dos recursos e das riquezas. Dessa forma como pode o turismo desenvolvido mediante tais direcionamentos e induções, resultar em melhores condições de vida para as populações dos locais selecionados para seu desenvolvimento?

Nos anos de 1990 o Estado coloca-se como parceiro do mercado, cabendo a cada cidadão (numa idéia de cidadania equivocada) interagir com o mesmo e realizar as absorções nutricionais que puder para a melhor satisfação de suas demandas.

O investimento coletivo no social passa a ser visto como custo social. Este posicionamento político caracteriza de forma geral as políticas públicas desenvolvidas no período. Ou seja, o Estado, um parceiro do mercado, fornece as infra-estruturas necessárias para o desenvolvimento das empresas, cabendo ao cidadão do local, ou melhor, a população local, conseguir participar das relações de exploração capitalistas aí desenvolvidas; conseguir globalizar-se.

A questão não é, ao contrário do proposto pela retórica econômica neoliberal, o tamanho do Estado, mas sua função e seu papel. O Estado – enquanto espaço político da organização coletiva - não pode deixar de ser o núcleo organizador da sociedade. Não cabe ao mercado, gerador de imperfeições e externalidades indesejáveis, cujo princípio básico é a exploração da natureza e do homem pelo homem, colocar-se nesta função.

O Estado não pode furtar-se de desempenhar esta função de espaço de ordenamento político social, e seus governos, de exercerem democraticamente, mediante suas políticas públicas, seu papel de guardião do bem estar coletivo.

Estado e seus governos que se querem democráticos, não podem furtar-se de desempenhar sua função de núcleos organizadores políticos dos padrões solidários de distribuição de riquezas e de recursos.

Não basta gerar renda e emprego: á sociedade não basta o mercado.

A inclusão/exclusão social não pode mais ter como única referência a geração de renda e o mundo do trabalho. As condições de organização do sistema produtivo não permitem mais que o trabalho seja o termômetro indicador da inclusão/exclusão social de um determinado espaço social.

Com esse entendimento, as políticas públicas de turismo, se realmente objetivarem melhores condições para a existência humana do homem, devem ultrapassar a crença de que é suficiente o desenvolvimento do mercado; e abandonar a busca de renda e emprego como os principais parâmetros norteadores de seus sentidos.

Dessa forma, e caso aliado a outras dimensões do planejamento público, melhores benefícios trariam as políticas públicas de turismo, se pautadas fossem pelas preocupações com a hospitalidade dos lugares. Com a possibilidade de atuar no sentido de gerar espaços onde as demandas corpóreas e ético sociais do ser humano pudessem ser solidariamente atendidas e nutridas, ou seja, espaços portadores de condições objetivas que pudessem

propiciar a satisfação das necessidades dos desejos e dos sonhos humanos; caminhando dessa forma, em sentido oposto ao da restrição socio-espacial e setorial desenhada pelas políticas públicas de turismo atuais.

CAPÍTULO 3 - INDICADORES

No primeiro capítulo, foi considerado que o ser humano é portador de demandas (necessidades, desejos e sonhos) corpóreas ético-sociais originadas das carências e imperfeições de um ser faminto e fadado a não se bastar, só possíveis de serem satisfeitas – embora nunca de maneira plena – com e pelo outro, seu semelhante.

Dado que todas as efetivações humanas trarão na sua gênese, a inconclusão, a imperfeição do seu criador, os encontros e espaços de encontros humanos serão marcados tanto pela busca hospitaleira do acolhimento das verdades do outro, quanto por falhas da condição humana. Falhas (já anteriormente citadas) no sentido da equidade das relações humanas, da justiça social, do desfrute da mundanidade, do querer e saber acolher, do lidar com as diferenças e com a diversidade.

Quando predominam relações harmônicas de discórdias consentidas, quando ultrapassadas são as contradições do encontro, são favorecidos processos de inclusão social. Ao contrário, quando predominam as falhas da condição humana em suas relações objetivas e subjetivas, predominantes são os processos de exclusão social.

Há, portanto, uma condição de predominâncias alternadas e nunca excludentes de processos de inclusão/exclusão social, que dialeticamente se manifestam com maior ou menor intensidade, na construção dos espaços sociais que concretizam no tempo o processo civilizatório humano.

A satisfação das demandas corpóreas éticas sociais é condição para a reprodução, manutenção e expansão da existência humana do homem, que, embora única e individual, por ser e para ser humana, fende seu eixo de construção a partir das relações sociais.

Assim sendo, assume-se neste trabalho, o princípio de que tudo o que reforça as condições de mundanidade e de sociabilidade, portanto do humano no homem, na mesma medida em que reforça as condições de manutenção e expansão da existência corpórea ética social do ser humano - a satisfação de suas demandas - trás a possibilidade também de reforçar processos de inclusão social.

Assume-se também a idéia de que qualquer avaliação da vida humana deve levar em consideração o universal imbricamento das suas dimensões corpóreas e éticas sociais.

Porém, como fazê-lo? Considerando um possível aumento da consciência da complexidade da existência humana, diante portanto de uma realidade que se supõem tornar-se gradativamente mais complexa, como traduzir este imbricamento e realizar sua análise?

As propostas epistemológicas do emergente pensamento complexo, mesmo trazendo avanços significativos para a compreensão do mundo atual, na medida em que admitem que dadas as atuais possibilidades humanas os limites do conhecimento são fixados pelo ato do reconhecimento, condição para que o 'tudo' não se transforme em sinônimo do 'nada', avançam, e muito, sem ainda, no entanto, operarem uma revolução metodológica que possa prescindir do estudo das partes.

Considerando-se estes limites, longe de defender o cartesianismo, na tentativa da tradução do processo de inclusão/exclusão social, admitido o imbricamento universal das dimensões corpóreas e ético sociais do ser humano, entende-se válido proceder ao reconhecimento das partes como forma de apreensão do objeto de estudo. Porém tal procedimento só é válido se o reconhecimento das partes não se der dissociado do reconhecimento do todo; condição que será buscada neste trabalho.

Diante do outro, da terra que habita e do mundo que cria, o ser humano realiza absorções subjetivas e objetivas, ou seja, materiais e simbólicas. Estas absorções, processadas, é que possibilitam que o ser humano se efetive, ou ainda, em outras palavras, que mantenha e expanda, mediante a satisfação de suas demandas, a sua sempre vinculada existência corpórea ético social. As condições internas de cada indivíduo, seu estado, forjadas por suas relações ao longo do tempo com tudo que lhe é externo, vão dizer da sua condição (da existência, da intensidade e características) para querer poder realizar suas efetivações. As condições externas, encontradas e forjadas por estas mesmas relações, vão dizer das condições estabelecidas (da existência, do acesso a, das características) para que o indivíduo possa querer poder realizar as suas efetivações. Ou seja, o estado interno fala do querer ter condições para efetivar-se; trata-se das condições de uma intenção. Já o estado externo, fala das condições para que essa intenção de efetivação possa ser quista e realizada.

Quais seriam então estas necessárias absorções? Quais seriam as demandas para a efetivação humana, para a manutenção e expansão de sua experiência existencial? Como se objetivam no interior de cada cultura, de cada espaço social? Como dimensioná-las individual e coletivamente? Como dimensionar o nível de atendimento dessas demandas; sua nutrição e, sendo isso possível, como indicar seu estado, características e caminhos no tempo? Neste trabalho, não se tem a pretensão de dar respostas diretas a estas perguntas. Estão aqui

colocadas antes de tudo, para explicitar preocupações constantes norteadoras das reflexões do presente texto.

Quanto mais às absorções realizadas resultarem em melhor atendimento das demandas humanas, mais serão reforçados os processos de inclusão social.

Entende-se que nem só de comida vive o ser humano. Corpo e alma vivem e morrem juntos: nutridos tendem a efetivar-se; desnutridos, tendem ao colapso e a morte. Visto que ambos necessitam da satisfação, ainda que não plena, de suas demandas, sob o risco de, não o fazendo, chegarem aos limites da exclusão social, há que se alimentar o corpo e a alma. Ambos caminhos da exclusão, desnutrir o corpo é enfraquecer a alma e desnutrir a alma é adoecer o corpo. Desnutridos do corpo morrem primeiro ou principalmente de fome; desnutridos da alma, de tristeza, de vergonha, de solidão, de descrença, etc.

A desnutrição é entendida como o estado de insuficiência de atendimento das demandas mínimas vitais. Tradicionalmente, esta questão é tratada no âmbito das carências de proteínas e calorias ingeridas, estando, portanto, relacionada especificamente à fome corpórea. A inadequada proporção peso/altura e relação altura/idade, são as informações mais aceitas e usadas para a construção de indicadores da desnutrição corpórea.

Embora não esgote o assunto, é consenso a íntima ligação entre nutrição calórica e protéica e outros nutrientes, e estados de saúde.

No entanto, fixar níveis mínimos de ingestão de alimentos para a manutenção da vida e da saúde corpórea, ao contrário do que parece, é extremamente difícil. Segundo Rocha (2003), a Organização Mundial para Agricultura e Alimentação - FAO que produz estimativas mundialmente aceitas, embora não consensuais, de dietas alimentares, fixa em torno de 2.100,0 Kcal/per capita/dia a necessidade energética mínima. Com base em suas recomendações, para a fixação de necessidades energéticas recomendadas para a cidade de Salvador, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - CEPAL (1991) estimou a quantia de 2.126,0 Kcal/per capita/dia, Ellwanger (1991) a quantia de 2.043 e Lustosa (1999) a de 2.127. A variação dos resultados é consequência das diferentes formas possíveis de classificação das variáveis utilizadas no método (ROCHA, 2003).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2005) estima em 1.786 Kcal/per capita/dia o requerimento energético mínimo e em 2.135 Kcal/per capita/dia o recomendado para o Brasil.

Dessa forma, ainda que existam inúmeros estudos válidos a esse respeito, seus resultados e metodologias não são universalmente aceitos. Além do que, em acordo com Rocha (2003) e Sen (2000), alerta-se para o fato de que as necessidades nutricionais corpóreas

variam tanto pelas características físicas individuais (peso, altura, idade, sexo, metabolismo, doenças, ritmo existencial, etc.), quanto pelas culturais (condições de moradia, tipo de emprego, estado civil, tamanho da família, costumes alimentares, etc.).

Na cesta básica de alimentação da Inglaterra, fixada em princípios do século passado, que serviu como pioneira tentativa de delimitar linhas de pobreza consta como elemento obrigatório o chá, alimento de baixíssimo valor nutricional (ROCHA, 2003).

Percebe-se, portanto, que na busca do entendimento de algo claramente identificado como vital ao ser humano são várias as percepções possíveis.

Usualmente, a definição de dietas alimentares ideais ou mínimas serve como parâmetro para a elaboração de cestas alimentares básicas, que muitas vezes serão referência para a delimitação de linhas de pobreza e do que se entende por indigência.

Tendo a renda como perspectiva, pode-se entender por indigente, entre outras válidas possibilidades, aquele que não possui condições para garantir uma dieta alimentar mínima adequada. Por pobre, pode-se entender aquele que não possui condições de garantir uma nutrição adequada das demandas mínimas imprescindíveis para a sua manutenção e reprodução social.

Vale lembrar que obesidade não significa necessariamente a garantia de que uma dieta alimentar mínima adequada esteja sendo absorvida. Hábitos alimentares inadequados, por vezes decorrentes da influência da mídia na fixação do que se deve consumir como alimento, aliados a cotidianos pouco saudáveis, podem se traduzir em acúmulo de gordura acompanhada de desnutrição; fato muito comum e fácil de perceber ao se apertar a face macilenta e gorda de sub-nutridas crianças alimentadas basicamente com fubá.

As metodologias utilizadas para o estabelecimento das linhas de pobreza e de indigência, sempre na perspectiva da renda, costumeiramente seguem as seguintes etapas:

(a) determinar as necessidades nutricionais para a população em questão,

(b) estabelecer, a partir das informações de pesquisa de orçamentos familiares, a cesta alimentar de menor custo que, mediante ajuste de seus elementos, atenda minimamente às necessidades nutricionais adequadas – o valor associado a essa cesta é a linha de indigência,

(c) fixação de consumo mínimo não alimentar como sendo a despesa não-alimentar observada quando o consumo alimentar minimamente adequado é atingido – o valor associado a esse consumo corresponde à linha de pobreza.

Deve-se alertar para o fato de que a fixação de consumos mínimos não alimentares é tão ou mais controverso que a fixação de dietas alimentares; assim como também, para o fato de que as pesquisas de consumo e gastos no Brasil, devido às dificuldades financeiras e

operacionais inerentes a realização desse tipo de pesquisa, não são regulares e, em sua maioria, não abrangem toda a população. A base para os levantamentos e estimativas mais desagregados referentes à questão ora abordada era o Estudo Nacional de Despesas Familiares, Orçamento Familiar, Nutrição – ENDEF realizado em 1974/75. O Censo Demográfico realizado em 2000 passou a ser a fonte de informações mais importante.

Uma outra opção para a delimitação da pobreza e da indigência é estabelecer linhas de pobreza e de indigência a partir de múltiplos do salário mínimo. Em concordância com a opção do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2005), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2005) trabalha com o valor de R\$ 37,75 de renda *per capita*, ou $\frac{1}{4}$ do salário mínimo de 2000, como o valor de renda correspondente a linha de indigência; e com o valor de R\$ 75,50, ou $\frac{1}{2}$ salário mínimo de 2000, como o valor correspondente a linha de pobreza. Todos os indivíduos que tiverem suas rendas inferiores a esses patamares, serão considerados respectivamente como indigentes e pobres.

Diante da diversidade de metodologias, das diferentes classificações e seleções de variáveis possíveis e da dificuldade de captação das informações, torna-se mais compreensiva e justificada a disparidade das informações e derivadas análises apresentadas sobre a questão da renda, pobreza e indigência no Brasil. Enquanto o Programa Fome Zero estimava para 2003 uma quantidade de 44 milhões de indigentes, ou seja, de pessoas sem renda suficiente para nutrir-se minimamente de uma dieta alimentar básica, demandantes dessa maneira de específicas e condizentes políticas públicas e ações governamentais; para o IPEA, esta quantidade era de 22 milhões (ROCHA, 2003). Estas são informações quantitativas que delimitam diferentes qualidades.

Com relação ao uso da renda como *proxy* da realidade existencial de uma população, questiona-se a confiabilidade das informações prestadas pelos indivíduos quando são realizadas as pesquisas que aferem renda e despesas. Ademais, maior ou menor renda não é garantia direta de melhor ou pior nutrição das demandas humanas.

Em acordo com Rocha (2003), considera-se aqui que apesar das imperfeições conceituais e limitações metodológicas do uso da renda como indicador das condições de nutrição das demandas existenciais de determinada população, em economias como a brasileira, onde o acesso a bens e serviços públicos e privados está em grande parte condicionado pela disponibilidade da mesma, seu uso enquanto indicador socioeconômico é extremamente válido e será, dessa forma, um importante parâmetro para o desenvolvimento das reflexões do presente capítulo.

Como visto, a análise da renda é uma das formas de se estabelecer linhas de indigência e de pobreza. A quantidade de pobres e indigentes de um espaço social – que dentro da perspectiva da renda é fruto do montante aferido e da sua distribuição - é um indicador importante para a avaliação da coesão social experienciada em determinado espaço, dos padrões de distribuição dos recursos solidariamente estabelecidos, da nutrição das demandas corpóreas ético sociais proporcionada pelas absorções humanas possíveis. É também um indicador importante para a avaliação da eficácia das políticas públicas para o bem estar das populações.

O Brasil, com uma população estimada de 173.821.934 milhões de habitantes em 2001, segundo informações do Ministério da Saúde (Fonte: IBGE/PNAD - Censo Demográfico realizado em 2000) possuía 50.408.359 milhões de habitantes vivendo abaixo da linha de pobreza e, segundo Rocha (2003), a quantidade de 15.740.751 milhões de pessoas indigentes – quase uma vez e meia os 10.499.133 milhões de habitantes da cidade de São Paulo neste período.

É reconhecido o fato de que a pobreza e a indigência sempre se encontraram heterogeneamente distribuídas por todo o território nacional.

No entanto, conforme explicitado na tabela abaixo, é no Nordeste que sabidamente se concentram, independente das metodologias e classificações possíveis, os maiores contingentes de pobres e indigentes do Brasil. Pessoas que, em desesperada esperança, diante da realidade experimentada, na busca de sua efetivação, da nutrição de suas demandas corpóreas ético sociais; de espaços sociais de trocas simbólicas e materiais mais includentes, hospitalares, buscaram e buscam rotas de fuga nem sempre possíveis, nem sempre reais.

	1992		1999	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Pobres	Total	Pobres	Total
Nordeste	41,58	28,65	42,03	28,85
Resto do país	58,42	71,35	57,97	71,15
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 4 - Participação na população total e dos pobres, Nordeste e resto do país – 1992 e 1999.
Fonte: Rocha (2003).

Portanto, a participação do Nordeste na população total do país, nestes dois períodos, estabilizada em torno de 28,65 % do total, não é proporcional a sua participação no número de pobres do país, estabilizada em torno de 42 %.

No que se refere à proporção de pobres, segundo o IPEA (2005), em 1992, 63% da população nordestina era classificada como pobre; já em 1999, esta proporção caiu para 50,90 %. Se a queda de 12,1 % na proporção de pobres foi significativa, a proporção para o período de 1999, comparada ou não ao resto do país, se mostra ainda preocupante.

	1992		1999	
	Pobres (mil)	Proporção (%)	Pobres (mil)	Proporção (%)
Nordeste	25.615	63,87	22.879	50,90
Resto do país	35.992	36,03	31.560	28,47
Brasil	61.607	44,00	54.440	34,95

Tabela 5 - Número e proporção de pobres, Nordeste e resto do país – 1992 e 1999.

Fonte: Rocha (2003).

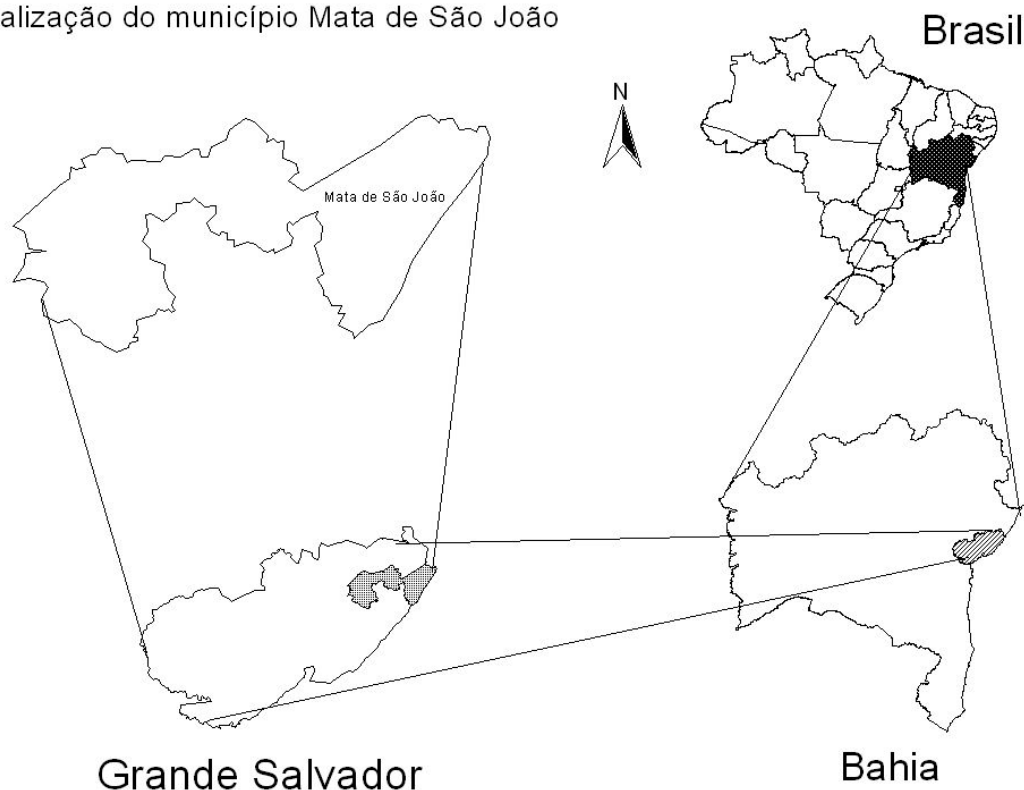
Foi nesta mesma região, no atual Nordeste do Brasil, objetivando a proteção e ocupação de suas posses, além do cumprimento do programa de ação estabelecido pelo Rei de Portugal D. João III, que, acompanhando expedição do primeiro Governador Geral Tomé de Souza, em 1549, no cargo de Almojarife da Coroa, Garcia D'Ávila inicia a colonização da área vizinha a Salvador. Dá início, em 1551, à construção da Torre Singela de São Pedro de Rates, que se conclui, em 1624, com a construção de casa e capela. Este conjunto, conhecido como Casa da Torre de Garcia D'Ávila, foi tombado como patrimônio histórico em 1938.

A ocupação dessas terras, que se estendiam de Salvador ao Maranhão, formando uma Sesmaria com cerca de 1/10 da área total do país, no atual Estado da Bahia, região Nordeste do Brasil, deu origem ao hoje denominado município de Mata de São João, espaço social selecionado para a construção e confrontação das reflexões desenvolvidas na presente pesquisa sobre políticas públicas de turismo e o processo de inclusão/exclusão social.



Foto 1 - Divisa entre os Municípios de Camaçari e Mata de São João na Rodovia 'Linha Verde'.

Localização do município Mata de São João

**Ilustração 1 – Mapa de localização do Município de Mata de São João.**

Fonte: IBGE (2005).

É nos limites dos atuais 683,5 Km² de extensão desse município, que se encontram os já ‘consagrados’ produtos turísticos de Praia do Forte, Imbassaí e Costa do Sauípe. Produtos que começam a existir na década de 1980, que transformam este espaço social e que, em grande medida, traduzem as políticas públicas do setor.

No presente capítulo, tem-se como objetivo buscar, mediante o uso de indicadores, os impactos causados no processo de inclusão/exclusão social pelas políticas públicas de turismo no município de Mata de São João na década de 1990. Não se trata de indicar a eficiência, efetividade e eficácia de tais políticas no cumprimento de suas metas referentes ao desenvolvimento do turismo, mas sim, as ligações indiretas entre tais políticas (e decorrentes ações) e as alterações no período de tempo escolhido, no processo de inclusão/exclusão social neste local.

O município conta hoje com três distritos: Mata de São João (distrito sede), Açú da Torre e Amado Bahia. Faz limites com os municípios de Dias D'Ávila, Camaçari, Itanagra e com o Oceano Atlântico e dista 54 km da cidade de Salvador.

Mata de São João surge oficialmente como município em 1846. Na ocasião, o município de Camaçari é extinto e suas terras são incorporadas ao novo município criado. Em 1848 as terras são desmembradas e o município de Camaçari é restaurado, o que faz com que a área atual do município de Mata de São João apresente uma configuração extremamente irregular e recortada.

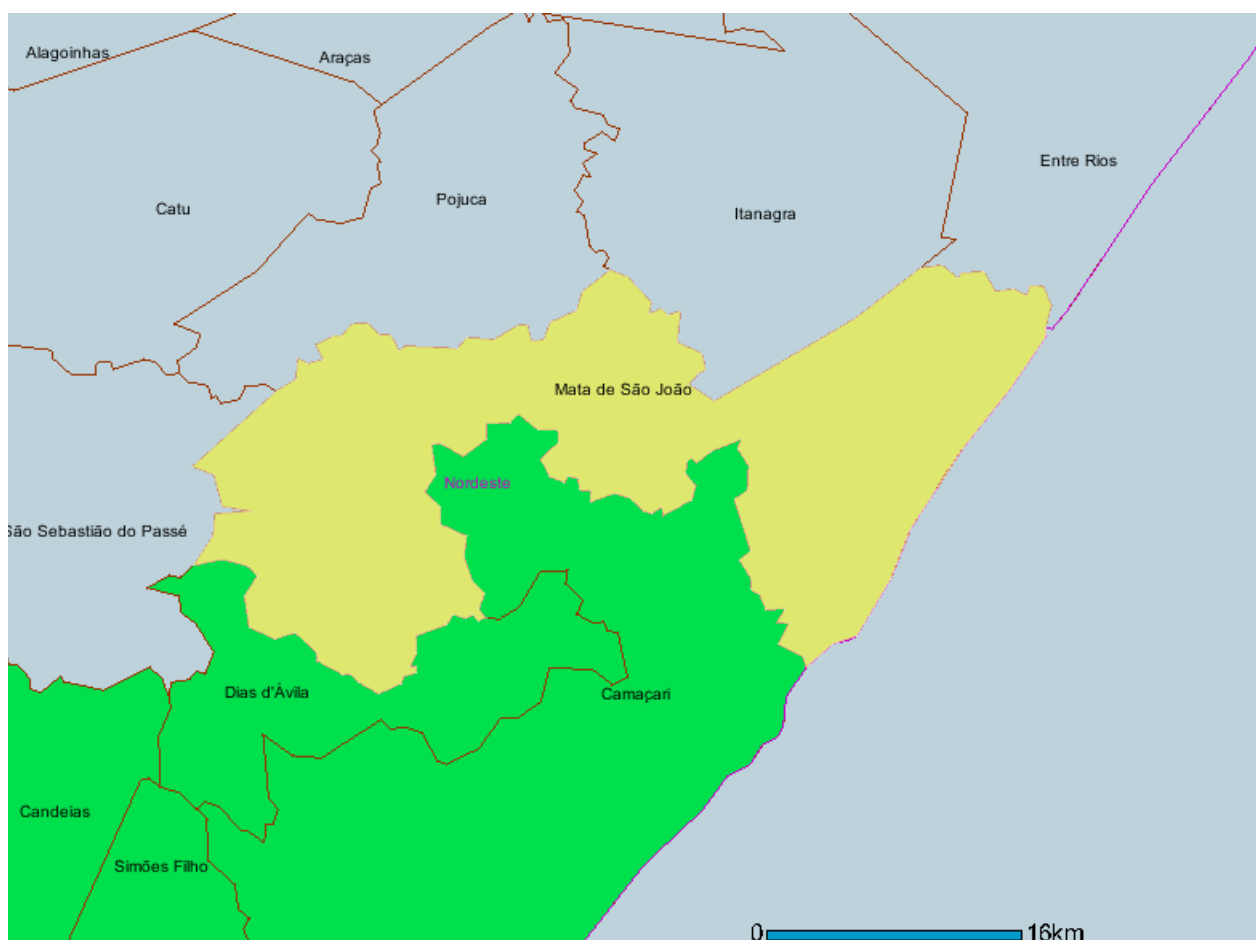


Ilustração 2 – Recorte Irregular do Território do Município de Mata de São João.
Fonte: IBGE (2005).

No período a que se refere este estudo, conforme tabela abaixo, o município apresentou uma taxa de crescimento populacional anual de 0,75%; passando de 30.535 mil habitantes em 1991 para 32.568 em 2000, quantidade esta que corresponde respectivamente a 0,255 da

população do estado e 0,02% da população do país neste último ano. Quanto à situação domiciliar, em 1991, a população urbana era de 24.143 mil habitantes, o equivalente a 79,07 % do total; e em 2000, sobe para 24.969 mil habitantes, ou seja, apresenta um aumento percentual de 3,42%. No entanto, a taxa de urbanização do município cai para 76,67 %. Dessa forma, ao contrário das tendências gerais da população brasileira de crescente urbanização, no município de Mata de São João, no período observado, o movimento foi de ruralização relativa da população.

Segundo análise feita pelo IBGE (2005) a taxa de crescimento populacional de 0,75% apresentada por Mata de São João entre os anos de 1991 e 2000, em comparação com as taxas de crescimento dos demais municípios brasileiros, significaria um crescimento baixo ou moderado; indicando que o município não se configurou neste período, em um pólo atrativo de população.

	1991	2000	Diferença %
População Total	30.535	32.568	+ 6,65%
Urbana	24.143	24.969	+ 3,42%
Rural	6.392	7.599	+ 18,88%
Taxa Urbanização	79,07%	76,67%	

Tabela 6 - População por Situação de Domicílio, Mata de São João, 1991 e 2000.

Fonte: PNUD (2005)

Já o Estado da Bahia apresentou uma taxa de crescimento anual para o período de 1,12%. Sua população passou de 11.867.991 mil habitantes em 1991 para 13.070.250 mil habitantes em 2000. No que se refere a sua taxa de urbanização, ocorreu neste período um crescimento de 13,52%; passando de 59,12 % em 1991 para 67,12% a porcentagem de habitantes no meio urbano.

	1991	2000	Diferença %
População Total	11.867.991	13.070.250	+ 10,13%
Urbana	7.016.770	8.772.348	+ 25,01%
Rural	4.851.221	4.297.902	- 11,40%
Taxa Urbanização	59,12%	67,12%	

Tabela 7 - População por Situação de Domicílio, Bahia - 1991 e 2000.

Fonte: PNUD (2005).

O Brasil neste período teve um acréscimo de 22.973.695 milhões de habitantes em sua população; passando de 146.825.475 milhões em 1991, para 169.799.170 milhões em 2000. Isto equivale a um crescimento total para o período de 15,64 %, ou 1,73% anuais. A porcentagem da população urbana passou de 75,50% em 1991, para 81,25% em 2000, crescendo assim 5,75%.

	1991	2000	Diferença
População Total	146.825.475	169.799.170	+ 15,64 %
Urbana	110.990.990	137.953.959	+ 24,29%
Rural	35.834.485	31.845.211	- 11,13%
Taxa Urbanização	75,59%	81,25%	

Tabela 8 - População por Situação de Domicílio, Brasil – 1991 e 2000.

Fonte: IBGE (2005).

Esta diferente proporção de crescimento situacional domiciliar apresentada no município de Mata de São João esta relacionada ao desenvolvimento do turismo que atuou fixando pessoas nas áreas adjacentes à área litorânea, considerada oficialmente como rural.

Estes 35.568 mil habitantes de Mata de São João aferiram - segundo estimativa feita pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI (2005) de R\$ 158,93 milhões de reais para o PIB municipal no período de 2000 - uma renda per capita de R\$ 4.879,94; número 32,33% maior que o apresentado para mesmo período para a Bahia, de R\$ 3.687,53, e 61,3% maior que o da região Nordeste, de R\$ 3.019,08. É, contudo, 24,75% menor que os R\$ 6.485,64 do Produto Interno Bruto - PIB per capita do Brasil deste mesmo período.

Embora atualmente, diante do desenvolvimento teórico, técnico e tecnológico referente às questões de avaliação das condições de vida das populações, o PIB *per capita* (quociente do Produto Interno Bruto pela população) tenha perdido o *status* de grande indicador de bem-estar das populações; reconhecidas as suas limitações de composição (parcelas não referidas unicamente a apropriação familiar), e de adequação (sendo uma média nada indica sobre a distribuição da renda) é ainda considerado um indicador válido e importante para o tratamento da questão, estando presente na composição de vários índices internacionalmente usados.

Compõem, por exemplo, embora talvez como sua variável mais frágil, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, do PNUD. Este índice foi criado nos anos de 1980 pelo filósofo Mahbud ul Haq em colaboração com o economista Amartya Sen, para se contrapor ao até então hegemônico uso do PIB como indicador síntese das condições de vida das populações. Esta construção veio ao encontro do entendimento que se passou a ter, já a partir da década de 1960, de que crescimento econômico não necessariamente indicaria desenvolvimento humano, e que dessa forma, ter como única ou principal referência o PIB, era por demais simplório e impróprio, apontando tal percepção conceitual, para a busca da construção de um índice que fosse de fácil entendimento e que, ao mesmo tempo, contemplasse outras dimensões importantes da condição humana.

Na composição do IDH, além do PIB *per capita*, são usadas a esperança de vida ao nascer e a taxa de escolaridade combinada (indicador composto pela taxa de alfabetização e de escolarização). Segundo Herculano (1998, p. 87) os pressupostos de tal seleção são os de que:

(...) quanto maior a instrução, maior a informação e a predisposição para a ação positiva; quanto mais universalmente distribuída a educação, menos concentrada será a renda; quanto mais assistida uma pessoa – e nutrição, saúde, saúde pública, salubridade no trabalho, segurança contra formas de violência – mais longa sua expectativa de vida.

Estes indicadores originais, expressos em unidades díspares de medida, são convertidos em medidas adimensionais expressas como um valor entre zero e um. O IDH resulta do cálculo da média dessas medidas transformadas. Índices inferiores a 0,5 representam sociedades com baixo desenvolvimento humano; entre 0,5 e 0,8, médio e, acima de 0,8, desenvolvimento humano alto. Observa-se assim, que os limites acima citados do PIB, enquanto indicador das condições de vida das populações, também se fazem presentes no IDH, que nada vai indicar acerca da distribuição da apropriação da renda entre os elementos da sociedade. Além disso, variações conjunturais do PIB (meio) resultam em diferentes

índices de IDH, sem obrigatoriamente significar alterações nas condições de educação ou na esperança de vida das populações (fins).

Porém, dada à importância política do IDH - visto que ao ser legitimado pela Organização das Nações Unidas - ONU enquanto indicador de desenvolvimento humano passou a ser referência internacional para as discussões e comparações das condições de vida das diversas populações, sendo inclusive incorporado ao jargão da imprensa - e ao fato de que incontestavelmente, apesar de suas limitações e imperfeições, ao abarcar outras dimensões que não só a renda avança em relação ao PIB enquanto *proxy* de bem-estar e do desenvolvimento social será usado neste trabalho, em detrimento do PIB, como um dos indicadores das alterações nos processos de inclusão/exclusão social no município de Mata de São João.

	1991	2000
IDH-M	0,584	0,671
Educação	0,665	0,812
Longevidade	0,561	0,619
Renda	0,526	0,583

Tabela 9 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Município de Mata de São João - 1991 e 2000.

Fonte: PNUD (2005).

Conforme mostrado na tabela acima, de 1991 a 2000, o IDH-M de Mata de São João passou de 0,665 para 0,812; ou seja, apresentou um crescimento de 14,9%.

Embora todas as dimensões contempladas pelo índice tenham apresentado crescimento - a da renda em 21,8% e a da longevidade em 22,1%, - a variável com maior contribuição para a evolução do IDH-M de Mata de São João, foi a da educação, cujo crescimento foi de 56,1%.

De acordo com os critérios de análise do PNUD, tanto o índice do período de 1991, de 0,665, quanto o do período de 2000, de 0,812, classificam o município como sendo de médio desenvolvimento humano.

Ainda segundo o PNUD, o índice apresentado para o ano de 2000 coloca o município em 58 lugar em relação aos demais 415 municípios do Estado, e em 3.434 em relação aos demais 5.507 municípios do Brasil.

Se a posição quanto ao IDH-M alcançada em 2000 por Mata de São João em relação aos demais municípios, principalmente os do seu estado, pode ser considerada boa; o mesmo

não ocorre com o Estado da Bahia que, comparado aos demais 27 Estados da Federação, posiciona-se em 22 lugar.

Conforme a tabela abaixo foi a variável educação, que cresceu 57 % na Bahia, a que mais contribuiu para o crescimento de 16,61 % do IDH-M do Estado, que de 1991 para 2000, passou de 0,590 para 0,688. Este fato, um acentuado melhor desempenho na variável educação, também ocorreu no Município de Mata de São João e nos demais estados do Nordeste. Tanto os índices de 1991 quanto os de 2000, classificam o Estado da Bahia, segundo os critérios de PNUD, como de médio desenvolvimento humano.

	1991	2000
IDH-M	0,590	0,688
Educação	0,615	0,785
Longevidade	0,582	0,659
Renda	0,572	0,620

Tabela 10 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Estado da Bahia - 1991 e 2000.

Fonte: PNUD (2005).

O Brasil eleva em 10,06% seu Índice de Desenvolvimento Humano, que passa de 0,696 em 1991, para 0,766 em 2000. Embora apresentando números menores de evolução em relação ao Município de Mata de São João e ao Estado da Bahia, a educação foi a dimensão que, com um crescimento de 13,95%, maior contribuição trouxe para o avanço do IDH do Brasil. O índice de longevidade aumentou em 9,8%, passando de 0,662 para 0,727, e o da renda, ao passar de 0,681 para 0,723, foi o que menos subiu, 6,81%.

	1991	2000
IDH	0,696	0,766
Educação	0,745	0,849
Longevidade	0,662	0,727
Renda	0,681	0,723

Tabela 11 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Brasil - 1991 e 2000.

Fonte: IBGE (2005).

Observa-se que as taxas de crescimento dos índices componentes do IDH cresceram muito mais no Estado da Bahia e no município de Mata de São João do que no Brasil. O

crescimento da variável educação no Estado da Bahia foi de 57,6%, no município de Mata de São João, de 56,1%, enquanto que no Brasil, foi de 13,95%. Percebe-se que a Bahia, assim como o município de Mata de São João, destacou-se em relação ao país em termos de crescimento educacional neste período, o que sugere que algo diferencial ocorreu, resultando num maior crescimento desse fator.

O crescimento da renda, que não acompanhou o ritmo de crescimento da variável educação, não foi neste caso, o elemento mais importante para a melhoria do IDH nos espaços analisados.

O Brasil é classificado mundialmente como país de renda média. Isso equivale a dizer que sua produção econômica é suficiente para que o fenômeno da falta de condições para a garantia de dietas alimentares mínimas, a pobreza absoluta, seja eliminado. O que também equivale a dizer que a persistência da pobreza absoluta ou indigência em seu território, considerando-se o aspecto da renda, é consequência da má distribuição da mesma e não do seu volume total.

Segundo Rocha (2003), 2,75% do PIB de 1999 era estimado como o montante de recursos necessários para elevar a renda de todos os pobres ao valor da linha de pobreza. Para o nordeste, neste mesmo período, calcula o IPEA que com 23,06% da renda dos domicílios não pobres se eliminaria a pobreza; e com 4,12% da renda dos domicílios não indigentes, a indigência. Para o estado da Bahia estes números seriam respectivamente de 22,48%, e 3,76%.

Vale ressaltar que as políticas de transferência de renda direta, estipuladas pelos governos, embora importantes, são paliativas frente à estrutura tradicional de reprodução social da pobreza e desigualdade no Brasil. Basicamente, não se trata de reconhecer a necessidade de ajuda e ajudar os menos nutridos; não é uma questão filantrópica. Trata-se de reconhecer o direito de todos ao acesso e a capacitação para o aproveitamento de oportunidades construtivas de vida digna - quer na dimensão metabólica universal, quer na dimensão cultural.

Em outras palavras, não se pode eticamente aceitar como possível à opção de se manter a sobrevivência, mediante o controle da febre, quando se pode expandir a vida, mediante a eliminação das doenças. A opção não pode ser pelo acesso ao mínimo, mas pela busca do máximo, o que significa uma mudança muito grande de sentido.

Aberta a todos, porém direcionada aos pobres de espírito, recoloca-se em eco aqui, a indagação de Selene Herculano (1998, p.79) quando questiona o porquê

(...) exatamente, os governos não podem trabalhar com a real possibilidade de prover todas as crianças de leite natural, carnes e frutas frescas, prover os sem-teto de habitações onde realmente todos caibam e a população, a um só tempo, possa ter emprego racional e ambiente ameno e equilibrado?

Um possível caminho capaz de esboçar uma possível resposta a esta questão pode ser traçado mediante reflexões sobre como culturalmente se desenvolveu a questão social no Brasil. Tradicionalmente foi construído o entendimento de que os que individualmente não conseguiam suprir-se, entendidos como deficientes (incapazes que são), ou deficitários (devedores que são), responsáveis únicos por sua situação, desde que comportados em suas ações e agradecidos em seus sentimentos, eram passíveis de terem minimamente atendidas pela coletividade, as suas necessidades. Dessa forma, por uma atuação humanitária dos poderes constituídos, permitida por aqueles que por ‘boa ventura’ fossem mais bem capacitados para exercer este poder e traçar o porvir coletivo, o mínimo foi entendido como o justo, o máximo cabível.

Esta é uma questão de opção, portanto eminentemente política. Diz respeito a como o tecido social está ou não coeso; está ou não equilibrado e harmônico. Diz respeito ao sentimento de pertença, de comprometimento, de responsabilidade para com o próximo que deve ser visto não simplesmente como o ‘outro’, mas como distinta parte do ‘eu’.

Em 1999, considerando-se todas as pessoas com mais de 10 anos de idade com algum rendimento no Brasil, 1% dessa população se apropriava de 13,5% do total da renda, valor quase igual ao apropriado pelos 50% que se encontravam na base da distribuição (Rocha, 2003). Em 2001, segundo o IBGE, a renda dos 20% mais ricos da população era 27,08 vezes maior que a dos 20% mais pobres.

A distribuição da renda impõe-se assim, como parâmetro relevante para a avaliação das condições de nutrição das demandas corpóreas ético sociais no território brasileiro.

O chamado Índice de Gini, proposto em 1914 por Corrado Gini, é um dos indicadores mais usados para espelhar a distribuição de renda. Este índice conceitualmente relaciona a proporção acumulada de renda e a proporção acumulada de pessoas, a partir das rendas reais aferidas, ordenadas de forma crescente.

A curva representativa das rendas reais ordenadas de forma crescente, relacionada a uma reta representativa de uma hipotética equivalência perfeita entre as proporções acumuladas de renda e de pessoas, delimita uma área de desigualdade. O quociente entre a área de desigualdade e o valor máximo assumido para a medida, define o índice de Gini. Um índice de Gini de valor zero, significa igualdade perfeita na distribuição dos rendimentos, e índice de valor 1, significa que uma família ou um indivíduo, detém toda a renda.

Considerando o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, conforme dados do IPEA, monta-se a seguinte tabela.

	1991	2000	Diferença	Dif. %
M. Mata S. João	0,540	0,562	0,022	4,07%
Bahia	0,664	0,669	0,005	0,75%
Brasil	0,634	0,645	0,011	1,73%

Tabela 12 - Índice de Gini - Grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo renda domiciliar per capita.

Fonte: IPEA (2005).

Observa-se assim que, tendo como indicador o Índice de Gini, ocorreu no período selecionado, nas três unidades federativas, uma piora na distribuição de renda.

Comparadas às demais unidades selecionadas, a melhor distribuição de renda indicada pelo Índice de Gini para o município de Mata de São João, que se verificou nos dois períodos de tempo selecionados, não significa distribuição justa.

Medida sintética global do perfil distributivo, o Índice de Gini, embora seja um bom indicador da distribuição da renda, não permite estudos mais detalhados para subgrupos específicos da população. Neste caso, uma opção válida é o uso do indicador de massa apropriada: trata-se da delimitação da proporção do montante da renda apropriada por subgrupos da população em relação ao montante total da renda disponível para o total da população. Este indicador permite a comparação, em diferentes níveis, da apropriação de renda entre os grupos mais ricos e mais pobres de uma determinada sociedade.

Admite-se neste ponto, coerente com o que foi exposto, que não se deve partir unicamente da configuração e dimensionamento dos pobres e indigentes para a configuração da distribuição da riqueza e da coesão social, mas ao contrário, é no caso brasileiro, da distribuição da riqueza que se deve partir para delimitar a produção e reprodução social da pobreza e da indigência e para caracterizar a coesão social.

Em acordo com Cohn (2000), para quem, dada a realidade atual, direitos sociais ou condições dignas de existência não podem mais ser entendidas como atreladas à geração de empregos, e esta relação não pode servir mais como parâmetro de desenvolvimento social, tem-se que um grande desafio para a coesão social passa a ser antes, não o emprego, mas a redistribuição de riqueza e poder.

	1991	2000
20% mais pobres	2,9	1,9
40% mais pobres	9,8	8,6
60% mais pobres	21,5	20,03
80% mais pobres	42,2	40,5
20% mais ricos	57,8	59,5

Tabela 13 - Porcentagem de Renda Apropriada por Extratos da População, Município de Mata de São João – 1991 e 2000.

Fonte: PNUD (2005).

Dois análises importantes de imediato devem ser feitas: (1) os mais pobres ficaram comparativamente ainda mais pobres; (2) a desigualdade na proporção do montante da renda apropriada pelos 20% mais ricos em relação aos 80% mais pobres (apenas um dos recortes possíveis de comparação da lastimável desigualdade na apropriação da renda), é forte indicador de sobreposição de processos de exclusão social sobre os de inclusão na composição espaço social do município de Mata de São João. É forte indicador da sobreposição de falhas na equidade das relações humanas, na justiça social e no desfrute da mundanidade, na construção do espaço social referido.

Tendo este recorte como perspectiva, conforme pode ser observado na tabela abaixo, no Estado da Bahia os 80 % mais pobres se apropriavam de 29,10% da renda em 1991 e de 29,8% em 2000; ao passo que os 20% mais ricos se apropriavam de 70,9% em 1991, e de 70,2% da renda em 2000. Já para Brasil, os 80% mais pobres em 1991, se apropriavam de 32,9% da renda, e em 2000, de 31,9%; enquanto que os 20% mais ricos, se apropriavam de 67,1% da renda em 1991, e de 68,1% em 2000.

	Município de Mata de São João		Bahia		Brasil	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
20% mais pobres	2,9	1,9	2,2	1,2	1,9	1,5
40% mais pobres	9,8	8,6	6,9	5,9	6,7	6,4
60% mais pobres	21,5	20,3	14,9	14,4	15,7	15,4
80% mais pobres	42,2	40,5	29,1	29,8	32,9	31,9
20% mais ricos	57,8	59,5	70,9	70,2	67,1	68,1

Tabela 14 - Porcentagem de Renda Apropriada por Extratos da População, Município de Mata de São João/Estado da Bahia/Brasil – 1991 e 2000.

Fonte: PNUD/IPEA (2005).

Pelo exposto, ocorreu no período de tempo selecionado, um aumento na apropriação da renda pelo subgrupo dos 20% mais ricos no município de Mata de São João e no Brasil; enquanto no Estado da Bahia, ocorreu uma ligeira diminuição. Tal diminuição foi decorrente dos resultados apresentados quando considerados os 80% mais pobres. Só quando se chega a esta proporção é que se observa uma ligeira melhora na distribuição do montante da renda no Estado.

Uma outra possibilidade de análise aberta pelo indicador do montante de renda apropriada é a comparação entre a razão de renda.

Comparando a renda média dos indivíduos segundo renda domiciliar per capita, (dimensão usada nas demais tabelas apresentadas sobre montante de apropriação de renda) pertencentes ao décimo mais rico da distribuição, com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição, pode-se montar a seguinte tabela da razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres.

	1991	2000
M. de Mata de S. João	16,83	19,47
Estado da Bahia	33,03	37,90
Brasil	30,43	32,93

Tabela 15 - Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres, Município de Mata de São João/Estado da Bahia/Brasil - 1991 e 2000.

Fonte: PNUD/IPEA (2005).

Tendo como indicador o montante de renda apropriada, pode-se perceber claramente a vergonhosa desigualdade na distribuição da renda nos espaços sociais delimitados. Causa ainda mais impressão e decepção, a indicação de que, também considerando este indicador, a distribuição de renda piorou. Observa-se que, entre os três espaços sociais, o Estado da Bahia foi o que mais caminhou para a concentração da renda, e que, o município de Mata de São João, é o espaço social que melhor se apresenta em relação a esta questão (o que não quer dizer que apresente aceitável distribuição de renda).

A má distribuição de renda é uma das formas de produção e reprodução da pobreza e da indigência. Entende-se ainda neste ponto como pobre (dentro da perspectiva da renda e em acordo com a metodologia proposta e adotada pelo PNUD e pelo IPEA, que embora imperfeita e limitada possibilita boas comparações e aceitáveis análises) aquele que afere renda domiciliar per capita abaixo de R\$75,50 reais - ½ salário mínimo vigente em agosto de

2000 – e como indigente aquele cuja renda domiciliar per capita é inferior a R\$ 37,75 reais – ¼ do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

Com esse entendimento, a porcentagem de pobres no município de Mata de São João era de 70,56% em 1991, e de 64,83% no ano de 2000. A de indigentes era de 36,93% em 1991; e de 27,29% em 2000. No Estado da Bahia estas porcentagens eram de 67,04% de pobres em 1991, e 55,32% em 2000; e de 41,12% de indigentes em 1991, contra 31,13 em 2000. Já para o Brasil, tem-se uma porcentagem de 40,08% de pobres em 1991, e 32,75% em 2000. No que se refere aos indigentes, tem-se a porcentagem de 20,24% para o ano de 1991, e de 16,32% para o ano de 2000.

	1991	2000
M. de Mata de São João	70,56%	64,83%
Estado da Bahia	67,04%	55,32%
Brasil	40,08%	32,75%

Tabela 16 - Porcentagem de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 75,50 reais, ou ½ salário mínimo de agosto de 2000, Município de Mata de São João/Estado da Bahia/Brasil – 1991 e 2000.

Fonte: IPEA (2005).

	1991	2000
M. de Mata de São João	36,93%	27,29%
Estado da Bahia	41,12%	31,13%
Brasil	20,24%	16,32%

Tabela 17 – Porcentagem de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 37,75 reais, ou ½ salário mínimo de agosto de 2000, Município de Mata de São João/Estado da Bahia/Brasil – 1999 e 2000.

Fonte: IPEA (2005).

Neste caso, o município de Mata de São João apresentou uma maior proporção de pobres, e uma proporção intermediária – dentro do universo aqui selecionado – de indigentes, reforçando sua melhor distribuição de renda.

As condições de pobre e de indigente indicam a realização de absorções objetivas e subjetivas da terra, do mundo e do outro, insuficientes para nutrir as demandas corpóreas ético sociais, ou seja, insuficientes para que o ‘nós’ (já incorporado o eu) possa poder querer, e possa querer poder realizar as suas efetivações dignamente. Porém, ao se falar sobre condições de manutenção e expansão da existência corpórea ética social do ser humano, da

satisfação de suas demandas como sinônimo de fortalecimento de processos de inclusão social, há que se ultrapassar sem, no entanto, negar a perspectiva da renda.

A esperança de vida ao nascer seria um indicador que se livraria das limitações do uso da renda e indicaria o quanto os seres humanos puderam se efetivar; o quanto as suas demandas foram nutridas, sendo, portanto, um bom indicador das condições de vida das populações. Ocorre, porém, que “é possível conceber vida longa na miséria.” (ROCHA, 2003, p. 22), como também, que este indicador “está sujeito aos efeitos composicionais da estrutura etária das populações analisadas” (JANNUZZI, 2004, p. 73).

De qualquer forma, ciente de que um indicador não ultrapassa sua natureza de indicar, ou seja, não pode ultrapassar sua condição de útil ferramenta a ser usada nas análises dos fenômenos, a esperança de vida ao nascer cumpre bem o seu papel de indicador em estudos que, de uma forma ou de outra, abordam a questão da manutenção e expansão da vida humana. Ademais, é internacionalmente reconhecido e usado em análises deste tipo.

	1991	2000	Diferença %
M.de Mata de São João	58,64	62,14	+ 5,96
Estado da Bahia	59,94	64,73	+ 7,99
Brasil	64,73	68,61	+ 5,99

Tabela 18 - Número de anos de vida que uma pessoa nascida hoje esperaria viver, se todas as taxas de mortalidade por idade se mantivessem idênticas ao que são hoje- Município de Mata de São João/Estado da Bahia/Brasil - 1991 e 2000.

Fonte: IBGE (2005).

Segundo este indicador, um elemento brasileiro baiano, nascido em Mata de São João, teria uma esperança de vida menor do que a do subgrupo brasileiro baiano que seria, também, menor que a esperança do grupo brasileiro. Ou seja, o espaço social Município de Mata de São João apresentaria condições de manutenção e expansão de vida piores que a do Estado da Bahia, que seria, por sua vez, piores que as do espaço social Brasil. O aumento na esperança de vida apresentado no Município de Mata de São João acompanhou o movimento do macro espaço social do Brasil, sendo ligeiramente menor do que o apresentado pelo estado da Bahia.

Continuando na busca de indicadores que estariam além das amarras da renda, abordam-se agora as condições de acesso a bens e serviços sociais.

Segundo Sposati (1991), não é só “a restrita ou até ausente participação da riqueza, (...), a causadora do agravamento da pobreza, mas também o acesso restrito a bens e serviços sociais”.

Falhas da inclusão social na construção dos espaços sociais, que resultam na prevalência, nestes espaços sociais, de processos de exclusão social, o restrito acesso a bens e serviços sociais significa dificuldades para que o ser humano realize as absorções materiais e simbólicas de que necessita para a nutrição das suas demandas humanas.

Indicadores costumeiramente aceitos para a análise das condições de vida, no que se refere ao acesso a bens e serviços sociais, serão abordados agora: a questão de acesso à água encanada e à energia elétrica.

A comparação no tempo dos números apresentados por estes indicadores para as três dimensões político-territoriais aqui selecionadas também serve como parâmetro para a análise dos impactos das políticas públicas de turismo no processo de inclusão/exclusão social no município de Mata de São João.

Conforme tabela abaixo referida, a questão da água, tendo como variável a porcentagem de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, o aumento na porcentagem apresentado entre os dois anos no município de Mata de São João apenas acompanhou o movimento do país, ficando aquém, inclusive, do aumento ocorrido em seu próprio estado.

Independente de normas e padrões assume-se aqui que ter só 52,74 % de pessoas de um espaço social com acesso a água encanada, porcentagem apresentada para o município de Mata de São João no período de 2000, significa comprometimento da nutrição das demandas corpóreas ético sociais. Significa pobreza. Vale ressaltar que o clima da região é classificado como úmido/subúmido, o que significa índices pluviométricos suficientes para garantir o abastecimento adequado de água.

Ou seja, o clima e a bacia hídrica da região não são aproveitados para o abastecimento de água para a população local, não por algum impedimento natural, mas por questões políticas.

	1991	2000	Diferença
M. Mata de São João	42,55	52,74	+ 10,19%
Bahia	45,38	60,28	+ 14,90%
Brasil	71,52	80,75	+ 9,23

Tabela 19 – Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada para um ou mais cômodos, provenientes de rede geral, Município de Mata de São João/Estado da Bahia/Brasil - 1991 e 2000.

Fonte IBGE (2005).

A categoria escolhida para avaliar o desenvolvimento ocorrido no período selecionado na questão do acesso à energia elétrica foi a porcentagem de domicílios com energia elétrica proveniente, ou não, de uma rede geral, com ou sem medidor. Como se observa na tabela próxima, o número de pessoas com acesso a energia elétrica no município de Mata de São João, tanto no período de 1991, 85,17%, quanto no de 2000, 92,98%, acompanha no montante e no desenvolvimento o ocorrido no Brasil. Com relação ao estado da Bahia, que, entre o período de 1991 e o de 2000, obteve um aumento de 12,09 %, passando a porcentagem de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica de 66,88 % para 80,97 %, seu desempenho foi menor.

O que se tem a declarar aqui é que, em acordo com a perspectiva anteriormente exposta de Selene Herculano (1998) quanto ao que se deve buscar, ou ao que se deve aceitar como nutrição ideal das demandas existenciais humanas, para o grupo dos 92,98% das pessoas que tem acesso à energia elétrica, este é um bom e realista número, para os 7,02 % das pessoas que se quedaram na escuridão, é muita escuridão.

	1991	2000	Diferença
M. Mata de S. João	85,17	92,98	+ 7,81
Bahia	68,88	80,97	+ 12,09
Brasil	84,88	93,48	+ 8,6

Tabela 20 - Porcentagem de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, proveniente ou não de uma rede geral, com ou sem medidor, Município de Mata de São João/Estado da Bahia/Brasil – 1991 e 2000.

Fonte: IBGE (2005).

Estes indicadores selecionados, acesso à água e à energia elétrica, fazem parte das variáveis selecionadas pela ONU em suas avaliações e comparações sobre as condições de vida das populações no mundo. Sem dúvida, possibilitam a realização de análises sobre as condições existenciais de uma população no que se refere, de maneira direta, ao acesso a

serviços públicos básicos e, de maneira indireta, ao padrão de construção coletiva e organizada de condições para o suprimento das demandas corpóreas e ético-sociais no mundo contemporâneo. A partir desse ponto, inúmeras outras importantes indicações podem ser construídas.

Como exemplo, no que se refere ao acesso à energia elétrica, desdobrando minimamente a questão, a tabela seguinte sobre o uso de geladeira ou freezer serve para indicar o quanto o acesso à energia elétrica pôde ser aproveitado pela população do município de Mata de São João na melhoria das condições alimentares e de conforto. Seguindo os caminhos metodológicos propostos, esta informação ganha sentido quando comparada, no tempo, às transformações ocorridas em outros espaços sociais.

Assim, tendo acesso a energia elétrica, 69,07 % da população do município puderam no ano de 2000 utilizar os benefícios da geladeira; porcentagem 19,69 % maior que a do período de 1991, quando somente a metade da população conseguiu tal feito.

Comparando o município, o Estado e a União, o espaço social que apresentou maior crescimento no período de tempo estabelecido, foi o município, que dessa forma, colocou-se em segundo lugar numa classificação hierárquica de porcentagens: menor porcentagem que a da União, maior porcentagem que a do Estado

	1991	2000	Diferença
M. Mata de S. João	50,03	69,07	+ 19,69
Bahia	40,44	58,97	+ 18,53
Brasil	66,38	81,93	+ 15,55

Tabela 21 - Porcentagem de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira ou freezer em condições de uso, Município de Mata de São João/Estado da Bahia/Brasil – 1991 e 2000.

Fonte: IBGE (2005).

A tabela acima serve para recolocar explicitamente as perguntas que, constantes, permeiam as discussões desta pesquisa.

Quais seriam as demandas corpóreas ético sociais? Qual o grau de nutrição das mesmas para que o ser humano se efetive dignamente e expanda a sua experiência existencial? Como indicar seu estado, suas características e mudanças no tempo?

Estas são questões de fundo, das quais partem as possíveis análises da ligação entre as políticas públicas de turismo e o processo de inclusão/exclusão social.

Bobbio (1997, p. 33) coloca-se diante desses dilemas quando reflete sobre quais seriam as necessidades do homem a serem satisfeitas de maneira igualitária e sobre quais seriam os critérios para avaliá-las quanto ao grau de importância e precedência. A partir dessas ignorâncias, pergunta: “A necessidade de escutar uma sinfonia de Beethoven é natural ou artificial, espontânea ou provocada? E a de tirar férias, calçar sapatos ou ler jornais?”.

Os que não tem condições de conservação e armazenagem de alimentos possíveis com o uso de geladeira ou do freezer sabem da importância dessa variável para a sua existência cotidiana.

Assim como infinitas são as condições humanas, estas reflexões apontam para aprofundamentos infinitos.

Costumeiramente advoga-se que quanto mais as sociedades se desenvolvem, mais se tornam complexas e maiores são as demandas humanas. A lógica por trás deste raciocínio é a de que, num estado de ‘não saciedade’ crônica, quanto mais se tem mais se quer ter. Dentro dessa perspectiva irracional, quantos copos seriam necessários para aplacar a mesma sede? Por acaso, as questões existenciais colocadas pelas civilizações mais antigas não seriam já complexas? No desenrolar do processo civilizatório humano, habitando a terra e criando o mundo, manifestando-se de diferentes maneiras em diferentes tempos e espaços, este ser busca - mediante absorções subjetivas e objetivas do outro, do mundo e da terra - a nutrição de sua alma e de seu corpo e o faz de maneira tal que a sua existência possa não só efetivar-se, mas se encher de sentido. Preocupar-se, questionar-se, manifestar-se; rejubilar-se, entre outros, já não seriam elementos presentes naqueles que, comunicando-se interna e externamente, numa ação marcada de misticismo, de religiosidade, de expressão estética, de manifestação de crenças e desejos, pintaram paredes de cavernas?

Seriam as suas preocupações menos importantes e complexas que as dos seres humanos do século XXI? A maior percepção da complexidade do mundo atual não é sinônimo de maior complexidade existencial. Na busca de sua efetivação, para ludibriar os seus limites e expandir as suas capacidades, o ser humano criou, e continuamente re-cria, o mundo, sua artificialidade. No entanto, as suas demandas, ainda continuam sendo demandas humanas. Arendet (1981) coloca que, caso os homens passassem a viver no espaço universo, desdenhando do planeta Terra, seu primeiro habitat, ainda assim seriam seres humanos, destinados ao outro e criadores do mundo.

Sendo assim, quem pode negar que aqueles que estão classificados como pobres e/ou indigentes têm, tanto quanto no que diz respeito ao acesso a bens e serviços públicos, quanto à obtenção de maior renda, condições que, embora longe de esgotar o assunto, são de vital

importância para as suas efetivações? Quem pode negar que o re-conhecimento dos padrões solidariamente construídos de distribuição das riquezas, assim como o re-conhecimento dos pobres e dos indigentes permite uma melhor tradução da coesão social dos espaços sociais?

Conforme Herculano (1998), ser, ter e amar foram conceitos usados pelo governo da Escandinávia para a delimitação de um sistema de indicadores a ser usado como *proxy* de bem estar de sua população e, ainda segundo Herculano (1998), o ter refere-se às condições materiais de existência que seriam indicadas pelas condições econômicas, de habitação, de emprego, físicas de trabalho, de saúde e de educação da população. O amar refere-se aos relacionamentos sociais e seria indicado pelas uniões e contatos com a comunidade local, com a família nuclear e parentes, e com companheiros em associações. O ser refere-se à necessidade de integração e harmonização com a sociedade e com a natureza. Os indicadores para a mensuração desta condição são a participação nas decisões e atividades que influenciam a vida da pessoa, as oportunidades de tempo de lazer, de vida profissional significativa e contato com a natureza.

O estudo destes indicadores deveria ser parâmetro para a configuração das políticas governamentais, para a priorização de suas ações, para a canalização mais eficiente, eficaz e efetiva de seus recursos, para que o alcance de seus objetivos, justificadores da sua existência, a felicidade dos seus, pudesse ser alcançada.

Para esta autora, os indicadores “constituem informações condensadas, simplificadas, quantificadas, que facilitam a comunicação, comparações e o processo de decisão” (HERCULANO, 1998, p. 87).

Para Jannuzzi, (2004, p. 15):

(...) um indicador social é uma medida geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de e interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas).

No que se refere à formulação de políticas, os indicadores sociais, ainda segundo Jannuzzi (2002, p. 54):

(...) se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

Lembrando sempre da sua condição de imperfeição e incompletude, o sistema de indicadores aqui apresentado teve como critério para seleção de seus componentes o acesso, o

reconhecimento, a confiabilidade e a possibilidade dos mesmos de tradução qualitativa da realidade referida ao objeto deste estudo, mediante suas informações quantitativas.

Optou-se, também, para dar sentido às informações, ter como parâmetro de comparação espaços sociais que, embora interpenetrados, pudessem ter facilmente identificados os seus limites. O estudo das transformações no tempo dos indicadores selecionados, para o espaço social do Brasil, do Estado da Bahia e do Município de Mata de São João, possibilita identificar o que poderiam ser tendências do macro espaço e o que poderiam ser transformações oriundas de especificidades no micro espaço do município.

A opção por se trabalhar com um sistema de indicadores e não com um indicador síntese deveu-se ao entendimento de que, embora os indicadores sínteses possuam a capacidade de legibilidade mais rápida, não devem ser usados, quando possível for, para estudos que tenham, não na comunicação rápida, mas no entendimento mais profundo e reflexivo da realidade, sua maior preocupação. O entendimento de Jannuzzi (2004, p. 17) de que “À semelhança do espaço geométrico euclidiano, em que é necessário um sistema de coordenadas para definir um ponto, o espaço social requer um sistema de indicadores, referidos a múltiplas dimensões, para caracterizar um fenômeno social”, reforçou esta opção.

O sistema de indicadores aqui apresentado é composto pelos seguintes elementos:

- 1- População por situação de Domicílio.
- 2- Índice de Desenvolvimento Humano.
- 3- Índice de Gini.
- 4- Renda Apropriada.
- 5- Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres.
- 6- Porcentagem de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 75,50 reais.
- 7- Porcentagem de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 37,75 reais.
- 8- Esperança de vida ao nascer.
- 9- Porcentagem de pessoas que vivem em domicílios com água encanada.
- 10- Porcentagem de pessoas que vivem com energia elétrica.
- 11- porcentagem de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira ou freezer.

Interessou, nestes onze elementos, buscar indicações das condições de vida da população do Município de Mata de São João. Interessou também, e principalmente, caracterizar suas transformações no tempo, em comparação às transformações ocorridas em seus espaços circundantes do Estado da Bahia e do Brasil. É importante lembrar que este município é um destino turístico formado por três reconhecidos produtos turísticos e localiza-

se em um território importante das atenções dos governos referentes ao desenvolvimento deste fenômeno. Mediante as comparações realizadas, tentou-se identificar mudanças que pudessem ser significativas e específicas desse espaço social, e que pudessem ser relacionadas com as políticas de turismo e seus objetivos enunciados.

No que se refere aos indicadores de renda, durante o período analisado, não se observou nenhuma significativa alteração. A população segue em sua maioria pobre, a distribuição de renda, embora melhor que a do Estado da Bahia e a do Brasil, permanece injusta. Ao contrário da retórica das políticas de turismo, o desenvolvimento da atividade no município durante a década de 1990 não acarretou um aumento significativo da renda, tampouco em sua melhor distribuição.

Cabe ressaltar a melhoria na educação indicada pelo IDH-M. Analisando a informação, pode-se concluir que esta melhora está vinculada a um esforço específico nesta área, que perpassou a região Nordeste como um todo e repercutiu de maneira positiva no IDH do Estado da Bahia e no de Mata de São João. O fenômeno do turismo e suas políticas em nada interferiram nesta questão.

No que se refere ao acesso a bens e serviços públicos, as melhoras foram proporcionais às apresentadas pelos espaços sociais de comparação. Não houve, com o desenvolvimento do turismo no município de Mata de São João, um movimento de transformação que, específico, pudesse representar impactos do turismo e suas políticas. Sabe-se que grande parte das verbas públicas destinadas ao desenvolvimento do turismo no Nordeste, dentro dos objetivos das políticas públicas traçadas para o setor, destina-se a melhoria da infra-estrutura urbana. No caso de Mata de São João, nesta pesquisa, isto não foi indicado.

As transformações, de uma maneira geral, acompanharam proporcionalmente as transformações ocorridas nos espaços circundantes selecionados para as comparações e não se caracterizaram como decorrentes das políticas públicas de turismo. Apesar do turismo e de suas políticas, a população de Mata de São João seguiu seu destino; de ‘costas para o mar’.

O desconhecido município de Mata de São João possui uma área litorânea, que, de forma significativa, vem sendo transformada pelo turismo. O que se pode observar, pela análise dos indicadores selecionados é que estas transformações ocorridas não se consubstanciaram, ao contrário da retórica das políticas públicas do turismo, em melhoria nas condições de vida da população do município. Tais políticas parecem não haver atuado no reforço da coesão social, não favorecendo a sobreposição de processos de inclusão social sobre os de exclusão.

Retrato traçado, filme composto, dúvidas persistentes. Novas ignorâncias.

A discussão não se esgota aqui. Para além dos indicadores, há que se repassar o filme dando voz a personagens da história. Proposta para o próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 - MUNICÍPIO DE MATA DE SÃO JOÃO

O desenvolvimento do turismo em Mata de São João foi iniciado em 1970. Neste ano, um grupo de empresários paulistas de origem alemã comprou, na parte mais ao sul dos 26 km litorâneos do município, uma fazenda com aproximadamente 6.500 hectares; a hoje conhecida Praia do Forte.

A partir de então, os impactos do turismo neste espaço social passaram a ser crescentes, influenciando e alterando significativamente sua organização.

Inicia-se o processo de territorialização do espaço pelo turismo (sua turistificação) com a construção de infra-estrutura hoteleira no local e com um novo ordenamento legal de uso e ocupação do solo.

Aos poucos, o espaço passa a ter seu desenvolvimento condicionado pelos interesses dos empresários do setor imobiliário e turístico, que se respaldam em cartas legais e pela atuação do poder público local.

Em 1980, a rodovia BA-099 é ampliada e, dessa forma, o acesso à Praia do Forte é facilitado. Em 1982, é institucionalizado o Projeto Tamar na região, que passa a ser utilizado como uma grande ferramenta de marketing e como legitimador das ações destinadas ao desenvolvimento do turismo. O fluxo de turistas cresce concomitante ao crescimento dos interesses econômicos empresariais na região.

Para gerir e direcionar as transformações espaciais da área é criada a Fundação Garcia D'Ávila, instituição ligada a empresários, que passa a exercer também funções de responsabilidade do poder público local. Constrói creches, doa terrenos para a construção de um posto médico e policial, fornece ambulâncias, etc (GOMES, 1998).

O modelo de desenvolvimento do turismo adotado vai restringindo, tanto por alterações legais, quanto por coerção física e simbólica, o acesso da população do município de Mata de São João às áreas naturais da região. A população fica à parte das decisões sobre o desenvolvimento da área.

Na década de 1990, Praia do Forte já é reconhecida nacional e internacionalmente, tendo sido desenvolvida uma infra-estrutura turística específica e sofisticada, com várias opções de hospedagem e de alimentação. Casas noturnas, lojas de grifes famosas, carros importados, *fast foods*, agências de viagens e condomínios luxuosos compõem hoje a paisagem deste local.

Um pouco mais adiante, mais ao norte, está localizada a praia de Imbassaí. Nesta área o turismo começou a se desenvolver, ainda que de maneira tímida, a partir da década de 1980. Neste período, enquanto Praia do Forte se sofisticava, Imbassaí atraía turistas por ser opção mais barata e por suas características menos urbanas.

A implantação da ‘Linha Verde’(extensão da BA-099) em 1993, que liga Praia do Forte ao Estado de Sergipe, facilitou o acesso à Praia de Imbassaí, resultando em aumento no número de turistas e no número de empresas ligadas ao setor.

Imbassaí, no entanto, não acompanhou o padrão de sofisticação e urbanização desenvolvidas em Praia do Forte.

Quase concomitante a implantação da ‘Linha Verde’, com o objetivo de mitigar os impactos ambientais da ampliação desta rodovia, foi criada em 1992, a APA do Litoral Norte do Estado da Bahia – APA-LN, que se estende do Rio Pojuca ao Rio Real, numa área de aproximadamente 1.400 km de extensão e 10 km de profundidade, atingindo cinco municípios: Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra.

A implantação de APAS foi uma das estratégias políticas governamentais usadas com o objetivo de mitigar os impactos causados pela implantação de infra-estruturas específicas destinadas ao desenvolvimento do turismo. No total, nos anos de 1990, foram implantadas 18 APAS em zonas definidas como turísticas no Estado da Bahia.

Objetivando estabelecer padrões de utilização do espaço, o Plano de Manejo da APA-LN, foi oficializado em 1995, definindo como gestor da área o Centro de Recursos Ambientais (CRA) e como órgão de coordenação a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER).

Este plano de manejo considera a ‘Linha Verde’ como elemento de rearticulação da região com os circuitos nacionais e internacionais de desenvolvimento econômico.

Apresenta como seus principais objetivos:

- indicar áreas de atuação governamental para o ordenamento do território;
- harmonizar políticas de meio ambiente e o desenvolvimento com a problemática ambiental diagnosticada;
- incentivar a recuperação econômica e ecológica das frentes abertas e o planejamento de novas frentes de ocupação da região;
- definir um padrão metodológico comum para as ações públicas, privadas e comunitárias no que tange ao cumprimento dos programas esboçados;
- garantir a manutenção de formas específicas de solidariedade e sociabilidade já estabelecidas;

- dar ênfase a uma concepção socialmente construída e pactuada de ação sobre a região, envolvendo agentes públicos, privados e comunitários, no intuito de gerenciar este espaço comum.

No Relatório Síntese do Plano de Manejo da APA-LN consta como sendo de fundamental importância:

“ assegurar a recuperação do dinamismo econômico desta região, entrelaçando-o com firmes políticas que assegurem maior equidade social e incorporem um marco ecológico ao processo decisório público e privado”.

O Plano de Manejo da APA-LN delimita o aproveitamento da área mediante a fixação de Zonas de uso específico, incentivando e direcionando o desenvolvimento do turismo.

São fixadas 19 Zonas e a APA de Mangue Seco, sendo que, em 14 delas, é contemplado, com maior ou menor intensidade, o desenvolvimento do turismo. Dessa forma, o turismo é oficialmente incorporado como vetor de desenvolvimento econômico e ambiental da região, tendo as suas ações respaldadas, legal e ideologicamente, também por este plano de manejo.

Apresentando-se como instrumento de desenvolvimento econômico social e, ao mesmo tempo, como instrumento de preservação cultural e ambiental, o turismo tem as suas ações facilitadas e justificadas, o que se traduz em maior liberdade para promover as transformações sócio-espaciais que lhes são favoráveis e maior facilidade na captação de recursos coletivos para o financiamento de seu desenvolvimento. Fazedor e cumpridor das leis, o turismo se desenvolve, neste espaço social, dividindo fraternalmente os recursos da região, ‘entre os fraternos’ e promovendo o cumprimento de leis (a ele adequadas) entre a população.

A turistificação dos 26 km de praia do município de Mata de São João é ‘coroadá’ no ano de 2000, com a inauguração do Complexo Turístico Costa de Sauípe. Este empreendimento, localizado a 80 Km ao norte de Salvador, nas terras da Fazenda Sauípe, tem como maior investidor a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, (96,7 %) e, como sócio minoritário, o Grupo Odebrecht (3,3%), proprietário da Fazenda.

É composto pelos resorts Renaissance Costa do Sauípe Resort (237 Uhs), SuperClubs Breezes Costa do Sauípe (324 Uhs), Sofitel Conventions & Resort Costa do Sauípe (392 Uhs), o Sofitel Suítes Costa do Sauípe (198 Uhs) e o Costa do Sauípe Marriot Resort & Spa. Possui também, entre outras coisas, seis pousadas, uma vila, lojas de artesanato, bares, campo de golfe, centro equestre, centro esportivo, centro médico e dois heliportos.

O Complexo Costa do Sauípe localiza-se próximo à divisa dos municípios de Mata de São João e Entre Rios. Portanto, seus impactos, positivos e negativos fazem-se sentir nas duas áreas.

A presente pesquisa refere-se à década de 1990; os indicadores selecionados para a análise trazem dados referentes a este período. No entanto, o trabalho de campo – observação interpretativa e entrevistas não estruturadas - mesmo que buscando traduzir as transformações ocorridas entre 1990 e 2000, estará influenciado pela significativa presença na área do Complexo Costa do Sauípe. Além disso, Costa do Sauípe é um modelo de desenvolvimento do turismo que permeia o imaginário social e as políticas públicas do setor no Brasil. Ou seja, ênfase na oferta hoteleira, concentração de infra-estruturas disponibilizadas pelos governos em espaços restritos não urbanizados, significativo financiamento público, crença e uso da retórica segundo a qual o desenvolvimento do turismo é sinônimo de melhor distribuição e maior geração de renda, criação de empregos e melhoria dos padrões gerais de vida das populações dos locais onde se desenvolve.

De tal maneira reproduziu-se, no extremo oposto da região litorânea do município de Mata de São João, a mesma proposta de segregação sócio-espacial já desenvolvida em Praia do Forte, anos atrás.

Como já visto no capítulo sobre políticas públicas de turismo, segundo Cruz (2002, p. 9) o “modo como se dá a apropriação de uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo depende da política pública de turismo que se leva a cabo no lugar.” Para esta autora, as políticas públicas de turismo não se restringem às cartas legais, mas a forma como o poder público se posiciona em relação ao desenvolvimento do fenômeno. Dessa maneira, as alterações no espaço promovidas pelo turismo vão dizer das suas políticas públicas, que nem sempre estarão formalizadas documentalmente.

Vale lembrar ainda que, segundo esta autora, duas foram as políticas públicas mais importantes para o desenvolvimento do turismo em todo o Nordeste: a política de megaprojetos e o Prodetur –NE. Como visto, a política de megaprojetos consiste “na urbanização turística de trechos pouco ou nada urbanizados da orla, com grande participação do poder público nos empreendimentos” (CRUZ, 2002 p. 11). Já o Prodetur – NE, que complementa a política dos megaprojetos, consiste principalmente na construção de infraestrutura urbana geral nos locais selecionados para o desenvolvimento da atividade.

Praia do Forte e Costa do Sauípe são manifestações claras da influência das políticas públicas de turismo na formatação do desenvolvimento da atividade e, dessa forma, nas conseqüentes alterações promovidas por tais políticas nos espaços sociais ocupados pelo

turismo. Estes empreendimentos existem causando impactos na forma como a sociedade local se efetiva no tempo. Em outras palavras, as políticas públicas de turismo, mediante o direcionamento dos investimentos públicos e privados, possibilitaram e fomentaram a existência dos produtos turísticos Praia do Forte, Imbassaí e Costa do Sauípe. Ambos, elementos causadores de significativas mudanças socioespaciais no município de Mata de São João, trazem dessa maneira, impactos importantes na forma como se dá a coesão social local e na forma como os processos de inclusão/exclusão social da localidade se manifestam.

A reconstrução dos caminhos trilhados pelo turismo no município de Mata de São João aqui apresentada não é exaustiva, mas cumpre seu objetivo de traçar as linhas gerais que caracterizaram a turistificação do espaço social objeto deste estudo e, conseqüentemente, dos impactos das políticas públicas de turismo aí levadas a cabo.

Assume-se aqui que as reflexões desenvolvidas sobre o processo de inclusão/exclusão social e os recortes feitos até o momento, tanto no que se refere à seleção dos indicadores sociais usados, quanto à reconstrução feita do processo de turistificação do município, contêm, às vezes de maneira mais explícita, às vezes menos, a subjetividade do pesquisador.

Segundo Minayo (1998, p. 21), “a visão de mundo do pesquisador e dos atores sociais está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho”.

Sobre o processo ontológico do conhecimento, conclui Minayo (1996, p. 250) que:

(...) qualquer discurso teórico não é revelação total da realidade, é a realização de um real possível ao sujeito, sob condições histórico-sociais dadas: o objeto construído anuncia e denuncia o sujeito que o constrói: ela é a exteriorização de sua interioridade, do seu tempo, do seu meio, de suas questões, de sua inserção de classe.

O esforço de objetivação, mediante a utilização de métodos científicos adequados, seria um critério, entre outros, para avaliação e validação do conhecimento produzido, entretanto, há que se considerar que “em nenhum momento a objetividade exclui o sujeito e sua historicidade, sua formação, seus interesses e suas questões. Incluí-lo como condição do conhecimento faz parte da visão mais totalizante do processo científico”.(MINAYO, 1996 p. 251).

Com objetivo de ‘dar voz a personagens deste filme’, concordando com as concepções ontológicas e epistemológicas citadas, optou-se por realizar pesquisa de campo interpretativa, mediante a observação do pesquisador e entrevistas não estruturadas.

Com seus quilômetros de praias acompanhadas por coqueirais, a região do litoral norte da Bahia, assim como várias outras regiões do Brasil, é dotada de uma beleza cênica

impressionante. Quando a retórica oficial e oficiosa dos agentes do turismo alardeia a vocação natural do Brasil para o desenvolvimento do setor, tem em mente a diversidade paisagística natural de seu extenso território. Poucas vezes, as manifestações culturais são chamadas a compor o quadro desta 'natural' vocação turística. Poucas vezes, as condições socioeconômicas são consideradas na avaliação das potencialidades e possibilidades do desenvolvimento do turismo no Brasil. A busca, como tradição cultural, é olhar os recursos naturais de um berço esplêndido e tentar vendê-los a estrangeiros.



Foto 2 – Praia de Imbassaí, Município de Mata de São João.

No entanto, o turismo é um fenômeno social e, entendido como tal, não se dá espontaneamente como manifestação da natureza dos lugares. Trata-se de uma vivência deslocada no tempo e no espaço, que demanda, para sua realização e avaliação, as condições existenciais oferecidas neste tempo e nestes espaços. Condições que só se concretizam mediante a oferta de uma série de estruturas e de serviços específicos. Para que esta oferta exista são necessárias mudanças estruturais e/ou adaptativas nos espaços selecionados pelo turismo.

Segundo Cruz (2002, p. 67):

(...) o fazer turístico é determinado por inúmeras outras variáveis, naturais (clima, paisagem...), infra-estruturais (acesso, equipamentos de restauração e de lazer...), econômicas (condições socioeconômicas locais/regionais, preço) e culturais (patrimônio histórico e cultural, qualidade de serviços, comportamento, violência...), e é esse conjunto que define o sucesso ou insucesso do lugar, do ponto de vista de seu uso pelo turismo.

Assim, territorializando espaços é que o turismo se manifesta.

Na medida em que flui no sentido da rapidez das trocas, ao efetivar-se mediante a prestação de serviços concomitantes e seqüenciais, na mediada em que é beneficiado pelas constantes revoluções tecnológicas e na medida, ainda, em que valoriza monetariamente as condições de efetivação das pessoas, configura-se como fenômeno altamente adaptado às transformações, exigências e expectativas da organização capitalista de produção.

No fazer turístico, são valorizadas as condições para que o ser, na busca da satisfação de suas demandas corpóreas ético sociais, realize suas absorções, do outro, da terra e do mundo, em outros espaços e outros tempos que não os quotidianamente experimentados. O turismo atua na expectativa de que possam ser disponibilizados e de que possam ser experimentados espaços, onde a busca da satisfação das demandas corpóreas ético sociais humanas encontre respostas mais significativas e contundentes.

Um ‘empecilho’ para a otimização das trocas monetárias do fazer turístico está na fixidez dos produtos turísticos.

Esta ‘barreira’ tende a ser ultrapassada pela potencialidade do turismo em consumir espaços novos, incorporar novos territórios e descartar os antigos. Renovando os espaços ofertados, renova assim os seus apelos sobre a expectativa de nutrição plena das demandas existenciais humanas. Tal plenitude, no entanto, é impossível ser alcançada, quer na vivência turística, quer na cotidiana. Dessa forma, trabalhando sobre a diferença entre expectativas futuras e experiências atuais, o turismo se expande e, enquanto atividade produtiva, incorpora os sonhos e as vivências em relações monetárias.

De um outro lado, atuando também no descarte de espaços, ocorre que da mesma maneira com que no tempo mudam os valores, as concepções estéticas, as formas de expressão, mudam também os interesses e, se não as demandas humanas, as formas como se dão as absorções do outro, do mundo e da terra. Desse modo, o que hoje é buscado, amanhã poderá ser negado, rechaçado.

Estas duas possibilidades, várias vezes concretizadas, de descarte de espaços por parte dos turistas e/ou por parte dos agentes do turismo, significam a possibilidade de que a dinâmica entre os objetos e ações de um determinado espaço, após sofrer o abraço do turismo, entre em desarmonia e crise.

Dessa forma, as possibilidades de transformações nos espaços sociais causadas pelo desenvolvimento do turismo são significativas e importantes. Estas transformações no tempo podem atuar tanto no sentido do reforço de processos de inclusão social, quanto no reforço de

processos de exclusão social. Dizem respeito, portanto, ao posicionamento dos governos, ou seja, suas políticas, que podem estar explicitadas ou não, e que vão determinar sobremaneira as características e os sentidos das transformações decorrentes do desenvolvimento do turismo.

Se os governos democráticos devem representar os interesses das populações na busca de suas efetivações, suas políticas devem refletir tais interesses. Ou seja, as populações devem poder - tendo as políticas públicas governamentais como ferramentas de uso para o alcance de suas metas e objetivos - determinar de maneira autônoma, os caminhos de seu desenvolvimento.

A pesquisa de campo interpretativa, buscando uma melhor percepção das transformações socioespaciais ocorridas no município de Mata de São João, em decorrência do desenvolvimento do turismo e de suas políticas públicas, inicia-se na saída de Salvador constatando a beleza cênica anteriormente citada desta região. Vai buscar traduzir, mediante a percepção das pessoas do local e observações do pesquisador, até que ponto a turistificação desse espaço, e o direcionamento dado a esta turistificação pelas políticas públicas de turismo, ocorreu fortalecendo os processos de inclusão social. Foi realizada no mês de dezembro de 2004, num período de sete dias, quando foram feitas entrevistas não estruturadas com moradores do local. Essas entrevistas foram gravadas, quando consentido, para posterior aproveitamento. São apresentadas no texto somente as gravadas. Tiveram-se como critérios únicos para a realização das mesmas a condição de morador do local e a disponibilidade para dialogar. Embora não estruturadas, as entrevistas tiveram o sentido de buscar a percepção do morador local a respeito dos impactos do desenvolvimento do turismo nas suas condições de vida, nas suas esperanças e nos seus sonhos.

A rodovia que dá acesso à região apresenta boas condições de uso. Ao longo do caminho vão se desnudando as belezas da área. Chama a atenção as constantes placas de compra e venda de terrenos, de lançamentos imobiliários, de ofertas de aluguel. Aos poucos, conforme Salvador vai ficando mais distante, estas manchas na paisagem se tornam mais ralas.

Após reconhecimento das praias da região litorânea, de Praia do Forte à Costa do Sauípe, por uma questão de maior acesso, as entrevistas começam em Imbassaí..

Dentre os diálogos travados com algumas pessoas do local, a conversa com A. foi a que pareceu ser a mais relevante. Demonstrou este entrevistado possuir opiniões mais claras sobre as questões levantadas, assim como maior disponibilidade para a conversa.

A. tem 26 anos, é casado e tem uma filha de um mês. É nascido em Salvador. Os pais moram em um município próximo. A esposa é de Areal e não trabalha.

Diz-se ‘gerente’ de uma pousada. Expressa suas opiniões de maneira contundente e objetiva e embora não tenha todas as respostas, parece não duvidar de suas análises. Ajeita o guarda-sol enquanto pergunta pelos lugares que já conheci.

Indago sobre o local onde estou.

O trabalhador começa a falar. Informa que estou em Imbassaí, ao lado de Sauípe, que faz parte de Mata de São João, mas que é muito longe dali...

Pergunto sobre como é viver em Imbassaí, o entrevistado se anima com o assunto.

Fala com desenvoltura, com facilidade. Diz gostar. Comenta sobre as belezas do lugar. Respalda sua opinião salientando a quantidade de atrativos turísticos presentes num único lugar e cita Praia do Forte, Imbassaí e Costa do Sauípe.

Fala sobre o empreendimento Costa do Sauípe. Conhece, já foi lá algumas vezes trabalhar como carregador (montar palco, som para artistas que vão fazer show, etc). Diz que algumas pessoas são contratadas para ajudar a equipe especializada que vem de fora. Fala da ‘riqueza’ e da dimensão, maravilhado: “... quatro hotéis e uma pousada; tudo perfeito! Coisa de primeiro mundo... A comida é servida em prato de porcelana...”.

Indago sobre sua percepção de melhorias e transformações decorrentes do desenvolvimento do turismo.

Inicia a resposta dizendo: “Esse povo não soube aproveitar...”.

Passa a tecer comentários sobre a política local, os seguidos anos que, segundo ele, o mesmo grupo exerceu o poder executivo na cidade: “Oito anos o marido, mais oito anos a mulher... ela era muito querida pela população... como um ACM para a Bahia...”.

Faz uma avaliação negativa deste período e comenta sobre a cidade de Mata de São João: “A cidade é uma vergonha..., tudo acabado, é sujo, os muros sujos, as paredes feias...”.

E assim, vai falando sobre a cidade..., da distância da praia... Informa que para chegar à cidade passa-se por outro município. Tenta explicar o caminho... Esboça um desenho na areia. Após algumas tentativas desiste. Explica que, para chegar à cidade, tem-se que passar por Camaçari, pegar uma estrada que não tem sinalização, contornar o Pólo Petroquímico e, depois, voltar para o município e encontrar a estrada certa. Diz que para quem não conhece o caminho é melhor não tentar ir à noite, porque não se tem para quem perguntar e é perigoso.

Sugere que deveria ser feita uma mudança; que deveriam ser criados três municípios independentes: Praia do Forte, Imbassaí e Costa do Sauípe.

Diz que antes tinha esperança em melhorar de vida e desafia: “O dinheiro não foi bem aproveitado, não ‘enriqueceu’ o município; para onde foi?”.

Cita cidades que não têm as praias de lá, no interior mesmo do Estado, mas que, segundo ele, estão melhores que Mata de São João.

Fala sobre as pessoas que trabalham no Costa de Sauípe. Diz que para se trabalhar lá, tem-se que passar por ‘concurso’, que ele tentou uma vez, mas não passou e comenta: “Carteira assinada, férias, décimo terceiro salário, tudo que tem direito, e o salário não é R\$ 260,00 não; é R\$ 400,00”.

Diz o entrevistado que, apesar de tudo, lá é um bom lugar para se viver, que só passa fome quem quer; que todo mundo consegue um pedaço de terra para criar umas galinhas e que há muita fruta caindo do pé: “Basta pegar... no chão mesmo”.

Encerrada a entrevista. Chama a atenção a dificuldade do entrevistado em explicar o caminho para a cidade, a sugestão de criar mais três municípios, o choque anunciado e denunciado em suas palavras e expressões quando cita, com admiração, a comida servida em pratos de porcelana em Costa do Sauípe e, com decepção, os muros sujos da cidade de Mata de São João.

Na mesma praia entrevisto outro construtor deste espaço social.

J., 20 anos, solteiro, ‘garçom’ de uma barraca na praia.

Parece não se incomodar em responder perguntas, fala lentamente, de maneira desanimada e com pausas longas. Parece não ter muita energia. Conversa olhando para os lados e para baixo.

Início perguntado se J. é de lá. Responde que não, que é de Mata de São João.

Conta que trabalha como garçom há três meses e que chega a ganhar até R\$ 46,00 por dia, mas não está satisfeito, pois acha cansativo montar e desmontar as barracas. Quer um emprego onde trabalhasse menos. Conta também que só recebe 10 % do valor da conta do cliente e se o mesmo não quiser dar, não recebe nada.

Interrogado sobre como seria trabalhar no Complexo Costa de Sauípe ou na Praia do Forte, fala que lá também é cansativo.

Convidado para ser caseiro de uma cliente; não sabe se aceita: “Talvez eu aceite para trabalhar menos”.

Perguntado sobre a família, relata que seu pai tem 32 filhos e teve dezesseis esposas; a última sua mãe, com quem está há oito anos.

J. não tem namorada, mas segundo, ele duas já quiseram ter filhos e ele ‘escapou’: diz que não quer seguir o exemplo do pai.

Relata que o pai recentemente sofreu um acidente: estava de bicicleta e teve um Acidente Vascular Cerebral -AVC. Foi levado para Praia do Forte e depois para Camaçari. Em Imbassaí não há socorro médico. Mandado para casa pouco tempo depois: “O médico disse pra reza ... Que não podia fazê mais nada por ele...Meu pai tá melhorando”.

Não emitiu nenhuma opinião sobre o turismo. Acha ali tranquilo, bom de morar. Fala da violência de onde nasceu, em Feira de Santana: “Lá morre um por dia”.

J. fala que com a chegada da energia na praia, melhorou, pois não tem mais que trazer as bebidas no isopor de canoa: agora há freezer na própria barraca.

Informa que mora perto e que vai de bicicleta para casa, percorrendo a parte do caminho de areia empurrando a bicicleta e a de terra pedalando.

O entrevistado parece não reconhecer Imbassaí e a cidade de Mata de São João como elementos pertencentes ao mesmo município. Não tem projetos, parece não ter sonhos.

Não possui vínculo empregatício, assim como muitos que ali trabalham com o turismo.

Interrogado sobre o turismo J., não soube emitir opinião. Resignado, parece não se abalar nem se envolver com nada.

Começo a viagem para a cidade de Mata de São João no período da tarde do dia seguinte. Pergunto a um grupo de guardas rodoviários qual o melhor caminho para ir até a cidade de Mata de São João. O guarda que se aproxima demora em responder. Penso que talvez não saiba. Após alguns instantes e de me olhar com cara de pergunta, responde que são dois os caminhos possíveis. Um mais curto em estrada de chão, que está esburacada e tem havido muitos assaltos e outro, mais longo, passando pelo Pólo Petroquímico de Camaçari. Acrescenta que o caminho mais longo está em boas condições e é asfaltado, mas adverte que não há placas para Mata de São João nem ninguém para dar informação. Opto pelo caminho mais longo.

Após sucessivas perdas do caminho, chego à cidade de Mata de São João no começo da noite, com a expectativa frustrada de encontrar seus muros sujos. Mas isto só foi possível, porque resolvi, diante da possibilidade que se concretizava de não conseguir chegar ao meu destino, dar carona a G., o próximo entrevistado.

G. tem 45 anos. Trabalha no Pólo Petroquímico de Camaçari. É nascido em Mata de São João.

Indago sobre qual o melhor caminho para se chegar a Mata de São João. G. indica a rodovia 093, visto que o outro caminho é cheio de buracos.

Pergunto sobre as mudanças ocasionadas pelo turismo e ele responde: “Pra mim não mudou nada... mudou pro lado do litoral... Na cidade mesmo não mudou nada”.

Fala que o comércio na cidade é pequeno e, preocupado, comenta que a filha não tem emprego e anda já desanimada. Segue com suas preocupações de pai considerando que, sem ter o que fazer, os jovens acabam se envolvendo com drogas e bebidas.

Deposita esperança no novo prefeito: “O prefeito que vai chega talvez melhora, prometeu indústrias pra Mata... Ele é pequeno empresário... João Roberto”.

G. é casado e sua filha tem 23 anos. Comenta que ela distribuiu currículos, mas não apareceu nada. Está na esperança de que, com o novo prefeito, consiga algum emprego, visto que a mesma trabalhou em sua campanha política. Fala sobre a política local: “As pessoas da cidade, a maioria, pensa como ele; todos tem esperança nele...A antiga prefeita, saiu no jornal, na televisão, foi tanta coisa... (...). É difícil falar....”.

Diz que é bom morar em Mata de São João, que é uma cidade tranqüila e que o problema é a falta de emprego, que não há violência, que só de vez em quando acontece algo.

Sobre se o turismo melhorou alguma coisa no município, comenta que foi mais promessa de campanha que os políticos fizeram. Não sabe quantos anos o município tem.

Pergunto sobre o que acha da distância entre a cidade e as praias. G. responde: “Só sei dizer que Mata não tem emprego para os jovens. O pessoal trabalha ali, no comércio ali, nas lojinhas ou não tem emprego... Trabalhar na orla é difícil, trabalha mais quem é de Salvador... mais do que quem mora em Mata, a prefeita trouxe mais o pessoal que é ligado a ela, de Salvador”.

Pergunto o que há de bom para se conhecer em Mata de São João. G. Responde que, de bom mesmo, não tem nada.

G. fala que se fosse mudar alguma coisa na cidade mudava as casas do centro da cidade. Sugere que as pessoas deveriam construir uma parte de cima para morar e deixar em baixo para o comércio. Para ele, o pior na cidade é a existência de umas ruas sem asfalto. Diz também que o Hospital tem que mudar tudo, que não há médicos, que se tem que pegar fila.

Segundo o entrevistado, no seu tempo de juventude as pessoas tinham mais esperança, que sua filha, por exemplo, está desanimada visto que nunca trabalhou.

Segue dizendo que para conseguir emprego na Orla tem que ser amigo do prefeito.

Este entrevistado trabalha à noite como guarda temporário de uma empresa em Camaçari. Aparece ter mais idade do que informou. Fala tranquilamente, sem empolgação. O turismo parece não fazer parte de seu universo cotidiano. Assim como os demais entrevistados, deposita no poder executivo local, ou melhor, na pessoa do prefeito, suas maiores esperanças. Mostra-se bastante preocupado com o desemprego e o desânimo da filha.

G. não tem nenhuma esperança no turismo; espera que o novo prefeito traga indústria para a cidade e arrume, de alguma maneira, emprego para sua filha.

Os muros sujos da cidade me parecem como os muros de qualquer outra cidade pequena do interior do país. Nem tão sujos e nem que sejam tantos.

A cidade é simples, parece parada num tempo que não tem pressa. Pequeno comércio em torno da igreja. Como esperado, não há nada que faça menção ao turismo que ferve na orla; pelo contrário, a cidade e a orla estão, tanto nos seus fluxos quanto nos seus fixos, apartados. Enquanto o litoral se transforma no ritmo das demandas do turismo, a cidade assiste, sem acompanhar, à distância, este movimento.

Na lanchonete “Charme”, de Mata de São João, realizo mais uma entrevista. O casal tem dois filhos, uma filha de nove anos e um filho de oito. A mulher é professora em escola pública do município e o marido trabalha no Pólo Petroquímico de Camaçari.

A primeira pergunta foi sobre como percebiam o turismo desenvolvido na orla e seus reflexos na cidade de Mata de São João. Neste aspecto não concordaram; o homem disse que todo mundo que trabalha lá é de Mata, a mulher disse que é só uma parte. Por fim, concluem que os cargos mais baixos eram ocupados pelas pessoas de Mata, os melhores por pessoas de fora.

A mulher fala que na cidade não há perspectiva. Diz que fizeram umas promessas de melhoria de acesso à praia com a construção de uma estrada mais direta e que fizeram algumas palestras em algumas escolas prometendo algumas coisas que não passaram de promessas. Sugere que o turista deveria ir à Mata de São João, que há casas antigas; que poderiam circular pela cidade em charretes, que o comércio melhoraria e comenta desolada: “Não vem nenhum turista aqui!”.

Quero saber mais sobre o acesso a praia. Em concordância informam que antes iam à Praia do Forte, mas que agora não é possível. Os carros e os ônibus não entram lá. Comentam que é tudo de alemão e que não há ninguém de Mata lá. Quanto a Imbassí consideram longe, mas que ainda é possível freqüentar a praia. Já Sauípe é impossível, comenta a professora dando risadas. Conta que uma vez foi convidada para ir com seus alunos assistir a uma palestra. Entraram em fila e, fazendo gesto cercando os olhos, comenta que só podiam olhar para frente: “Nunca mais quero passar por isso! Só para ouvir coisas do interesse deles”. Informa que antes do empreendimento funcionar vieram seduzir a população com algumas palestras nas escolas. Preocupados, perguntam-me se realmente não sou dali, de nenhum partido político ou de alguma instituição local.

Falam que pensam em mandar a filha de 9 anos para morar com a avó em Salvador, visto que as escolas da cidade, segundo suas avaliações, não são boas. Disseram que na cidade não há emprego; ou se trabalha na prefeitura ou não se trabalha.

Evitaram falar sobre as questões políticas da cidade, cautela percebida na fala de muitos do local. O único comentário foi o de que o novo prefeito tinha muitas promessas, mas que ninguém sabia direito quais eram.

Quando estou indo embora, chamam-me de volta e perguntam-me, em tom de brincadeira, em qual dos hotéis da cidade pretendo me hospedar.

Converso com mais algumas pessoas. Um motorista de táxi, uma mulher que faz compras na farmácia. As respostas são parecidas.

O caminho de volta é longo. Consigo chegar à estrada do Coko de madrugada, após passar algumas horas de idas e vindas, perdido nas estradas mal sinalizadas da região.

A última fala selecionada para compor o corpo da presente pesquisa é a de um empresário, dono de pousada.

A. tem 52 anos, é solteiro, americano, mora há nove anos no Brasil.

Relata que quando construiu sua pousada não havia nada ali, depois de Praia do Forte, foi um dos pioneiros. Diz que hoje está tudo diferente e que há novos empreendimentos turísticos em construção: um de portugueses e outro de espanhóis. Acredita que futuramente a região se transformará numa enorme área de turismo, tão famosa quanto Cancún.

A. fala também sobre como se encanta com a simplicidade e criatividade do povo brasileiro. Fala sobre a falta de preconceito, o qual, segundo ele, existe, mas é às escondidas e as pessoas conseguem conviver.

Falando sobre Costa do Sauípe, diz que sua clientela é diferente da de lá, que sua pousada é rústica e tem 'preço normal', diferente do que acontece no Complexo de Sauípe.

Acredita que o turismo trouxe melhorias para a região, pois aumentou a oferta de empregos. Salienta, porém, que falta estrutura de treinamento para qualificar a mão-de-obra. Mas em seguida, alerta que, mesmo tendo treinamento, muitos moradores de lá não têm condições de trabalhar com turismo. Segundo ele, a população é muito humilde e despreparada e poucos conseguem aprender. A maioria não tem projetos e permanece no emprego por pouco tempo.

A. critica a falta de uma política para melhoria das condições de vida da população local e relata o fato de que a antiga prefeita de Mata de São João tirou o médico que havia em Imbassaí: "As crianças, as gestantes ficaram sem cuidados médicos! Isso não se faz...!".

Fala sobre a violência na região. Acredita que, quando a pessoa fica desesperada, ela rouba. Diz que só em Praia do Forte é possível conseguir alguma assistência policial. Não faz menção alguma à cidade de Mata de São João.

Pergunto sobre o Prodetur. A. fala que nunca foi procurado por ninguém. Segundo ele, o governo não fala com a população; “Há muitos reis para poucos súditos... a população não é ouvida”.

Reclama que os brasileiros não seguem as regras, que não cumprem os acordos. Fala sobre a ‘Linha Verde’: “Não se pode confiar nela, pois não trouxe o que prometeu...”.

Vozes ouvidas, mensagens que chamam a atenção: o choque e o contraste entre a comida servida em pratos de porcelana e os muros sujos da cidade; a sugestão de se criar três municípios, concretizando oficialmente algo já incorporado nas representações das pessoas do local. A percepção fragmentada de que as pessoas têm do espaço; alguns não sabendo direito nem onde moram. A expectativa de que o prefeito leve indústria para a cidade para resolver o problema de desemprego entre os jovens, a professora que se sentiu humilhada em Sauípe, que não frequenta as praias distantes, que quer mandar a filha de nove anos morar em Salvador descrente já das possibilidades do município e o empresário que vislumbra que a região vai ser em breve uma nova Cancún e que muitos moradores do local não têm condições de interagir com o turismo.

Diante das observações, das conversas e das entrevistas, percebe-se que:

- a) existe uma descrença em relação às possibilidades do turismo provocar alterações positivas no cotidiano das pessoas, tanto na região litorânea quanto na cidade sede do município;
- b) as expectativas em relação ao turismo foram frustradas;
- c) não há identificação entre a região litorânea e a cidade de Mata de São João;
- d) cada área do litoral, apesar de estarem ligadas todas pela mesma rodovia, possui uma identidade e distintas dinâmicas de desenvolvimento;
- e) há grande decepção com a política local, receio em comentar o assunto e esperança na pessoa do novo prefeito;
- f) a falta de emprego é uma queixa constante;
- g) os empregos na rede hoteleira são pouco aproveitados pela população local;
- h) a população local encontra dificuldade em assimilar os comportamentos demandados em geral pelos trabalhos relacionados ao turismo;
- i) não se vêem participantes da gestão territorial do município.

A pesquisa de campo reforça algumas informações apresentadas pelos indicadores e pela reconstrução dos caminhos percorridos pelo turismo e suas políticas públicas no período em análise.

No município de Mata de São João, da orla à sede do município, não se encontrou expressão de miséria, quer nas pessoas, quer nas habitações. O município, em geral, em que pese alguns condomínios de luxo no litoral, provavelmente segundas residências de pessoas de Salvador, é simples, situação condizente com as informações apresentadas pelos indicadores.

Não há um sentimento de construção conjunta social, não há entre as diversas áreas do município um sentimento de identidade, de pertencimento. O turismo parece ter atuado delimitando áreas e excluindo pessoas. Mesmo as pessoas que interagem de alguma forma com o fenômeno do turismo, passam a impressão de insatisfação, de uma relação tênue não comprometida.

Na dança dos números, na trilha percorrida e no dizer das pessoas, nos períodos de 1991 a 2000, não se evidenciou que o turismo e suas políticas públicas representaram para a população do município um significativo instrumento de alterações positivas no processo de inclusão/exclusão social. Não representaram aumento da coesão social. Não representaram aumento da renda, das possibilidades de emprego, do acesso a bens e serviços públicos, não fortaleceram o sentimento de pertencimento a um todo e a construção de uma identidade coletiva. Pelo menos não mais que as alterações tendências dos macros espaços circundantes ao município e, com certeza, bem menos que o desejado e esperado pela população local.

Ao contrário, consolidou-se, enquanto mecanismo de aumento de concentração de riqueza, ao concentrar as possibilidades de uso dos recursos naturais nas mãos de poucos.

Após pesquisa de campo, fortaleceu-se a idéia de que as políticas públicas de turismo não atuaram no sentido do reforço da coesão social, não favorecendo a sobreposição de processos de inclusão social sobre os de exclusão.

A territorialização do município pelo turismo e suas políticas criou lugares inóspitos à maioria dos seus, lugares onde processos de exclusão social predominam sobre os de inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar a questão das políticas públicas de turismo e o processo de inclusão/exclusão social, inspirar perguntas de porquês, foi a ousadia utópica pretendida por este trabalho de pesquisa. Tomando Sísifo como espelho, ciente da incompletude de sua tarefa, porém zombador de seu destino, espera-se com este trabalho poder contribuir de maneira mais incisiva para a construção de uma sociedade mais inclusiva, mais hospitaleira. Como já exposto foi, agregar ao estudo do processo de inclusão/exclusão social a temática das políticas públicas de turismo é tentar dar sentido inclusivo à construção prática desse importantíssimo fenômeno social do mundo contemporâneo.

Conclui-se ser a inclusão social de natureza falha, imperfeita, não universal, não concludente e processual. Não se tratar de estados permanentes, mas de movimentos, de caminhos históricos lingüísticos “que envolvem o homem por inteiro e suas relações com os outros” (SAWAIA apud SOUZA, 2004, p. 62).

Têm-se a inclusão e exclusão social como faces dialéticas de um mesmo processo, o processo da existência humana do homem. Existência só possível, para este ser faminto e fadado a não se bastar, portador de demandas (necessidades, desejos e sonhos) corpóreas e ético sociais a serem satisfeitas com e pelo outro, seu semelhante, na coexistência.

Entende-se por hospitalidade, relações harmônicas de discórdias permitidas, de contradições ultrapassadas, ou ainda, como unidade de contrários que surge no encontro humano, no qual predomine o acolhimento das revelações do eu e do outro. Uma construção ética e moral, fundante da sociedade, baseada no encontro de objetividades e subjetividades num dado espaço, onde o outro é e só pode ser considerado, enquanto distinta parte do eu.

Dado que todas as efetivações humanas trarão na sua gênese a inconclusão, a imperfeição do seu criador, os encontros e espaços de encontros humanos serão marcados tanto pela busca hospitaleira do acolhimento das verdades do outro, quanto por falhas da condição humana. Quando ultrapassadas são as contradições do encontro, são favorecidos processos de inclusão social. Ao contrário, quando predominam as falhas da condição humana em suas relações objetivas e subjetivas, predominantes são os processos de exclusão social.

Há, portanto, uma condição de predominâncias alternadas e nunca excludentes de processos de inclusão/exclusão social, que dialeticamente se manifestam, com maior ou

menor intensidade, na construção dos espaços sociais que concretizam no tempo o processo civilizatório humano.

Considera-se que o ser humano nasce destinado a buscar a manutenção e expansão da sua existência. Existência que se concretiza no imbricamento do corpóreo e do ético social. Ou seja, o ser humano demanda pão e vinho, demanda a nutrição de seu corpo e de sua alma, e isso não se faz de maneira isolada, mas são demandas e nutrições imbricadas e que permitem as efetivações humanas. Estas efetivações dão sentido à existência humana. Portanto, a satisfação das demandas corpóreas ético sociais é condição para a reprodução, manutenção e expansão da existência humana do homem, que, embora única e individual, por ser e para ser humana, fende seu eixo de construção a partir das relações sociais. Assumiu-se neste trabalho, o princípio de que tudo que reforça as condições de mundanidade e de sociabilidade, portanto, do humano no homem, na mesma medida em que reforça as condições de manutenção e expansão da existência corpórea e ético social do ser humano - a satisfação de suas demandas - traz a possibilidade também de reforçar processos de inclusão social.

De tal maneira, o desafio colocado foi tentar perceber até que ponto as políticas públicas de turismo, norteadoras do desenvolvimento deste fenômeno, caminharam no sentido de formatar espaços em que a satisfação das demandas corpóreas e ético sociais pudesse ser dignamente nutrida.

Concordando com Xiberras (1993), para não se perder na opacidade do fenômeno multidimensional do processo de inclusão/exclusão social, selecionou-se, para a construção e confrontação das reflexões desenvolvidas na presente pesquisa sobre políticas públicas de turismo e o processo e inclusão/exclusão social, as transformações ocorridas na década de 1990, no município de Mata de São João.

Buscou-se analisar os impactos das políticas públicas de turismo no processo de inclusão exclusão social no município de Mata de São João, mediante a caracterização das transformações ocorridas neste espaço social. Esta caracterização se deu pela análise de indicadores sociais e pesquisa de campo.

O posicionamento geral do Estado na década de 1990, que se coloca como parceiro do mercado e delega a cada cidadão a responsabilidade individual pelas absorções que realiza na busca da nutrição de suas demandas, vai estar refletido nas políticas públicas de turismo. Além disso, não se pode pretender que uma nação que se construiu ao longo dos anos tendo como tradição cultural o autoritarismo – escravidão, ditadura, racismo, sobre-exploração do

trabalho - não apresente dificuldades e equívocos em suas proposições políticas norteadoras do seu desenvolvimento.

Conclui-se que as políticas públicas de turismo, que cumprindo o receituário econômico neoliberal, colocam o Estado, como um parceiro do mercado, a fornecer as infra-estruturas necessárias para o desenvolvimento das empresas e, delegando ao cidadão dos locais, ou melhor, a população local, conseguir participar das relações de exploração capitalistas aí desenvolvidas, conseguir globalizar-se, jamais serão includentes.

Propõe-se que as políticas públicas de turismo, se realmente objetivarem melhores condições para a existência humana do homem, devem ultrapassar a crença de que é suficiente o desenvolvimento do mercado e abandonar a busca de renda e emprego como os únicos ou primeiros parâmetros norteadores de seus sentidos.

Caso aliadas a outras dimensões do planejamento público, melhor benefícios trariam as políticas públicas de turismo, se pautadas fossem pelas preocupações com a hospitalidade dos lugares. Com a possibilidade de atuar no sentido de gerar espaços em que as demandas corpóreas ético sociais do ser humano pudessem ser solidariamente atendidas e nutridas, ou seja, espaços portadores de condições objetivas que pudessem propiciar a satisfação das necessidades dos desejos e dos sonhos humanos.

Conclui-se que só dessa forma, as políticas públicas de turismo e os impactos que causam - ao dar sentido às inevitáveis transformações espaciais oriundas da atividade - podem fortalecer os processos de inclusão social em detrimento dos processos de exclusão social.

Na dimensão dos indicadores sociais levantados, durante o período analisado, não se observou nenhuma significativa alteração que pudesse estar relacionada ao turismo e a suas políticas no município de Mata de São João. A população segue, em sua maioria, pobre e a distribuição de renda permanece injusta. Ao contrário da retórica das políticas de turismo, o desenvolvimento da atividade no município, durante a década de 1990, não acarretou um aumento significativo da renda nem tão pouco em sua melhor distribuição. Também não ocorreram mudanças significativas no acesso a bens e serviços públicos. Não houve, com o desenvolvimento do turismo no município de Mata de São João, no que se refere a indicadores sociais, um movimento de transformação, que, específico, pudesse representar impactos do turismo e suas políticas.

As transformações, de uma maneira geral, acompanharam proporcionalmente as ocorridas nos espaços circundantes selecionados para as comparações e não se caracterizaram como decorrentes das políticas públicas de turismo. Conclui-se, pela análise dos indicadores selecionados, que, apesar do desconhecido município de Mata de São João possuir uma área

litorânea que de forma significativa vem sendo transformada pelo turismo, as transformações ocorridas não se consubstanciaram, ao contrário da retórica das políticas públicas do turismo, em melhoria nas condições de vida da população do município. Tais políticas não atuaram no reforço da coesão social, não favorecendo a sobreposição de processos de inclusão social sobre os de exclusão.

Na pesquisa de campo nenhuma alteração substancialmente positiva foi designada como fruto do desenvolvimento do turismo e suas políticas públicas. A população local se mostra indiferente, ou decepcionada em suas expectativas e esperanças.

O turismo parece ter atuado delimitando áreas e excluindo pessoas.

Na dança dos números, na trilha percorrida e no dizer das pessoas, nos períodos de 1991 a 2000, não se evidenciou que o turismo e suas políticas públicas representaram para a população do município um significativo instrumento de alterações positivas no processo de inclusão/exclusão social. Não representaram aumento da coesão social. Não representaram aumento da renda, das possibilidades de emprego, do acesso a bens e serviços públicos e não fortaleceram o sentimento de pertencimento a um todo e a construção de uma identidade coletiva. Pelo menos não mais que as alterações tendenciais dos macros espaços circundantes ao município e, com certeza, bem menos que o desejado e esperado pela população local.

Consolidaram-se tais políticas enquanto mecanismo de aumento de concentração de riqueza, ao concentrar as possibilidades de uso dos recursos naturais nas mãos de poucos.

Conclui-se que as políticas públicas de turismo não atuaram no sentido do reforço da coesão social, não favorecendo a sobreposição de processos de inclusão social sobre os de exclusão e que a territorialização do município pelo turismo e suas políticas, criou lugares inóspitos à maioria dos seus, lugares onde processos de exclusão social predominam sobre os de inclusão.

No município de Mata de São João, as políticas públicas de turismo fomentaram o desenvolvimento de um turismo que não permite que a escolha ética, no sentido da vida, possa florescer dentro de condições simbólicas e materiais dignas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: www.pnud.org.br. Acessado em: 15 jan. 2005.

BELLONI, Isaura. **Metodologia da Avaliação em Políticas Públicas**: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

BAHIATURSA. **Relatório Bahiatursa – 1995 – 2004**. Salvador, 2004.

BIERLEIN, J. F. **Mitos Paralelos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BODEI, Remo. **A filosofia do século XX**. Bauru, SP: Edusc, 2000.

Brasil. Decreto n. 448/92, de 14 de fevereiro de 1992. Regulamenta dispositivos da lei n. 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências.

Brasil. Lei n. 8.181/91, de 28 de março de 1991. Dá nova denominação – Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, e dá outras providências. Brasil: Diário Oficial da União, Seção I – págs. 576, 1991.

CAMPOS, André (Org.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil, volume 2**: dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Homem e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTELSS, Manuel. **Fim do Milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia; conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000.

CRUZ, Rita Ariza de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DADOS macroeconomicos e regionais. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acessado em: 10 jan. 2005.

DENCKER, Ada de Freitas; BUENO, Marielys Siqueira (Orgs.). **Hospitalidade**: Cenários e Oportunidades. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

D'INCÃO, Maria Angela. **Sociabilidade: Espaço e Sociedade**. São Paulo: Grupo editores, 1999.

DOWBOR, Ladislau; KILSZTAJN, Samuel (Orgs.). **Economia Social no Brasil**. São Paulo: SENAC, 2001.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação** – na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

EMBRATUR. Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Brasília, 1997.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação e patronato político brasileiro**, Vol. I. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

FOLADORI, Guilherme. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Aleph, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marque de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

HALL, Michael C. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBBSBAWN, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INDICADORES e Dados Básicos – IDB Brasil – 2003. Disponível em: www.datasus.gov.br. Acessado em : 09 jan. 2005.

KLISBERG, Bernardo. **Desigualdade na América Latina: o debate adiado**. São Paulo: Cortez, 2001.

KOWARIK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MINAYO, María de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2003.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Periópolis, 2000.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílio. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 09 jan. 2005.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi, (Orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

POCHMANN, Marcio. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

POCHMANN, Marcio (Org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Cortez, 2002.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, Marcio (Org.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil, volume 3: os ricos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

POCHMAN, Marcio (Org.). **Atlas da Exclusão Social no Mundo, volume 4**. São Paulo: Cortez, 2004.

POPULAÇÃO – Censo Demográfico. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 09 jan. 2005.

PRODUTO Interno Bruto – Municipal. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em 10 jan. 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

SEBRAE. **Ecoturismo na Bahia: estudo analítico**. Salvador, 1995.

SECRETARIA DA CULTURA. **Relatório Bahiatursa – 1995 – 2004**. Salvador, 2004.

SEPLANTEC – CONDER. **Relatório Síntese do Plano de Manejo**. S/D.

SISTEMA IBGE de Recuperação Automática – Banco de Dados Agregados. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em 07jan. 2005.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

SOUZA, Lídio de; TRINDADE, Zeide Araújo (Orgs.). **Violência e Exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SORRIENTO, Marcos (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1998.

TAVARES, José Antônio Giusti (Org.). **O que esperar da social democracia?** Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

TURISMO/Prodetur. Disponível em: www.sct.ba.gov.br. Acessado em: 11 jan. 2005.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Brasília: Thompson Pioneira, 1999.

XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio**. São Paulo: instituto Piaget, 1996.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)